

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“A VIDA MAL VIVIDA”  
DIÁRIO DE UM MARAGUNÇO: MEMÓRIAS DE UM SOLDADO  
NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA E NA GUERRA DE CANUDOS  
(1893-1897)**

CARLOS PERRONE JOBIM JÚNIOR  
ORIENTADOR: PROF. JOSÉ RIVAIR MACEDO

Porto Alegre, Março de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“A VIDA MAL VIVIDA”  
DIÁRIO DE UM MARAGUNÇO: MEMÓRIAS DE UM SOLDADO  
NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA E NA GUERRA DE CANUDOS  
(1893-1897)**

CARLOS PERRONE JOBIM JÚNIOR

Dissertação de Mestrado

Orientador: José Rivair Macedo

Porto Alegre, Março de 2002.

UFKGS  
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Hum.

Ao Sr. Paulo de Tarso Teixeira e Silva,  
guardião das memórias de Isidoro Virgínio,  
por honrar um antigo compromisso.

## AGRADECIMENTOS

Faz algum tempo que persigo este tema. O caminho que percorri vem ainda da graduação, quando participei de um grupo de estudos sobre cidadania e exclusão social no final do século XIX, nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas. Mais tarde, enquanto cursava a disciplina “Técnica de Pesquisa Histórica”, comecei a ler o jornal “A Federação”, relativo ao ano de 1896. Foi ali que encontrei, pela primeira vez, o retrato de Antônio Conselheiro e dos conselheiristas. Investigando sobre a participação dos gaúchos no conflito de Canudos, interessou-me, sobretudo, os soldados gaúchos que marcharam para lá. Entretanto, essas vozes pouco apareciam nos jornais, e quando acontecia, encontravam-se diluídas, limitadas a um espaço restrito, além de fragmentadas e filtradas. Mesmo assim, passei a resgatar as notícias sobre o Belo Monte.

Durante uma visita à exposição de materiais de guerra do museu da 3ª Região Militar, soube da existência de uma fonte inédita relativa à expedição contra Canudos. Foi o diretor do museu quem primeiro comentou sobre o diário. Ouvira falar dos escritos de um soldado gaúcho que lutara em Canudos que estariam com um colega de profissão, e que não via há vinte anos. Foi o que lembrou, além do nome do guardião e de seu endereço aproximado. Assim, cheguei ao diário!

Gostaria de assinalar o meu agradecimento aos professores Adolar Koch, Sandra Jatahy Pesavento e, em especial, a José Rivair Macedo, por sua dedicada orientação e confiança. Aos amigos de caminhada, Enrique Serra Padrós e Luís Dario Ribeiro, pelos momentos de reflexão e de diálogo.

Aos amigos Érico, Ângela, Clóvis, Etelvino, Mauro, Rodrigo, Nilton, Paulo, Marcelo, Lobo, Leandro, Fabian, Eduardo, Cristiano, Simone, Alemão, Pedro, Fábio, Lu, Marcos, Cíntia, Nicomêdes e a todos do jornal “Folha da História”, pelo constante incentivo.

Aos meus familiares, pelo apoio de sempre; a Carlos, meu pai, pela presença; à Itamar e Neusa, pela indispensável contribuição. Em especial, à Déia, minha companheira de luta, pelo amor imensurável que o destino me privilegiou.

Aos professores Mário Maestri, José Augusto Avancini e Suzana Bleil de Souza, integrantes da banca, pelos comentários e sugestões elaboradas.

Além desses, diversas instituições acadêmicas auxiliaram, de alguma forma, a construção deste trabalho, proporcionando um espaço adequado para a elaboração da investigação. São elas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Biblioteca Pública de Rio Grande, Biblioteca Pública de Pelotas, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Exército/RJ, Comando da 3ª Região Militar e do 6º Grupo de Artilharia de Campanha de Rio Grande, antigo quartel do 12º Batalhão de Infantaria, o “Treme-terra”, alcunha adotada na Guerra do Paraguai.

## “A HISTÓRIA FARÁ SUA HOMENAGEM”

(Gereba / Ivanildo Vilanova)<sup>1</sup>

Num profundo deserto sem ter fonte  
já surgiu um regime igualitário  
que o justo já sexagenário  
fez erguer-se a cidade Belo Monte  
para então vislumbrar no horizonte  
sem maldade, sem crime e sem dinheiro  
sem bordel, sem fiscal, sem carcereiro  
mas foi morto e tomado por selvagem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Quem viveu a seu lado, sempre quis  
ter real o que era fantasia  
o reinado do céu não prometia  
sim o reino da terra mais feliz  
afinal só o povo do país  
pode dar o retrato verdadeiro  
deste líder autêntico mensageiro  
que alguém deformou a sua imagem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Masseté, uauá, paraguaçu  
catinga, faxeiro, mororó  
cambaio, caipã, cocorobó  
monte santo, favela, trabibu  
beatinho, abade, pajeu  
vilanova, brandão e fogueteiro  
macambira, lalau e o sineiro  
Timóteo lendário personagem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Oh! Canudos país da promessa  
foi injusta e cruel a sua guerra  
tu que eras abrigo dos sem terra  
sem família, justiça, lar e pão  
o jagunço era apenas um irmão  
o fanático somente um companheiro  
junto ao mestre encontrando paradeiro  
confiança, família e hospedagem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Só o Vaza Barris tão solitário  
vive lá como um símbolo e uma prova  
de Canudos, igreja, velha e nova  
linha negra, trincheira, santuário  
malassombro de latifundiário  
coronel poderoso e fazendeiro  
hove mesmo esse reino alvissareiro  
que muitos tomaram por miragem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Setanejos morrendo de magote  
a bandeira rasgada era um molambo  
o quartel sem guarita era um mocambo  
a trincheira era a gripa do cerrote  
a metralha o feioso clavinote  
baioneta era alança do carreiro  
a corneta era o búzio do vaqueiro  
guarda peito gibão sua roupa  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Quase dez mil soldados de elite  
quatro bons generais lhes dando apoio  
bivaque arsenal bóia e comboio  
com dezoito canhões e dinamite  
numa guerra civil sem ter limite  
não um simples conflito passageiro  
brasileiro matando brasileiro  
os vencidos mostrando mais linhagem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

Era a luta da foice e do fuzil  
o facão enfrentando artilharia  
uma nódoa no nome da Bahia  
uma mancha no nome do Brasil  
mas talvez que no ano de dois mil  
esse nosso nordeste brasileiro  
seja outra Canudos por inteiro  
mais gente, mais garra e mais coragem  
a história fará sua homenagem  
à figura de Antônio Conselheiro

<sup>1</sup> BARRETO, Winston Geraldo e VILANOVA, Ivanildo. In: Canudos. *A história fará sua homenagem*. São Paulo: CPC UMES, p. 1997. Faixa 15.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar questões que tratam de identidade nacional, cidadania e exclusão social no Brasil, na última década do século XIX. Utilizamos como fonte principal de pesquisa, o diário de Isidoro Virgínio. Enquanto soldado do Exército, pertencente ao 12º batalhão de Infantaria de Rio Grande, participou da “Revolução Federalista” e da “Guerra de Canudos”. Procuramos dessa forma perceber as impressões de um homem proveniente das camadas populares, sua visão de mundo e suas reflexões sobre a República, o Exército, a nação brasileira e a extensão da cidadania para os segmentos populares da sociedade. Além disso, buscamos compreender as crenças políticas e religiosas, diante das estruturas ideológicas e de poder desse período.

Palavras-chave: Identidade Nacional. Cidadania. Guerra de Canudos.

## ABSTRACT

This paper aims at analysing questions about national identity, citizenship and social exclusion in Brazil in the last decade of the 19<sup>th</sup> century. A diary written by Isidoro Virgínio was the main source for this research. As an Army soldier in the city of Rio Grande, belonging to the 12<sup>th</sup> Infantry battalion, he took part both in the Federalist Revolution and Canudos War. We want, this way, to perceive the impressions of a man from the popular social classes and his views on the world, as well as his reflections on the Republic, the Army, the Brazilian nation and the extension of citizenship to the lower segments of the society. It is also an objective of this research to understand the political and religious beliefs towards the ideological and power structures of that period.

Key Words: National Identity. Citizenship. Canudos War.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	p.04
“A HISTÓRIA FARÁ SUA HOMENAGEM”	p.06
RESUMO / ABSTRACT	p.07
INTRODUÇÃO	p.10
1 A “POLÍTICA AMARELA”: FLORIANISMO, CASTILHISMO E IDENTIDADE MILITAR	p.20
1.1 A vida mal vivida	p.20
1.2 A ascensão dos castilhistas	p.26
1.3 Exército, política e cidadania	p.28
1.4 A batalha Cerro do Ouro	p.39
1.5 Deserção e reincorporação	p.43
2. OS “CENTAUROS DAS CAMPINAS”: OS MARAGATOS E A “FEDERALISTA”	p.51
2.1 A revolta do Treme-terra	p.54
2.2 Pátrias e querências	p.61
2.3 Um maragato cristão	p.65
2.4 Os “senhores” e as “feras”	p.70
3 “BRASILEIRO MATANDO BRASILEIRO”: A GUERRA DE CANUDOS	p.78
3.1 Rumo ao sertão	p.81
3.2 Os sertanejos	p.85
3.3 “Civilização” contra “barbárie”	p.87
3.4 O palco da luta	p.90
3.5 Fé e fanatismo: a guerra e o sentimento religioso	p.96
3.6 Santos e heróis: a sacralização da República	p.103
3.7 O retorno dos sertões	p.106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.114
ANEXOS	p.121



## INTRODUÇÃO

“O brasileiro, tipo abstrato que se procura [...] só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”.

Euclides da Cunha

Era 8 de agosto de 1897 quando o tenente Guilherme de Souza Soares concluiu a lista dos sobreviventes do 12º batalhão de Infantaria de Rio Grande. Contribuía desse modo com as ordens que o general Arthur Oscar determinara para a reorganização dos batalhões, após o primeiro combate da 4ª Expedição contra Canudos. Desenhou numa folha quadrados e retângulos, onde sistematicamente agrupou a relação nominal dos praças mortos e feridos no campo de combate, do dia 25 de junho até o dia 8 de agosto.

Pouco se sabe sobre esses 178 homens que aparecem ao longo de cinco páginas. Seus nomes entrecruzam-se em um questionário que indica as graduações equivalentes a cada sujeito, à companhia a qual pertenceram e algumas observações gerais. É, simultaneamente, uma lista e um formulário. Além disso, a lista divide-se verticalmente em três companhias, que se subdividem de acordo com as seguintes graduações: soldados, cabos, sargentos, anspeçadas e músicos. No campo das observações, podemos ver que dois momentos se destacam: 25 de junho e 18 de julho de 1897, correspondentes às datas dos combates da serra de Cocorobó e do morro da Favela. No primeiro temos, entre mortos e feridos, 62 militares, e no segundo conflito, outros 79. Todos os sete músicos da 1ª companhia foram feridos em 18 de julho. Entre os feridos está registrado o nome de “*Izidoro Virginio*”, músico de 3ª classe<sup>1</sup>.

Esta seria a única referência ao nome daquele cidadão comum, não fosse uma circunstância inusitada. O referido soldado, gaúcho de origem, que fizera parte do 12º Batalhão de Infantaria (BI), sediado em Rio Grande, que tomara parte ativa na Revolução Federalista e na Campanha de Canudos, tinha o hábito de registrar por escrito os acontecimentos de que participara, compondo um longo diário, o qual, pelas razões a seguir apresentadas, acabou em nossas mãos. Trata-se de testemunho inédito, não classificado nem integrado a qualquer acervo documental. Ele nos permitiu o acesso ao pensamento de um cidadão invulgar para o seu tempo, ao testemunho de um homem

<sup>1</sup> SOARES, Guilherme de Souza. Relação nominal dos praças mortos e feridos, do dia 25 de junho até a presente data - 12º batalhão de infantaria. Canudos, 08 Ag. de 1897. Ver anexo 1.

simples, de um homem comum, que viveu sua juventude na passagem para o século XX.

A vida das camadas populares do final do século XIX aparece em poucos testemunhos, multiplicando-se em fragmentos. Informações a esse respeito encontram-se espalhadas em arquivos públicos e particulares, processos judiciais, prontuários das Santas Casas e hospitais psiquiátricos, jornais, cartas, diários. E, quase sempre, os registros não foram feitos pelos próprios autores, sendo mais o fruto de considerações de uma elite letrada, cujo retrato da gente pobre, de prostitutas, de pequenos delinquentes, de valentões, de marujos e de soldados, aparecem carregados pelos filtros da ideologia, reproduzindo-nos o estereótipo de povo: feio, ignorante, mau, sujo e perigoso.

As informações de um diário nos permitem outra perspectiva. Tem um caráter intimista e pessoal, sendo um lugar de segredo e de confissão, que não responde a necessidade de ter um segundo ator. Não é como uma carta, que sempre é remetida a um leitor. Desse modo, não é tão vulnerável, escapando a boa parte dos filtros ideológicos, embora não totalmente. Existem poucos diários de pessoas pobres, do final do século XIX no Brasil. Por isso, precisamos escutá-lo! É uma das tantas outras vezes que se calaram, mas que através de seus registros impelem o leitor a se aproximar desse relato caracterizado pela visão de mundo próprio das camadas populares.

Quando atuou junto ao 12º BI, Isidoro considerava-se “maragato”, demonstrando simpatia pelos opositoristas de Júlio de Castilhos, atribuindo aos castilhistas o rótulo de “*pica-paus de papo amarelo*”. Tal qual os “jagunços” de Antônio Conselheiro, fez parte daquela fileira de insatisfeitos com os desígnios da República recém instaurada. Seu destino cruzou-se com os rebeldes baianos quando, junto ao seu batalhão, foi destacado para dar combate ao “inimigo” do sertão. Como tantos outros soldados, enquadrava-se perfeitamente bem no epíteto utilizado na época que, por deboche, identificava “maragatos” e “jagunços” no qualificativo chistoso “maragunço”<sup>2</sup>.

Era filho de agricultores. O aprendizado da terra seguiu o soldado que, para explicar as coisas, as pessoas e o mundo, fazia comparações ligadas à natureza. Também aprendera as expressões do quartel, muitas vezes vindas de longe, como aparece, igualmente, em Euclides da Cunha, “é tempo de Murici, cada um cuide de si”<sup>3</sup>, “civil”,

<sup>2</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. No Calor da Hora: a guerra de canudos nos jornais, 4ª expedição. São Paulo: Ática, 1974, p. 34, p. 372.

<sup>3</sup> CUNHA, Euclides da. Os Sertões - Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1997, p. 370.

“paisano”, entre outras, e que, até hoje, habitam os quartéis. Aos termos do cotidiano são acrescentadas metáforas extraídas da natureza, elementos sobrenaturais e mitológicos. Dessa forma é que Isidoro estabelece comparações e dá um significado para as coisas. Refere-se à política, falando das “feras”, utilizando o “cavalo” como símbolo de dominação e o “gado” como metáfora da opressão. Por vezes, vale-se de personagens históricos (nem sempre corretamente), como Pedro, o Grande, Átila, Torquemada, Dante Alighieri ou Inácio de Loyola, para traçar determinadas relações com o vivido. E ainda, personagens religiosos, entre os quais Nabucodonosor, Moisés e Jesus Cristo.

Às vezes mentia, “*pelos juntas*” (p.389). Era cada mentira de arrepiar. Como dissera, as pessoas gostavam mesmo de saber sobre a guerra de Canudos. Para ele, mentir não era pecado, pois se fosse, muita gente importante não estaria mais ali. Mas não fazia igual aos jornais ou às autoridades públicas, por interesses econômicos ou razões políticas: mentia para ter amigos. A solidão campineira povoava fundo a alma do soldado.

Com isto, resta saber se esse diário era um lugar de mentiras. O fato é que, confrontando as informações ali encontradas com aquelas fornecidas por Euclides da Cunha e outros memorialistas, que presenciaram “Canudos” e a “Federalista”, como o alferes Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, Marcos Evangelista da C. Villella, Ângelo Dourado, Honório Villanova, Dantas Barreto, Euclides Moura, e outros tantos, verifica-se a precisão do relato. Podemos até mesmo dizer que, tratando-se da questão política e institucional, pouco tinha a esconder.

Tais registros nos permitem pensar como ele se inseria ou, pelo menos, como pensava os fatos e as situações de sua época. Nas experiências políticas daquela sociedade, podemos encontrar elementos que possibilitam uma análise mais eficaz do problema. O papel do historiador é realizar esses encontros - de fontes - numa época em que as verdades estão sendo questionadas. Os testemunhos servem para enfrentar essa crise. Mas, testemunhos são visões de mundo. Qual a imagem o povo tinha de seus governantes, ao assistirem “bestializados”, nas palavras de Aristides Lobo<sup>4</sup>, a instalação da República?

---

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.9.

\*\*\*

Os fatos e as narrações estudados no presente trabalho tem como base de análise o conteúdo de dois cadernos que, junto com outros quatorze, compõem o diário de Isidoro Virgínio. Hoje, encontram-se sob a guarda do Sr. Paulo de Tarso Teixeira e Silva. Foi seu pai quem conheceu o Isidoro. E foi Isidoro que pediu para que ele guardasse os cadernos, quando sentira que a morte se aproximava. Na verdade temia que, após falecer, as freiras da Beneficência Portuguesa, de Rio Grande, jogassem tudo fora. Morreu em 1956, aos 79 anos de idade.

Sua preocupação tinha fundamento. Infelizmente, o primeiro caderno se perdeu posteriormente, pois, mesmo guardado na gaveta da mesa de trabalho do Sr. Paulo, após uma limpeza no escritório, foi posto fora. O caderno envelhecido e totalmente preenchido pareceu, aos olhos de uma senhora bem intencionada, aquilo que não era: lixo. A maior parte continuou a salvo, na casa do guardião. E se hoje se encontra ao nosso alcance é graças ao Sr. Paulo, que soube honrar um antigo compromisso paterno junto a um velho soldado. Por isso, dedico a ele esse trabalho.

Nos relatos manuscritos, em páginas amareladas pelo tempo, adivinha a sensibilidade das mãos de Isidoro Virgínio. Numa ortografia própria de sua época, observa-se o empenho em transformar cadernos padronizados das livrarias Globo em algo que lhe é próprio, singular: suas memórias. Cada página está devidamente numerada, sendo que títulos demarcam o ritmo de leitura dos assuntos por ele registrados. O segundo e o terceiro caderno, que perfazem a parte a ser estudada neste trabalho, recebem o nome de “A vida mal vivida”. O texto é dividido em capítulos que enfatizam o tema das reflexões, aparecendo sempre, ao final, o local e a data em que foram redigidos. Além disso, fica evidente o esforço artístico do autor, ao tomar o estilo literário requintado da elite. Através de um exercício visual, me coube decifrar, emaranhar-me em traços muitas vezes confusos, mas que mais adiante, desvendaram segredos de uma grafia e de uma linguagem pessoal. Dessa forma, decidi apresentar a fonte sem qualquer correção ortográfica e gramatical.

Os primeiros nove capítulos tratam da Revolução Federalista. Aqueles denominados “Para Alegrete” e “Para Canudos” foram escritos em Salvador, no forte de

São Pedro, entre 4 e 8 de abril de 1897: mal acabara de sair de uma guerra e já seguia para outra. “Na Terra do Vatapá” e “Para o Sertão” foram escritos a caminho do Belo Monte. No último registro antes da guerra, curiosamente aparece: “Cidade de Simão Dias, não tem data”. “Para o desconhecido” e “Nuvens Negras” foram escritos nos fortes de Barbalho e de São Pedro, na Bahia, entre 9 e 28 de outubro, após o conflito. Os dez capítulos seguintes foram produzidos na cidade do Rio de Janeiro, entre 10 de fevereiro e 3 de junho de 1898, sendo que todos ainda tratam do conflito na Bahia. Os próximos foram escritos em Rio Grande (tratam da saída de Canudos e do retorno à Rio Grande). Os três últimos foram registrados no Rio de Janeiro e referem-se à busca de espaço na sociedade carioca e ao conseqüente retorno à caserna.

\*\*\*

A história do soldado Isidoro Virgínio tem como pano de fundo a passagem do governo monárquico para o governo republicano, a inserção do Brasil nos quadros do capitalismo, a introdução do ideário positivista entre segmentos da sociedade – em especial no Exército. No âmbito regional, ele assistiu aos confrontos sangrentos entre as facções da elite rio-grandense, vendo triunfar o castilhismo. Suas memórias são exemplos de como alguém pertencente às camadas populares pensou a nação, nesse período.

Que importância teria o discurso de um único homem na elaboração do conhecimento histórico? Eric Hobsbawm vê a nacionalidade - e a nação - como um fenômeno dual, que não deve ser reduzida a uma única dimensão. Construída essencialmente pelo alto, não pode, no entanto, ser compreendida sem ser analisada de baixo, ou seja, a partir de “suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”<sup>5</sup>. Cabe ainda a sugestão de Katerine Verdery, quando diz que devemos

---

<sup>5</sup> HOBSEBAWN, Eric. Sobre história. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.20.

privilegiar a relação entre sujeito e contexto, recolocando “a ação nos seres humanos, constrangidos pelas estruturas sociais”<sup>6</sup>.

A realização desse trabalho depende, justamente, da relação entre a parte e o todo, tendo por base uma análise coerente e dialética sobre o universal e o particular. Construir conhecimento histórico a partir dessas premissas é o problema que mobiliza esse estudo. As demais questões que o relato nos permite elaborar importam na medida em que nos dão subsídios para uma compreensão ampla do fenômeno, pois é a partir das relações humanas que podemos compreender o mundo.

Outro problema que os historiadores têm de enfrentar diz respeito aos escassos testemunhos das “classes subalternas” do passado. O que a nação significava para os integrantes das camadas populares? Acreditamos que esta pergunta pode ser respondida em parte através do pensamento de Isidoro Virgínio, a partir do qual é possível notar um testemunho genuíno da cultura popular no Brasil ao final do século XIX. Entretanto, esta testemunha deixa também aqueles “resíduos de indecifrábilidade” que Ginzburg apontou para o caso de Menocchio. São esses os limites que irremediavelmente temos que aceitar. Não obstante, Isidoro pode ser visto como um caso representativo mesmo levando em conta que não fora um soldado qualquer, tal qual o moleiro friulano. Ambos não escaparam da “jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada”, mencionada por Ginzburg<sup>7</sup>.

Deste modo, o objetivo geral desse trabalho é pensar, a partir do diário do soldado, sobre a forma pela qual ele viu os conflitos da “Federalista” e de “Canudos” e quais as relações que a partir dele podemos estabelecer a respeito da mobilização da elite gaúcha contra Antônio Conselheiro. Pretende-se também tecer as possíveis relações destas informações com as de outros diários, preenchendo deste modo uma lacuna, uma vez que os demais memorialistas contam a versão dos “de cima”. A “Federalista” foi o acerto de contas entre oligarquias, enquanto no caso de Belo Monte elas se voltaram contra o povo. Para derrotar a cidade de taipa, precisaram de homens como Isidoro, que era do povo.

---

<sup>6</sup> VERDERY, Katerine. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje; in: BALAKRESHNAN, Gopal. Um mapa da questão. RJ: Contraponto, 2000, p.271.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.34.

No diário, um homem comum expõe seus pensamentos relativos ao quadro político, à República, ao Exército e apresenta, no decorrer de sua narrativa, a concepção de cidadão que ele acredita ideal e a que lhe cabe: sua própria experiência como cidadão, como brasileiro. Assim, comparecem pontos de vista e informações sobre as condições materiais da vida dos soldados, bem como elementos que nos permitem aquilatar a efetiva existência de uma identidade militar, mas também das interferências regionais na consecução de uma identidade nacional. E, ainda, o peso de elementos místicos na qualificação da identidade religiosa popular.

\*\*\*

Falar sobre identidade nos leva a pensar sobre como as associações humanas articulam seus laços afetivos de coesão social, a partir do reconhecimento do “eu” e do “outro”. Dessa forma, a construção social das identidades ocorre tanto a nível de indivíduo como de grupo, de forma espontânea ou não. A identidade adjetiva-se como nacional, na medida em que tanto as nações como os indivíduos possuem identidades, normalmente baseadas no chamado caráter nacional, que pode ser justificado pela hereditariedade ou pela territorialidade. Assim, enquanto nacional, ela existe “no sentimento do ‘eu’ do indivíduo como nacional e na identidade do todo coletivo em relação a outros da mesma espécie”<sup>8</sup>.

Desse modo, podemos pensar que existem mais de uma forma das pessoas experimentarem o “nacional”. Essas práticas podem ser bastante abrangentes, como a relação da política no ambiente familiar ou então fora deste, na medida em que o discurso nacionalista se expande para as ruas e para as instituições, tomado de um apelo integracionista que pode propor tanto a construção social ampla como a guerra, seja ela interna ou não ao território considerado nacional. Pode ser evocado pelo sangue, como um atributo genético, ou então a partir de um corpo territorial, cujo discurso evoca seus membros a uma unidade cujo princípio é o nascimento geográfico. Seja pelo sangue ou pela terra, o sentimento nacional/pode ser utilizado como discurso integrador ou não, na medida em o discurso se mostre de tal forma abrangente e capaz de agregar quantidades cada vez maiores de pessoas e desde que essas mesmas pessoas se sintam nacionais.

---

<sup>8</sup> VERDERY, Katerine. Op. Cit., P. 242.

É a partir desses sentimentos que ocorre a ação no pensamento humano como referência individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Toda realidade social é constituída por fatos materiais, intelectuais e afetivos, que estruturam, simultaneamente, a consciência do sujeito, envolvendo a construção de valores capazes de orientar ações humanas, a partir de expressões imediatas do pensamento individual. Internalizadas, passam a fazer parte da visão de mundo do sujeito. Para Lucien Goldmann, visões de mundo são estruturas psíquicas que se orientam para uma organização global da sociedade. Sua elaboração é lenta e complexa, cujas etapas se constroem ao longo de várias gerações e supõe a práxis conjunta de um número considerável de indivíduos constituintes de um grupo social específico. Esse grupo elabora a sua própria consciência coletiva. A consciência coletiva indica um conjunto de consciências individuais e as suas relações de reciprocidade, que só existe nas consciências individuais de seus membros. Cada uma delas se apresenta sob a forma de uma maior ou menor variação de uma mesma estrutura, a nível mais geral, dos grandes sistemas estruturados, atingindo o nível das totalidades mais específicas e particulares, que são as visões de mundo.

As visões de mundo não podem ser fatos puramente individuais. Não são um somatório de elementos isolados e independentes, mas conjuntos cujas partes são interdependentes, ligados por regras específicas que limitam as possibilidades de transformação. A vida social e histórica estrutura comportamentos de indivíduos que atuam conscientemente na sociedade. Esse processo de estruturação é coletivo e provém da busca de respostas unitárias e coerentes para os problemas que surgem em suas relações sociais. Dessa forma, pretendo discutir sobre como o memorialista traça a sua própria concepção de nacionalidade naquele período. Ou seja, qual a visão de mundo do soldado, qual é a relação identitária entre sociedade e sujeito, como ele é construído pela instituição integradora e qual é o contexto em que está imerso<sup>9</sup>.

De acordo com o que foi dito, utilizo o conceito apresentado por Manuel Castells, para quem “identidade é a fonte de significado e experiência de um povo”. O autor entende que significado “é a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”. Já para os atores sociais, identidade é o processo de construção de significado baseado em um atributo cultural ou um conjunto

---

<sup>9</sup> GOLDMANN, Lucien. Epistemologia e filosofia política. Lisboa: Ed. Presença, 1984, pp.22-6.



de atributos culturais inter-relacionados que prevalece sobre outras fontes de significado. Além disso, podem haver identidades múltiplas<sup>10</sup>.

No entanto, adverte Castells que é necessário distinguir identidade e papéis. Os papéis organizam funções e são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Dessa forma, dependem de negociações entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, organizam significados, estabelecendo fontes de significado para os próprios atores, construídas por um processo de individuação. Embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolve. Entretanto, algumas auto-definições podem também coincidir com papéis sociais<sup>11</sup>.

A utilização do conceito “identidade” se justifica pela sua abrangência, pois ele serve tanto para um indivíduo como para um grupo. Esclarece-nos Sylvia Caiuby Novaes quando diz que o conceito de identidade opera, assim, no plano de uma estrutura macro-social e é um fenômeno que envolve, necessariamente, considerações no nível sócio-político, histórico e semiótico. Dessa forma, permite estabelecer relações com outros conceitos, como cidadania, religiosidade, fé e regionalidade, pois exigem uma identificação de indivíduos como sujeitos de um grupo. A identidade é evocada sempre que um grupo reivindica para si o espaço político da diferença. Nessas manifestações não há um interlocutor específico. São grupos que se dirigem à sociedade, de modo geral, ou a uma entidade abstrata, como “o governo”<sup>12</sup>. Na identidade regional, criou-se um “nós coletivo”, que leva a uma ação política e emerge quando sujeitos políticos se constituem, implicando na desconsideração das diferenças entre liberais e conservadores unidos como “maragatos”.

O diário de Isidoro nos permite pensar, a partir do enredo que testemunha e oferece, uma versão, a partir da qual podemos perceber o ser humano que está preso na interseção entre a regionalidade política dominante, a pedagogia militar e republicana,

---

<sup>10</sup> CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.23.

<sup>11</sup> CASTELLS, Manuel. Op. Cit., p. 24.

<sup>12</sup> NOVAES, Sylvia Caiuby, Jogo de Espelhos. São Paulo: EDUSP, 1993, p.26.

junto da cultura popular em que está inserido. Além disso, podemos perceber através das relações identitárias que ele estabelece e que, muitas vezes, são impostas a sua existência, qual o lugar que a elite lhe reservava. Isso o faz ver e distinguir da religião, da falsidade, da opressão, da exclusão social e do fratricídio, o que ele é, trabalhador, cristão, humanista. A República é diferente daquela que ele sonhara.

Para Sandra Jatahy Pesavento, a identidade é um “processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define em relação a um ‘nós’, que, por sua vez, se diferencia dos ‘outros’”. O padrão de referência identitária fixa estereótipos, constrói estigmas, define papéis e pauta comportamentos. Partindo de um sistema articulado de idéias, como o “castilhismo” ou o “maragatismo”, a identidade estabelece uma existência social distinta, que se traduz em práticas sociais efetivas. Pensando no jogo “das correspondências e exclusões, que contrapõe a identidade à alteridade”, a autora considera que o ponto de referência central é o sentido de “pertencimento”, estabelecendo uma comunidade de sentido, dotada de uma força integradora e transformadora do real. A identidade, como construção imaginária, processo de “ilusão do espírito”, acarreta um processo de opção e escolha, necessitando de reconhecimento e identificação. Utiliza-se de dados concretos do real e os “reapresenta por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido”<sup>13</sup>.

Neste trabalho, procuramos encontrar, na “trilha” que Isidoro nos deixou, o significado da experiência em dois momentos aparentemente distintos: a “Federalista” e “Canudos”. Portanto, buscamos dar voz ao testemunho de um homem simples, a um soldado, pertencente a um grupo estigmatizado. Tentando desenvolver uma história vista “de baixo para cima”, optamos por estruturar o texto em três capítulos. No primeiro, chamado “Política amarela”, o objeto é examinar as concepções de Isidoro a respeito da política de sua época e, em particular, a respeito da participação política do exército. Já no segundo capítulo, “Os centauros das campinas”, pretende-se averiguar o modo pelo qual Isidoro concebe a dissidência maragata e o governo castilhista. Quanto ao terceiro, tem em vista examinar o testemunho do soldado por ocasião do conflito no

---

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das identidades Urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). In Anos 90 – Revista de Pós-Graduação em História. UFRGS. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, nº 4, dezembro 1995, pp. 115-116.

arraial de Belo Monte, suas opiniões a respeito dos grupos envolvidos e suas concepções sobre o sentido da guerra.

## 1 A "POLÍTICA AMARELA": FLORIANISMO, CASTILHISMO E IDENTIDADE MILITAR

"Os batalhões ganhavam fama  
e com a fama apelidos:  
o 2º era o Dois de Ouro  
o 12º o Treme-Terra  
o 13º o Arranca-Toco  
o 16º o Glorioso  
e o 1º de artilharia, o Boi de Botas."

Érico Veríssimo

### 1.1 - "A vida mal vivida"

Quase todas as tentativas de encontrar quaisquer documentos oficiais a respeito de Isidoro Virgínio mostraram-se infrutíferas. Assim, as informações relativas a sua vida provém diretamente do diário e só puderam ser obtidas a partir de uma rigorosa análise de diferentes informações fornecidas por ele próprio.

É bem provável que ele tenha nascido em 1877, na cidade de Rio Grande. Imaginamos que assim tenha sido porque, na informação de um fato ocorrido em junho de 1894 ele afirmou ter, na época, 17 anos de idade. Embora não tenhamos encontrado no bispado de Rio Grande os registros de nascimento ou de batismo, sabemos que ele era natural dessa cidade porque ele próprio diz isso em seu diário. Também aí ele fala de seus parentes, de certos locais em que moraram e do tipo de vida que levavam, mas isto de modo muito esporádico.

Seus familiares eram de duas regiões não muito distantes de Rio Grande: a Ilha dos Marinheiros e o Povo Novo. Não sabemos qual é sua etnia, pois além de não encontrarmos tal indicação no diário, não temos um estudo sobre as famílias de lá. Enigmaticamente, nos resta poucas pistas; era filho de agricultores e sua infância não deve ter sido muito diferente da maioria de seus conterrâneos: "*vendo a cidade tão perto, ella ali, e eu aqui. Nascido e criado nos campos alargado. Não era boi nem cavallo, era cria da liberdade campineira e de ares amenos*" (p.382)<sup>1</sup>. Entretanto, não gostava do trabalho do campo, por considerá-lo estafante demais: aquele era um lugar

<sup>1</sup> Todas as citações textuais do diário serão indicadas entre aspas, seguido da numeração da folha indicada nos cadernos.

*“barbaro, mesmo quando chove chuva do céu, sempre ha o que fazer, não ha folga. Tanto para os homens como para as mulheres e creanças. Sim, as creanças, conforme a idade que tem. Mal principia o dia, e com [sic] dia o trabalho no duro e pezado. Não se respeita folga, muito menos Domingos, dias santos e feriados”*(p.382).

O pai, provavelmente, morreu quando ainda era criança. A mãe faleceu em 1891, quando ele tinha 14 anos, deixando três filhos; um deles se chamava Leôncio. Em 1898, já em Rio Grande, registrou que foi até a *“doca do mercado [...] ver se tinha algum de meus irmãos, o se estava la na outra banda, cavando terra”*(p.377), quando soube que só no dia seguinte Leoncio viria para aquela cidade. Dias depois, disse que tinha um padrasto que se chamava *“seu Antônio”*(p.383).

Quanto aos motivos que os levaram a morar em Rio Grande, nada sabemos. Isidoro apenas disse que quando foram para a cidade, ele já tinha dez anos *“bem puchados sem ser parecia ser um manacá das Coxilhas”*(p.382) – uma espécie de arbusto ornamental com um fino tronco. Já na sua idade adulta, revelara Ter uma baixa estatura.

É bem provável que sua inserção no exército tenha ocorrido nos moldes habituais adotados no final do século XIX. Conforme John Schultz, os efetivos militares diminuíram com o fim da Guerra do Paraguai. Após uma rápida desmobilização, o Exército ficou com números inferiores ao quadro anterior<sup>2</sup>. Para Renato Pinto Venâncio, em certos conflitos, como a guerra do Paraguai, o número de crianças combatentes aumentou sensivelmente. Capturadas pelas autoridades nos campos e nas ruas das grandes cidades, nem sempre eram menores abandonados: provinham, também, de famílias de agricultores e de pescadores. Muitas vezes, eram levadas sem o consentimento das famílias, que reclamavam posteriormente a guarda.

Conforme Pinto Venâncio, parte das crianças pobres abandonadas podiam ser encaminhadas para instituições correcionais como as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Ao final do Império, estas podiam ser encontradas em várias cidades do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Ofereciam um regime de internato, onde os jovens aprendiam a ler e a nadar, além de ganharem roupas e comida.

<sup>2</sup> SCHULZ, John. O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 88-90.

Da escola de aprendizes, as crianças iam para o serviço militar. Nos navios de guerra, por exemplo, eram economicamente mais vantajosas para os comandantes, realizando algumas funções indispensáveis e, ao mesmo tempo, gastando poucos recursos, pois comiam menos que um adulto (basicamente, um pouco de farinha de mandioca e charque). Ajudavam os oficiais, prestando serviços de camareiro, faxineiro, auxiliar de cozinha, entre outras funções que não exigissem muita força. Participavam também nos momentos de guerra, levando munição para os artilheiros navais<sup>3</sup>.

Mas, nem sempre o recrutamento era feito à força. De acordo com Paulo Moreira, a origem social dos soldados vinham dos escravos que, muitas vezes viam na farda uma possibilidade de se tornarem livres, como cidadãos brasileiros. Percebemos, então, a facilidade com que se ingressava nas Forças Armadas. Muitos escravos fugidos inventavam um nome qualquer e se alistavam, buscando algum tipo de inserção social. Na República, o soldo pouco atrativo também não motivava os populares<sup>4</sup>. Sobre o ingresso de Isidoro Virgínio no Exército, podemos fazer algumas conjecturas. Embora não saibamos exatamente quando ocorreu, certos indícios nos permitem supor a data aproximada. Após a guerra do Belo Monte, quando já não era mais um militar, revelou que tinha “8 *annos de praça nos costados*”(p.374). Já no documento de “assentos”, obtido por intermédio do general Luíz Seldon da Silva Muniz, consta que ele foi “excluído por conclusão de tempo a 20 de Dezembro de 1898 ”<sup>5</sup>. Conforme Isidoro, a saída aconteceu em “27 *do me [sic] de Dezembro, dia de minha liberdade*”(p.373). O que nos leva a supor que a data de ingresso tenha ocorrido entre o final de 1890 e o início de 1891. Desse modo, teria ingressado no Exército com aproximadamente 13 anos de idade.

De acordo com a data de ingresso, é grande a possibilidade de que Isidoro tenha estado entre as pessoas recrutadas à força, pois, conforme as informações de um observador atendo dos fatos desta época, Euclides Moura, em 3 de novembro de 1890, cinco dias após a dissolução do Congresso Nacional, a guarnição de Rio Grande se rebelou e, por este motivo, os recrutamentos forçados tiveram início:

<sup>3</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. in: DEL PRIORE, Mary (coord.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2000, pp. 62-5.

<sup>4</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888). Porto Alegre: UFRGS (dissertação de mestrado), 1993, p. 43.

<sup>5</sup> Arquivo histórico do exército. livro de assentamentos - 1 companhia/ Rio de Janeiro, 1898, p. 89.

"os chefes da coligação monárquica, mandando proceder a recrutamento e organizando batalhões compostos de cidadãos arrancados à força do seio das suas famílias, que ficaram na miséria, [...] Entre outros fatos tristíssimos(...) em Pelotas(...) uma família de laboriosos cultivadores, lançando nos horrores da fome uma infeliz senhora e cinco inocentes criancinhas"<sup>6</sup>.

Não obstante, ele próprio nada nos informa sobre as circunstâncias que o levaram ao exército. Mas, é certo que tinha opinião bastante desfavorável sobre o recrutamento forçado. Quando narra a luta do Cerro do Ouro, ocorrida em 1893, lamenta a forma pela qual os soldados eram recrutados: "*violentamente arrancados de seus lares, e sobre penna de morte defender este o aquelle governo. É a forma uzual dos fervinhos politicos, para fazerem revoluções. Pegar os infilizis camponezes a laço e a balla, para nos campos de lucta morrerem por elles, políticos aventureiros*" (p.113-4).

Devido ao golpe do Marechal Deodoro, ocorreram diversos movimentos de resistência, inclusive dentro dos quartéis: Entre esses estava o 12º batalhão de infantaria, cognominado na Guerra do Paraguai como o "Treme-terra"<sup>7</sup>. Em 1892, com o acirramento da luta entre Pica Paus e Maragatos, aconteceu uma divisão política também entre os militares. Conseqüentemente, diante das tendências anti-castilhistas dos militares de Rio Grande, o Treme-terra foi deslocado para Cachoeira, longe dos estímulos políticos de seus conterrâneos.

Encarregados de resistir às forças de Gumercindo Saraiva para assegurar a manutenção das autoridades castilhistas na região, marcharam para São Gabriel. Tempos depois ocorreu o sangrento combate do Cerro do Ouro; os maragatos foram os vitoriosos, dizimando uma grande tropa pica pau. Desse modo, em 3 de dezembro de 1893, o 12ºBI saiu apressadamente de São Gabriel, chegando três semanas depois em Rio Grande.

Em 7 de abril do mesmo ano, o Almirante Custódio de Melo atacava essa cidade. Isidoro, acompanhado de 8 companheiros, desertou da linha de frente. No dia seguinte, decidiu não acompanhar os outros soldados que foram se juntar as forças maragatas. Retornando ao centro da cidade, auxiliado pelos amigos ligados a sua família, escondeu-se até que sua fuga foi acertada. Dirigiu-se para São Lourenço do Sul, onde três dias

<sup>6</sup> MOURA, Euclides B. de. O Vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1892, p. 35.

depois foi preso pelas autoridades locais e, conseqüentemente, reintegrado ao Tremeterra, após uma estadia na prisão.

Pelo que podemos constatar, Isidoro parece ter se adequadamente bem ao cotidiano do quartel. Bem comportado, disciplinado e zeloso com seu fardamento, não tinha o perfil de um soldado que fosse, nesse sentido, hostilizado por seus superiores. No documento de assentos, por exemplo, aparece um elogio oficialmente formalizado nas seguintes palavras: em determinada data, *“...foi pelo Senhor Coronel Comandante, louvado pella correcção e asseio com que se apresentou na revista do armamento, passada pelo mesmo, salientando-se dos seus camaradas neste cumprimento do dever”*.

Oito meses se passaram entre o último escrito e o novo capítulo, intitulado “Nascentes”. Conforme seu relato, em 22 de março de 1895, o 12ºBI deslocou-se para a Estação de Nascentes”, próximo a Bagé. Ali permaneceram até ser assinada a “Paz de Pelotas”, em 23 de agosto do mesmo ano. No dia 7 do mês seguinte, retornaram para Rio Grande, onde conheceu seu novo comandante, o ten-cel Tristão Sucupira de Alencar Araripe. Seguindo as instruções do comando florianista, esse oficial exerceu uma política de apaziguamento entre militares castilhistas e maragatos que porventura viessem a aumentar a tensão política interna. Em 4 de setembro de 1896, o Tremeterra recebeu ordens de partir para Alegrete, ao mesmo tempo que seria substituído pelo 29ºBI, seu rival político. Após evitar uma incipiente revolta de seus comandados, o ten-cel Sucupira conseguiu embarcar suas tropas, que chegaram em Alegrete em 4 de outubro de 1896. Em 18 de março de 1897, partiram rumo à Canudos, a fim de se juntar a coluna do general Savaget, na 4ª Expedição Militar contra as forças de Antônio Conselheiro.

Em 26 de março partiram de Porto Alegre, chegando no dia seguinte em Rio Grande. Nesse mesmo dia, seguiram para o Rio de Janeiro, adentrando na Baía da Guanabara em 30 de março. Não chegaram a desembarcar. Após receberem a visita do presidente Prudente de Moraes, onde ocorreu uma rápida cerimônia, o navio deixou o cais ao entardecer. No segundo dia de abril avistaram Salvador onde permaneceram até o dia 13 de abril, quando embarcaram para Aracaju. Na capital sergipana, permaneceram por pouco tempo, marchando para o sertão até chegarem em 4 de maio na cidade de Simão Dias. Dali pra frente não existiam mais estradas; por isso, o

---

<sup>7</sup> MACEDO SOARES, Henrique Duque Estrada de. A Guerra de Canudos. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902, pp.115-6.



deslocamento efetuou-se em terreno árido e desconhecido. Isidoro, por sua vez, só voltou a registrar os acontecimentos em seu diário, em 9 de outubro de 1897, quando já se encontrava em Salvador: a resistência de Canudos já tinha sido destruída.

“Para o desconhecido” foi o nome dado ao capítulo escrito após a guerra. De acordo com o soldado, a 2ª coluna em marcha passou por vários sítios e fazendas, abandonadas na medida em que as tropas se aproximavam, até chegarem na cidade de Jeremoabo, onde a coluna Savaget foi reorganizada. Pouco tempo depois, partiam rumo a Canudos, sendo que em 25 de junho ocorreu o combate de Cocorobó, que arrasou o contingente do Trem-terra e ocasionou, entre outras tantas baixas, a morte do comandante Sucupira, no dia 27 do mesmo mês. No entanto, esse combate possibilitou as tropas avançarem. Em 10 de fevereiro, Isidoro encerrava em Pinheiro, no Rio de Janeiro, o capítulo “Alto da Favela”, onde narrou o combate notoriamente conhecido pelo mesmo nome. Além disso, relata (entre outros acontecimentos) que, em 18 de julho, ocasião do conflito, foi levemente ferido na cabeça e no ombro. E assim prosseguiu, escrevendo outros capítulos sobre a guerra, onde descreve as duras condições da batalha, como a sede e a fome desesperadoras, a falta de abastecimento, os atos abusivos praticados constantemente contra os prisioneiros, os fuzilamentos e toda a sorte de atos bárbaros ocorridos naquele conflito.

Em 20 de dezembro de 1898 saiu do Exército (embora o soldado diga que estiveram-no até o dia 27), permanecendo poucos dias no Rio de Janeiro em busca de emprego, mas não obtendo êxito, retornou para Rio Grande. De volta a sua cidade natal, continuou escrevendo sobre o conflito de Canudos. Conforme relata, retornaram em Outubro para Salvador e, em 7 de novembro de 1897, desembarcaram no Rio de Janeiro, onde permaneceu por aproximadamente um ano. Enquanto prosseguia em seus registros, começou a trabalhar como agricultor na Ilha dos Marinheiros, onde estava sua família. Comenta Isidoro que as dificuldades que o trabalho lhe infligiam foram insuperáveis, de forma que desistiu de trabalhar com a terra e retornou para Rio Grande. Novamente procurou a família do ferreiro Luís libório que, solicitamente, lhe oportunizou trabalho na padaria do Sr. Bento. E assim, Isidoro aprendeu o novo ofício até que, no final de julho de 1900, partia para o Rio de Janeiro para novamente tentar a sorte. A princípio, as economias que fizera em Rio Grande pareceram-lhe uma fortuna. Entretanto, o dinheiro terminou sem que conseguisse arranjar trabalho. Sem esperanças, sem dinheiro e faminto, retornou ao 1ºBI de infantaria: em 30 de agosto de 1900 era

reintegrado como praça. Pelo que nos conta, integrou-se novamente como soldado-músico, onde aprendeu a tocar instrumentos diferentes, como o saxofone, o que o levou a participar, além das cerimônias militares, de inúmeras festas e bailes da sociedade carioca, onde permaneceu por um tempo que não pôde ser determinado, pois o segundo caderno termina enquanto ele ainda estava no Exército, fazendo exercícios de guerra em Copacabana, em 2 de novembro de 1902. Pelo que sabemos, embasados nas informações do Sr. Paulo de Tarso, Isidoro deixou o Exército para ingressar na marinha mercante, o que lhe possibilitou conhecer boa parte do mundo.

Essas são algumas das referências biográficas que pudemos encontrar nos dois primeiros cadernos, somadas a outras informações provenientes de diferentes fontes. Embora não tenhamos encontrado a certidão de batismo, nem a de óbito, fomos informados pelo guardião do diário que ele falecera em 1956, na Beneficência Portuguesa de Rio Grande, aos 79 anos de idade.

## 1.2 - A ascensão dos castilhistas

Em 17 de janeiro de 1893, Isidoro terminou de escrever o capítulo "Vingança Amarela", no qual relata a transferência do seu Batalhão de Rio Grande para São Gabriel. Como se sabe, o verbo "vingar" indica a idéia de um motivo anterior merecedor de punição, a promoção da reparação de algo, tirar a desforra, castigar. Neste caso, a "vingança" em questão dizia respeito às duras medidas que os castilhistas impuseram a eles, militares maragatos.

Para ele, as decisões favoráveis ao castilhismo constituíam uma "política amarela", uma política dirigida por "*vorazes pica-paus de peito amarelo*" (p.103), valendo-se do apelido das forças legalistas, devido ao formato do quepe, de oficiais, parecidos com o bico do pássaro. Em seu modo peculiar de retratar o cenário político em que viveu, a "vingança amarela" constituiria um entre outros exemplos da "politicanha", quer dizer, uma forma de agir incorreta e odiosa. Mas de que os castilhistas teriam se vingado? Qual a visão do soldado a respeito do florianismo e do castilhismo?

Antes de respondermos a estas questões, convém lembrar que o quadro político-social do Rio Grande do Sul, no período em que Isidoro começou a redigir seu diário

esteve marcado por conflitos que extrapolavam os limites do próprio estado. Conforme Helga Piccolo, no início da República os militares não lutavam somente pelo poder político, mas também pelo monopólio da força armada dentro do território nacional, para o que o poder dos senhores guerreiros da fronteira constituía uma ameaça. A aliança entre militares e castilhistas era justificada pela necessidade de manter a ordem pública a partir da intervenção federal conduzida pelo Exército<sup>8</sup>.

Desse modo, em 23 de novembro de 1891, a esquadra do almirante Custódio de Melo se amotinou na baía da Guanabara, o que levou Deodoro da Fonseca a renunciar, deixando a presidência a cargo do marechal Floriano Peixoto. Em 13 de março de 1892, as forças castilhistas reuniram-se na Argentina; preparavam-se para a invasão da fronteira gaúcha. Em 12 de junho de 1892, Floriano telegrafou ao Visconde de Pelotas para tranqüilizá-lo quanto ao envolvimento das forças federais no conflito, mas o retorno de Castilhos ao poder teve seu apoio, pois ambos eram aliados.

O plano revolucionário de 1892 levaria os castilhistas ao poder. O movimento estava marcado para eclodir entre Março e Junho. De Porto Alegre, a junta diretora constituída pelo general Júlio Frota, Júlio de Castilhos e João Alves, coordenaria as tropas. A invasão ocorreria, simultaneamente, em todas as regiões do Estado que pudessem compor forças<sup>9</sup>.

Estabelecida a aliança entre Castilhos e Floriano, em 17 de Junho explodiu a Revolução Federalista. O gen. Joca Tavares transferiu o governo para Bagé. Em 18 de junho, forças militares atacaram Santana do Livramento por ordem de Victorino Monteiro. O objetivo principal era dominar Bagé, por considerarem que ali se encontrava o principal arsenal, como também por sediar o governo do gen. Tavares. Para lá seguiram importantes lideranças, como Juca Tigre.

Conforme Moreira Bento, devido ao agravamento do conflito, veio do Rio de Janeiro, nomeado comandante das operações de guerra, o gen. João Batista da Silva Telles. Juntaram-se a ele o 28ºBI (Rio Pardo), 29ºBI (Pelotas), 30ºBI (Porto Alegre). Além dessas unidades, também vieram dar apoio o 11º BI (Fortaleza), 20ºBI (Goiás), 25ºBI (São Paulo), 31ºBI (São João del Rey), 32ºBI (Vitória) e o 35º BI (Teresina),

---

<sup>8</sup> PICCOLO, Helga I. L. O "Nacional" e o "Regional" na Revolução Federalista. Florianópolis: SBPH/Anais da XIII reunião, 1993, p.258.

<sup>9</sup> MOREIRA BENTO, Cláudio. História da 3ª Região Militar- 1889-1953. P. Alegre: Qualidade, 1995, p.62.

como também os corpos de Piratini e Canguçu<sup>10</sup>. Todos estes eventos políticos contaram com o envolvimento ativo dos militares. Tal envolvimento, entretanto, pode ser observado não apenas no papel desempenhado pelos adeptos da República e do Castilhismo. Havia também aqueles simpáticos aos revoltosos, ao maragatismo.

Conforme Helga Piccolo, a construção da hegemonia do PRR teve que passar por um conflito armado de dois grupos que tinham projetos distintos, tanto ao nível de desenvolvimento econômico quanto político. Para a autora, a “*derrota dos 'maragatos' representou também o solapamento do poder dos senhores guerreiros que dominavam o espaço fronteiro*”<sup>11</sup>. Lembrando Aristides Lobo, “*por hora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim*”<sup>12</sup>.

### 1.3 Exército, Política e Cidadania.

Desde a Guerra do Paraguai, os militares se consideravam os guardiões da territorialidade, das instituições, do desenvolvimento e da soberania nacional. Como soldado, Isidoro assimilava essa identidade legitimadora e se integrava aos discursos do Estado nacional, reivindicando o respeito pela hierarquia e assumindo deveres, como a plena obediência de sua categoria. Vigorava então uma pedagogia nacionalista que estimulava um sentimento de brasilidade, baseado na territorialidade e na obediência das instituições.

Para Benedict Anderson, toda nação é uma comunidade política imaginada. Seus membros vivem a imagem de uma comunhão, cujo passado é mais ficcional do que concreto<sup>13</sup>. Talvez seja essa mesma idéia que Eric Hobsbawm nos propõe quando diz que a nação é “*qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação*”. Dessa forma, a identidade nacional é um conceito problemático que deve ser considerado no plural. Como nos mostra Hobsbawm, não se pode presumir que, “*para a maioria das pessoas, a identificação nacional (quando existe) exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social*”. Além disso, ela é sempre combinada com

<sup>10</sup> Idem, p. 94.

<sup>11</sup> PICCOLO, Helga H. L. Op.Cit, p. 90.

<sup>12</sup> CHACON, Vamireh. Deus é Brasileiro. O imaginário do messianismo político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1990, p.160.

<sup>13</sup> ANDERSON, Benedict. In: BALAKRESHNAN, Gopal.(coord.) Um Mapa da Questão Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.23.

outros tipos identitários, mesmo quando possa ser sentida como superior as demais. Pode, também, mudar e se deslocar no tempo, mesmo em períodos breves<sup>14</sup>.

Para Manuel Castells, a construção social da identidade sempre ocorre num contexto marcado por relações de poder, no qual cada tipo de processo de construção leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade<sup>15</sup>. Essa afirmação vem confirmar o que disse Helga Piccolo, quando afirmou que, paralelamente ao esforço da elite dirigente brasileira construir uma “identidade nacional”, indispensável ao processo de construção do Estado nacional, ocorre a construção de identidades regionais. A consequência disso foi a “Revolução Federalista” no Rio grande do Sul que dividiu os gaúchos em duas identidades básicas: pica-paus e maragatos<sup>16</sup>. Como foi dito, defendiam interesses, identidades e projetos nacionais distintos. Conforme Castells, a identidade de projeto ocorre quando atores sociais, utilizando-se de determinadas referências culturais, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade<sup>17</sup>. Dessa forma, disputavam o poder para se legitimarem como condutores hegemônicos do novo regime, seja a nível regional ou a nível nacional. Dessa maneira, construídas como legitimadoras, encontravam no personalismo - no caso do republicanismo castilhistas e florianistas - nomes que mais pareciam partidos políticos.

Pensando no espaço fronteiriço gaúcho, Helga Piccolo diz que ele permitia circulação de idéias, de identidades, que começaram a se estruturar a partir do início do século XIX, embora ainda não tivessem conotações nitidamente nacionais. Utilizando-se do conceito de Benedict Anderson, a autora lembra que a nação (comunidade política imaginada) ainda estava em construção<sup>18</sup>. Se assim é, auxilia-nos Otávio Ianni quando diz que esse processo não se completou. Para ele, o Brasil ainda não é propriamente uma nação, embora haja momentos que pareça. Desse modo, pode ser considerado um “*Estado nacional*”, um “*aparelho estatal organizado*”, embora esteja simbolizado e, em algum momentos, compreendamos como um todo em movimento e transformação<sup>19</sup>.

Quanto ao uso que este Estado fez da violência para se legitimar, Anthony Giddens, baseando-se em Otto Hintze, afirma que o poder militar é “*tanto parte do*

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric. Op.Cit., pp.18-20.

<sup>15</sup> CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 24.

<sup>16</sup> PICCOLO, Helga H. L. Op. Cit., p. 90

<sup>17</sup> CASTELLS, Manuel. Op. Cit., pp.24-69.

<sup>18</sup> PICCOLO, Helga H. L. "Nós" e os "Outros": conflitos e interesses num espaço fronteiriço(1828-1852). São Paulo: SBPH/Anais da XVII reunião, 1997, p. 82.

*desenvolvimento do capitalismo/industrialismo quanto como a configuração do curso futuro de desenvolvimento*"<sup>20</sup>. No Brasil, a vinculação dos militares com a política tornara-se mais forte nas últimas décadas do século XIX, momento a partir do qual se pode perceber efeitos das diferenças políticas dentro de seus próprios quadros. Neste sentido, seria natural observar repercussões destes choques dentro de uma instituição que é a junção de forças de várias partes do país, em que nem sempre os posicionamentos políticos regionais eram conformes ao desejo dos construtores do Estado nacional republicano.

Quando Isidoro Virgínio começou a escrever seu diário, já apresentava idéias pessoais a respeito desta interferência da política nas fileiras do exército. A descrição é datada de 8 de Janeiro de 1893 e refere-se à transferência de seu batalhão de Rio Grande para São Gabriel. O comando do 6º distrito militar teria determinado modificações nos corpos de tropa que estavam às margens do rio Ibicuí, dissolvendo-os ou redistribuindo-os. O seu próprio Batalhão, o Treme-terra, foi inicialmente transferido para Cachoeira; o 29º da mesma arma, que era aquartelado na cidade de Pelotas, foi para a cidade do Rio Grande. Essas alterações resultariam da "*factal e malfadada politicanha pessoal*" que "*invadiu e avasçallou [sic] os quartes [sic] pondo a severa diciplina [sic] militar em pandareco*"(p.99). Para completar suas impressões, concluiu:

"o militar hoje, ja não e militar é um instrumento [sic] politico profissional que só atende os seus interesses, e nada mais. A hydra politica matou o velho e tradicional prestígio do militar Brasileiro guardião da Patria, da ordem respeito e progresso da Nação Brasileira. Quem visse um militar, via uma flação [sic] do Brasil. Hoje não: quem vê um militar vê um sustentaculo da tyrania, um inimigo da liberdade e do povo. Tudo tudo por causa desta vagabunda politicagem pessoal, e não edeial [sic]. O militar Brasileiro, ja não é mais militar, é um politico profissionaes [sic] uxurpador [sic] dos direitos civis. Adeus orgulho do Exercicto, adeus diciplina [sic] militar, adeus soldado Brasileiro"(p.99-100).

<sup>19</sup> IANNI, Otávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

<sup>20</sup> GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 52.

Observa-se, pois, que seu juízo não era em nada favorável ao envolvimento dos militares na política, sobretudo daqueles favoráveis ao castilhismo. Invocava o exemplo de heróis do panteão militar *“que derão provas de serem patriotas e acima de tudo, ser Brasileiros”* (p.100). O partidarismo dos militares parecia constituir uma falta de patriotismo, ao que acrescentava: *“tempo vira, não estar muito longe, que a Nação Brasileira, será retalhada e vendida as nações estrangeiras colonisadoras, para glaudio dos traidores e falsos republicanos”*(p.100). Além dele, muitos de seus contemporâneos, como Ângelo Dourado e Joaquim Nabuco, argumentavam contra as alianças antipatrióticas entre o governo florianista e as nações européias. Não eram idéias gratuitas. Isidoro sabia muito bem do que falava, pois descreveu claramente o domínio de posições políticas importantes por lideranças militares favoráveis a Júlio de Castilhos:

"É que em Porto Alegre, o Sr. Gel. Bernardo Vasques, commandante do 6º Distrito Militar, por ordem do Sr. Marechal Floriano Peixoto, presidente da Republica, havia transformado a situação politica do Estado. Repondo no governo a situação politica, cahida a 23 de Novembro de 1891, por efeito da revolta militar de 8 de Novembro do mesmo anno. Foi esta transformação, que deu motivo os arreganhos entre varios corpos ali acampados. Pois, como não podia deixar de ser, havia um corpo contra e outros a favor [sic] do governo estadual de então. É o efeito [sic] da violação política na caserna que matou a disciplina [sic] militar, e o pretigio [sic] da farda, e desorganizando as forças armadas do paiz"(p.101).

Presente-se, claramente, o questionamento à legitimidade da luta política nos quartéis. A briga entre castilhistas e maragatos tomava a caserna, quebrando algumas regras institucionais básicas. O envolvimento político dos militares era entendido por Isidoro como antipatriotismo, uma vez que os interesses particulares acabavam sendo colocados antes dos interesses nacionais. A falta de nacionalismo poderia colocar em perigo a própria integridade do país, diante de interesses estrangeiros.

Tais idéias não eram exclusivas dele, mas encontrava guarida no debate político da época. Joaquim Nabuco, por exemplo, em seu tratado *“A intervenção estrangeira em*

1893”, afirma que Floriano Peixoto teria solicitado a intervenção direta da Inglaterra quando a baía da Guanabara esteve sob a mira dos canhões da Armada de Custódio de Melo.<sup>20</sup> De acordo com Maria de Lourdes M. Janoti, em face da "Federalista" e da revolta de Custódio de Melo, o governo buscou o apoio dos Estados Unidos para defender a República contra uma eventual intervenção das potências européias<sup>21</sup>. De forma contrária, para Euclides Moura, as relações brasileiras com o exterior podiam ser compreendidas a partir de um sentido colaboracionista: *“na capital federal, o governo provisório [...] abria de par em par as portas da pátria ao estrangeiro honesto que viesse sentar-se ao nosso lado, colaborando no progresso e na riqueza desta vasta parte da América”*<sup>22</sup>.

O olhar das elites estava direcionado para a França como modelo político e, para a Inglaterra como modelo industrial. Ali se encontrava a civilização, a dos povos europeus que foram responsáveis pelo desenvolvimento de suas nações. Tinham se sobressaído na política, na filosofia e na economia moderna. Isidoro Virgínio, por sua vez, não estava imune a esse deslumbramento. Entretanto, sua admiração recaía sobre a Alemanha que, segundo ele era *“um dos paizis [sic] mais civilizado e amigo do Brasil”* (pp.133-4).

O Brasil, seguindo a ótica de suas elites, deveria seguir o modelo europeu. Se não estávamos no mesmo nível de desenvolvimento deles, isso se devia ao nosso processo histórico, como mostra a ideologia do pessimismo, produzida por Sívio Romero. Para ele, a natureza hostil e o clima insalubre associado à conjunção de três raças inferiores estavam contraditoriamente destinadas a um grande futuro, através de uma teoria aristocrática e racista - o branqueamento<sup>23</sup>. Assim como se pensava na construção do Estado nacional brasileiro, a concepção européia sobre os direitos se incorporou aos textos constitucionais latino-americanos, de modo que a formação da nacionalidade percorreu o caminho da formação da cidadania.

Para José Murillo de Carvalho, não desfrutávamos de uma cidadania plena. Essa, por sua vez, é compreendida (de acordo com a proposição de T.H. Marshall -Citizen-

<sup>20</sup> NABUCO, Joaquim. A Intervenção Estrangeira durante a revolta de 1893. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1939, p.22 e p. 102

<sup>21</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico Janotti. Os subversivos da República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.72.

<sup>22</sup> MOURA, Euclides. Op. Cit., p.14.

<sup>23</sup> LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. - história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1983, pp.207-9.



ship and Social Class) como a junção de três elementos; os direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade); os direitos políticos (participação no governo, direito à manifestação, ao voto, a ser votado); direitos sociais (participação na riqueza coletiva, direito a educação, ao trabalho, a saúde). No caso brasileiro, o autor considera que ocorreu uma diferença de importância dada a um dos tipos, em detrimento dos demais, além da alteração da seqüência em que foram adquiridos: os direitos políticos teriam surgido antes dos direitos civis (ao contrário da Inglaterra), dificultando deste modo a transformação da cidadania em valor coletivo e em prática cotidiana<sup>24</sup>. Entretanto, Carvalho considera que “cidadania é algo mais complexo”, como podemos ver em suas palavras:

"Yendo más allá que Marshall, diría yo que ciudadanía es más que una colección de derechos [...] Ciudadanía es también la sensación de pertenecer a una comunidad, de participar de valores comunes, de una historia común, de experiencias comunes. Sin ese sentimiento de identidad colectiva - que confieren la lengua, la religión, la historia, no sería posible la existencia de naciones democráticas modernas. La identidad nacional quasi siempre se halla estrechamente vinculada a los derechos, sobre todo a los civiles. Pero es más que la suma de los derechos, es u como la argamasa que une entre sí a los individuos y mantiene unida a la comunidad en momentos de crisis. Identidad nacional y ciudadanía, sin confundirse, se refuerzan mutuamente<sup>25</sup>."

Conforme o autor, o sentimento nacionalista é um elemento importante na formação da cidadania, cujo fortalecimento será cada vez mais indispensável para a sobrevivência nacional. Para ele, até 1822 não existia um “cidadão brasileiro”, nem uma “pátria brasileira”, pois a economia gravitava em torno de interesses particulares, sendo que o princípio da igualdade (legal) era inexistente. Além disso, a escravidão e o poder dos coronéis não permitam que existisse um poder público, prevalecendo os interesses do poder privado. A mudança mais significativa teve início em 1884, quando

<sup>24</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimiento de la Ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 9-12.

<sup>25</sup> CARVALHO, José Murillo. *Op.Cit.*,p.11.

ocorreu um grande aumento populacional representado pela entrada de cerca de três milhões de imigrantes europeus. Esse fato foi significativo para o desenvolvimento dos direitos civis.

A República, pelo seu aspecto político, não incorporava a idéia de igualdade e de democracia. Os republicanos falavam de democracia e fim dos privilégios, mas tratava-se apenas de um discurso que não ia além da retórica. Para Carvalho, a idéia de povo era puramente abstrata. O povo era a parte mais hostil ou indiferente ao regime. As raízes culturais encontravam-se na escravidão. O cidadão era tratado como o escravo e o agregado. Portanto, essa sociedade não era nem um pouco igualitária; e não pretendia ser. Existia uma forte hierarquia social que determinava os diferentes tipos de cidadãos. O povo era constituído pelos cidadãos de segunda e terceira categoria; a educação cívica era o porrete.

A respeito da participação dos militares brasileiros no princípio da República, Carvalho diz que eles buscavam maior participação, devido ao fato de pertencerem à burocracia estatal. Não se trataria tanto de uma luta pela cidadania, "*mas do que poderíamos chamar de estadania*"<sup>26</sup>. Mas também temos que considerar a linha social que diferenciava oficiais e soldados, pois esses estavam sujeitos, como cidadãos menores, ao recrutamento forçado para a guarda Nacional, para o Exército e para a Marinha. Se escapasse dessas três alternativas, não escaparia do inspetor de quartelão e dos delegados de polícia.

Os jovens recrutas eram submetidos a uma dura disciplina, cujas conseqüências daqueles que se recusassem as normas podem ser entendidas a partir do seguinte vocabulário: o marmelo, a lambada, a chibata, o pau, o sarrafo, o cacete, o porrete, o bordão, a manguara, a vara, o cipó, a borduna, o couro, o bacalhau, o chicote, o relho, o açoite, o laço. Ou seja, o "bom cidadão" deveria ser obediente as leis e cordial. Além disso, José Murillo de Carvalho nos lembra que "*a igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general*"<sup>27</sup>.

Isidoro Virgínio demonstra ter consciência destes limites. A "*vingança amarela*" a qual faz referência no capítulo inicial de seu diário tinha sido, na verdade, um castigo

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. - Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 49-50.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.94.

infligido ao comandante Onofre dos Santos, por este ter garantido a vida de *um* “político refugiado, e a ordem publica na cidade de Cachoeira”(p.103). Devido a isso, o Treme-terra foi transferido para São Gabriel, situada no centro da região da Campanha, onde predominavam os castilhistas. São Gabriel era “*um ninho de voraz e sanhundos(sic) pica paús (sic)*”(p.103).

Ser soldado era cumprir um papel, uma função institucional que limitava a atuação política. Era uma norma que, na prática, não era seguida. Por um lado, Isidoro sentia que as tropas estavam insatisfeitas com a política; por outro, sabia que os soldados não tinham direito algum e, muito menos, direito à opinião política. Por isso, começava a duvidar do Exército, a ver o modelo esvaziar-se de sentido, partindo da leitura que fazia das tradições militares. Mais parecia o fim da crença em um modelo, formado por personalidades como Duque de Caxias e Osório. Não se mostrava satisfeito, pois considerava tratado como “gado”. Contudo, acreditava que um juramento patriótico não podia ser quebrado, nem pela política, nem por nada.

A tensão política atingiu seu ponto máximo quando as tropas federalistas, prontas para o combate, entraram pela fronteira uruguaia. Aliás, era esse o motivo pelo qual o 12º e os demais Batalhões foram enviados para São Gabriel. Teriam que resistir ao ataque de Gumercindo Saraiva. Em fevereiro de 1894, encerrava-se mais um capítulo, intitulado “Revolução”. Inicialmente relatou a nova organização das tropas, para em seguida dizer que o comandante Onofre dos Santos, “*por razões politicas, foi urgentemente [sic] chamado a capital da união*”(p.109). Após determinar o afastamento do comandante, Floriano colocou o general Jorge Diniz Santiago no lugar daquele.

Conforme John Schulz, foi no governo de Floriano que ocorreu a maior participação militar na política da República Velha. Após a eclosão da Revolta da Armada, de Custódio de Melo, este enviou oficiais para vários estados com o objetivo de incentivar as facções destituídas por Deodoro a derrubarem os regimes locais. Contava também com o apoio do PRP e da grande maioria do corpo de oficiais. Em 6 de abril, diz o autor, apoiados por banqueiros do Encilhamento, treze generais e almirantes solicitaram ao presidente que este realizasse eleições presidenciais, mas todos foram reformados. Os oficiais que o apoiaram foram promovidos<sup>28</sup>. Os postos variavam de acordo a hierarquia social, constituindo uma grande rede de colaboradores, de modo que até mesmo os soldados participavam da luta política. Alguns, como veremos abaixo,

parecem ter uma importância para o centro de informações do poder republicano. No segundo caderno do diário, Isidoro disse algo a respeito de um desses soldados florianistas, que serviu no 12º BI em 1894 e que acabou morrendo em Canudos:

"Este soldado Vicente Tabajara, [...] Nos tempos em que serviu no 12º apesar [sic] de ser boa pessoa e bastante letrado, e de exemplar [sic] comportamento, não era benquisto [sic] entre os companheiros. Por razão de ser Florianista, exartado [sic] e apaixonado, o que era de nosso dezagrado [sic]. Visto, não se dá bem no 12º requereu e obteve transferencia, para o 13º de Infantaria, aquartelado em Porto Alegre, que era pica paú, do papo amarello. O Florianista: é como elle era tratado entre nós companheiros, no 12º de Infantaria. Fora de suas ideias [sic] políticas e apaixonadas que se encompatilizou [sic] com os companheiros. Era uma boa pessoa, e de esmerada educação"(p.338-9).

Isidoro questionava o envolvimento do Exército na política. Tudo leva a crer que, para ele, Floriano estaria intervindo diretamente na política regional, ferindo a neutralidade política e ajudando a sustentar a tirania castilhistas. Mas, ele próprio tinha convicções políticas claras. Mais do que isso: "*o 12º de Infantaria em massa era maragato apaixonado, ao último extremo*" (p.182). Entretanto, não apresentava qualquer juízo de valor negativo nem em relação a si, nem em relação ao seu grupo, no que diz respeito à opção política, enquanto vituperava os castilhistas, chamando-os de "*mercenario barato da politicagem pessoal*"(p.183).

Talvez, sua posição aparentemente dúbia possa se explicar pela concepção que tinha a respeito dos direitos dos soldados como cidadãos. Sua crítica dirigia-se preferencialmente aos oficiais castilhistas porque estes, antes de estarem vinculados a esta ou aquela tendência política, deveriam seguir as normas fixadas pela instituição, a qual pertenciam integralmente: o Exército. Sobre as diferentes situações quanto à participação política na caserna, de acordo com a posição hierárquica, comentou:

---

<sup>28</sup> SCHULZ, John. Op. Cit., pp. 171-3.

"Ora esta, se os senhores officiaes [sic], podem serem politicos, isto é terem edeias [sic] politicas e pessoaes, e nós soldados não podemos ter? Os officiaes não deve de ser politicos por serem perpetuarmente militares. Os Srs. officiaes, são soldados para toda vida enquanto vida tiverem, ao passo que nós soldados, somos militar temporalmente [sic], com prazo limitado. Findo o tempo de praça, se não quixemos [sic] engajar, somos cidadãos [sic] para todos os efeitos [sic]. Ao passo que official leva a vida inteira na farda, e morre com a farda as costas. Por razões naturaes, a politica não afecta a diciplina [sic] militar, nem a ordem publica. Só pode afectar [sic], as conveniencias [sic], e os interesses dos politicos profissionaes [sic] de farda as costas"(p.139).

Não há como deixar de notar a sutileza do argumento apresentado. Era-lhe muito clara a diferença que deveria existir entre os oficiais, profissionais de carreira do exército, e os soldados, homens comuns recrutados para servir à pátria temporariamente. Assim, Isidoro acabava de justificar suas atitudes, invertendo a ordem do jogo. Faria sentido, pois, o soldado emitir suas opiniões políticas, fazendo isso no lugar de cidadão, mas não o official, que se encontrava integrado, indefinidamente, à instituição e as suas regras. Seu alvo eram os officiaes partidários do castilhismo, que, ao agirem assim, quebravam a ordem interna do quartel:

"Se a politica do soldado afecta [sic] a ordem publica e a diciplina [sic] militar, é em muito menor escala, do que a convencional politica dos senhores officiaes. Se o soldado é politico, é porque é homem, pensa ouve e cente [sic], como qualquer outro mortal. Se nós soldados somos politico, a culpa não é nossa, é que os maús [sic] exemplos vem de cima. Se os senhores officiaes não fossem politicos, nós soldados jamais em tal pensava. O pensar e o dever do militar, é o de defender a integridade [sic] do terretorio [sic] nacional, e a grandeza da Nação. E não os interesses dos politicos profissionaes, que é o constrate [sic] da honra e o dever militar...."(p.139-0).

Chama a atenção a contraposição que o soldado estabeleceu entre militares e políticos. A honra, as idéias e o dever militar tinham um compromisso intrínseco com a

nação, enquanto os políticos, na sua opinião, agiam em função de seus interesses particulares e, por isso, antipatriotas. Isidoro tinha consciência de que as diferenças de posição não se limitavam aos grupos em confronto no Rio Grande do Sul. Sabia que haviam "maragatos", "castilhistas", "pica-paus" e "florianistas", e que o estabelecimento da paz era encarada positivamente por estes últimos (embora hostilizassem esse grupo, como vimos anteriormente no depoimento sobre o soldado Tabajara), mas não pelos castilhistas que, em sua opinião, eram "*separatistas*"(p.162). Interessante notar que o separatismo era uma idéia que não pertencia ao programa político dos legalistas, mas servia como argumento tendencioso utilizado para depreciar os maragatos: eram antipatriotas, estrangeiros, etc.

Para os governantes positivistas, a pátria estava sempre correndo perigo. Inventavam inimigos, como os "maragatos" e os "conselheiristas", a quem chamavam de monarquistas e alardeavam uma iminente restauração da Monarquia. Na argumentação dos florianistas e pica-paus, o Brasil deveria ser unificado em torno do ideal republicano para se tornar uma gigantesca nação. O problema seria o povo, aquele povo que, em suas opiniões, não correspondia às expectativas da elite que "construía" a República. Nas palavras de Isidoro, temos o testemunho de um popular a respeito de como deveriam ocorrer as relações entre os homens. Em sua opinião:

"todos são de carne e osso, todos sahirão [sic] do homem e da mulher, todos são filhos de Deus, não ha diferencia [sic]. Se uns nascera [sic] no palácio, e outros na chupana [sic], as formas são as mesmas, em nada difere. A deferencia [sic], é o meio em cada um vive. Fora disto, a massa é a mesma, não ha homem diaphano. Por qual razão: que existe hons [sic] bons, e homens maús? Talvez seja, por recarnação [sic] de almas de povos servagens [sic], outra coisa não podem ser" (p.319-0).

Se na visão de Isidoro as diferenças entre os homens era absurda, contraditoriamente também acreditava que eram explicáveis. Indiferente da condição social, todos eram iguais perante Deus. Já os comportamentos diferentes - bons e maus - deviam-se às diferenças evolutivas. Segundo o espiritismo, a reencarnação era uma

forma dos homens saírem da barbárie, aperfeiçoando-se continuamente; as causas disso se deviam ao meio.

A religiosidade do soldado aparece também em outros momentos, dando um significado, encontrando um sentido, uma finalidade nas ações e nos comportamentos humanos. Para que isso acontecesse, ele tinha que assumir determinadas crenças que, além de explicar determinados fenômenos, restaurava a identidade religiosa de outrora. A dinâmica das identidades pode ser percebida no decorrer da narrativa. Utilizava expressões de parentesco, quando dizia: “*por desventura os pica paús, os maragatos concurirão a matança de seus irmãos em Deus*”(p.117). A idéia de uma fraternidade espiritual expressa na fórmula “*irmãos em Deus*” servia para identificar um indivíduo (inclusive ele próprio), seja a grupos às vezes tão amplo como a humanidade ou a grupos tão restritos, como os conselheiristas. Fosse como fosse, acreditava que “*em matar, não ha proveito nem para a justiça, nem para a diciplina militar. Cujas leis são fabricadas por homens maús e vechados, autores de leis anti-humanas*”(p.142). As leis de Deus estavam acima das leis da República.

#### 1.4 A batalha Cerro do Ouro

Conforme Isidoro, na primeira quinzena de Julho de 1893, chegou em São Gabriel o 17º e 25º Batalhões de Infantaria: “*o primeiro estava aquartelado em Curitiba e o segundo em Desterro*”(p.110). Além desses, acrescentou que havia na cidade de São Gabriel um corpo de polícia municipal e “*seis corpos da milicia picapaú immerecidamente chamados de patriotas*”(p.110). No dia 10 de Agosto, o jornal “Echo do Sul” anunciava que, no dia 24 de julho, o general Jorge Diniz Santiago foi inspecionar as forças civis, comandadas pelo coronel Portugal, acampado no Mudador, a uma légua da cidade. Dispunham de 1200 homens, divididos em 6 corpos de Cavalaria e Infantaria, liderados por Hermenegildo, Juca de Oliveira, Fernando Jacobsen, Carlos Borges, João Barbosa, Antônio Vaz, Leonardo Borges de Abreu, entre outros. Conforme o soldado, era comandante da guarnição “*o Sr. Gel. de Divisão Jorge Diniz Santiago, da arma de artilharia*”(p.111). O clima de guerra estava instalado: “*As tropas de armas ensariadas [sic], e de sobre avizo [sic] em seus quartes [sic]. Se caso preciso [sic], bater de mãos as armas, e pelear em como uns leões...*”(p.111). E esse dia chegou rapidamente.

Então, aconteceu a Batalha do Cerro do Ouro. A estratégia de Castilhos, de acordo com os planos revolucionários de 1892, determinava que o coronel Portugal ficaria responsável pelo controle de São Gabriel e Santa Maria; os maragatos não tardariam em tentar reaver seus antigos domínios. No dia 23 de agosto de 1893, Isidoro disse que saiu da cidade, rumo a campanha, *“uma mui grande coluna de cavallaria, da milicia picapau, composta de 2500 homens. Todos bem armados, com todas espeices [sic] de armas brancas, e armas de fogo”*(p.111). Três dias depois, tomaram conhecimento de que a forte coluna *“foi completamente e estrondosamente [sic] derrotada, pellas as forças maragatas, nos campos do Cerro do ouro”*(p.111-2). Eis seus comentários a respeito das causas da derrota:

"não que a coluna governista não houvesse chefes na altura do momento. Pello o contrario, tinha chefes corajudos [sic] e resolutos para afrontar a tempestades nas campinas. Taes como Hermenegides, Austrogido, Trajano, Catão, e o conhecido Coronel Portugal. Mas o forte vence o mais fraco, e o mais fraco foi vencido"(p.112).

Relata Isidoro que a *“espalhafatosa coluna levava a guiza [sic] de bandeira, 10 estandartes da fallecida republiqueta farroupilha de 1835”*(p.112). Já a tropa era composta *“de boi de canga rebanhados [sic] pello o governo”, que na falta de outro meio de vida, “dão perferencia [sic] a vida agitada, das sangrentas revoluções”*(p.112). Como se pode ver nas metáforas empregadas, ou eram predadores como os "leões e as panteras", ou então "gado" arrebanhado para que o governo os dispusesse como bem entendesse. Além disso, a expressão “canga” ilustra, através do referido instrumento de jugo utilizado na junta de bois, os sentimentos de opressão e submissão que permeavam o imaginário dos soldados. Por sua vez, o passado farroupilha foi utilizado como modelo de história política idealizada, mas desaparecera diante dos atos do governo, como o recrutamento violento e o tratamento indigno que o governo lhes reservava, tratando-lhes como se fosse "gado".

Conta Isidoro que a coluna castilhista foi aniquilada, de forma *“tão estrondoza [sic], que na cidade assombrou os sanhundos [sic] picapaús, de papo amarello”*(p.113). Então, a cidade se transformou em praça de guerra:



"Dos sobreviventes da forte coluna, que é o 2º Exercito [sic], da republiqueta rio grandense de meia tigela. De 2500 homens, só escapou com vida 173 quaez [sic] murymbundos [sic]. Ainda mesmo assim forão filizis [sic], e derão [sic] graças a Deus, para contarem, como a historia se passou. Por ordem do Sr. gel. Gorge [sic] Diniz Santiago, commandante da guarnição federal. Forão elles, os naufragados da grande tempestade nos campos do Cerro do ouro, acampar nos campos da praça da caridade" (p.115).

A cavalaria maragata, sob as ordens de Gumercindo Saraiva, contava com lideranças importantes, como Juca Tigre e Ângelo Dourado. Enquanto isso, na frente do quartel foi estendida uma "*tropa de linha fartamente municiadas, estava [sic] estendidas em linha de armas descansadas [sic], na frente dos seus quartes [sic]*"(p.115). Disse o soldado que a população estava garantida com a presença das forças federais, mas as coisas não eram bem assim. Sobre a tensão que surgiu a partir desse quadro, visto que ocorreu uma junção de tropas politicamente divergentes para combater a coluna maragata, podemos apreciar alguns aspectos.

O primeiro, relativo ao testemunho de Isidoro Virgínio, nos informa que ir para São Gabriel era um castigo, pois "*essa cidade era um ninho de vorazes picapaus*"(p.103), o que demonstra a opção política do soldado. Entretanto, após a luta do Cerro do Ouro, as forças maragatas se direcionaram para São Gabriel, objetivando retomar o poder. Segundo vimos, Isidoro disse que na frente do quartel foi estendida uma "*tropa de linha fartamente municiadas [sic]*"(p.115), e que a população estava garantida com a presença das forças federais. Mas os maragatos, por motivos que lhes eram desconhecidos, "*não bandiarão [sic] o rio*"(p.117).

Podemos ver outro aspecto no testemunho de Ângelo Dourado, médico da coluna de Gumercindo Saraiva, que observava os mesmos fatos, porém do outro lado do rio. Conversando com Gumercindo sobre os sucessos do dia anterior, dissera que procurava "*advinhar qual seria a causa de não ter a guarnição de linha de S. Gabriel auxiliado os castilhistas*"<sup>29</sup>. Além disso, revelara que tinha conhecimento, por intermédio de alguns prisioneiros, que as forças de linha se recusaram a cumprir a ordem de marcha contra eles, o que lhe estimulou a planejar em chamá-los para se

<sup>29</sup> DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio - narrativa da revolução de 1893. (factos e epizódios da guerra civil. Pelotas: Americana, 1896). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997, p.31.

reunirem as forças maragatas, o que não se efetivou, devido a aproximação das forças do general Bacellar.

As fortes imagens da guerra foram testemunhadas por todos os habitantes da cidade e, como podemos ver, ganharam cores impressionantes nas páginas de suas memórias. Como disse, o final da sangrenta luta foi assistido pela população da cidade. O povo corria para as ruas para ver *“aquelle quadro infernal a luz do dia, das feras [sic] humanas. Pelo os os terrenos, portas e janellas, por cima dos telhados, ate na torre da egreja [sic]. Por toda parte, vias [sic] homens, mulheres e creanças [sic]. Anciozos [sic] e horrorizados, contemplarem aquelle tenebrozo [sic], e satanico hespectaculo [sic] de homens féras [sic]”*(p.115). Prosseguindo a narração, descreveu com maiores detalhes o violento conflito:

*“Quadro patetico e phantastico [sic], ver-se centenas de homens, de armas brancas, pelear em na surdina. La uma vez o outra, é que se ouvia um tiro nas campinas. Talvez de pistola de fogo central, o de garrucha. O talvez, de trabuco, o terrivel barcamate [sic], boca de sino, como diz os Nortistas. No mais era tudo, de armas brancas e na surdina. Na grande lomba, forte de Caxias, na frente do quartel, estavam estendido em linha, de armas descansadas. De olhos nú, vias distintamente, aquelle fuzer [sic] de homens arrojados e corajudos [sic], pelear em de armas branca. Ali alem, pellas as coxilhas costa abaixo e canhados [sic], vias nuves [sic] de palheiras das patas dos cavallo. Vultos de homens a cavallo, correr a toda brida, em dereição [sic] a ponte do rio Vaccacahy [sic]. Era os fugitivos, que procuravão [sic] um ponto de salvação. Mas erão [sic] logo alcançados , pellas as terrives [sic] boleadeiras. Na desparada [sic] em que hião [sic], tombava o homem e o seu cavallo”*(p.116).

Como se sabe, Floriano enviou alguns batalhões do Exército para o Rio Grande do Sul, oriundos de São Paulo, Fortaleza, Teresina, Vitória, São João del Rey e Goiás. Para Isidoro, a numerosa força militar explicava o final da batalha que, segundo ele, foi menos trágico pelo fato dos maragatos não terem invadido a cidade. Como disse, *“por motivos que não era egnorados [sic] não transpuserão [sic] a ponte, nem bandiarão o rio, que estava de vazante. O motivo é sobejamente conhecido, e como tal respeitado”*(p.114). São Gabriel não foi ocupada por se encontrar bem protegida. Além

do Treme-terra, estavam estendidos em linha o 17º BI, 25º BI e o 1º Regimento de Artilharia.

A luta durou mais de cinco horas, causando grande mortandade de ambos os lados. Os últimos momentos do conflito ocorreram “*nas portas de casa*”(p.117), quando os maragatos “*concluíram a matança de seus irmãos em Deus, a vista de toda gentes na cidade*” (p.117). Antes de se retirarem, trataram de enterrar seus mortos, pois do contrário ficariam “*expostos [sic] nos campos, para os urubús [sic] darem banquete, e o tempo os destruirém [sic]*”(p.117). E assim encerrava esse capítulo, dizendo que toda a população de São Gabriel era testemunha dos fatos, como também “*nos militares, que lá estávamos, quando a lucta se deu*”. Para o jovem rio-grandino, ninguém podia contestar o fato, porque todos eram testemunhas oculares. “*Fica as paixões politicas a parte, e trilhamos pello o caminho dos factos e da verdade. Foi uma diabólica peleja, a vista de todos que lá estavam*”(p.118), finalizou.

### 1.5 Deserção e reincorporação

Em 16 de dezembro de 1894, Isidoro terminou de escrever o capítulo "Ordem de Marcha", no qual relatou o retorno do batalhão para Rio Grande num trem de carga. Mesmo sem compreender os motivos, disse que eram ordens, portanto, deveriam ser cumpridas. Estes "jogos confusos" não eram tão obscuros, diante das difíceis circunstâncias que os pica paus enfrentavam, o que explica a pressa em deixar São Gabriel. Na verdade, a resistência maragata era bem mais forte do que os legalistas esperavam. Além disso, as tropas legalistas estavam se concentrando na região sudeste do Rio Grande do Sul, diante da possibilidade das forças de Gumercindo Saraiva se encontrarem com a esquadra de Custódio de Mello. Por esse motivo, chegava em Rio Grande o General Bacellar, acompanhado das forças do coronel Carlos Telles.

Reinstalados em Rio Grande, Isidoro disse que no dia 27 de Março de 1894, em “*orde [sic] do dia regimental do Batalhão*”, tinha sido “*despensado [sic] por tres dias, para ir ao Povo Novo, ver parentes que a muito não os avia [sic]*” (p.135). Relatou então que no dia 7 de Abril, quando a esquadra de Custódio de Melo atacou e bombardeou a cidade de Rio Grande, “*e o Exerciscto [sic] libertador atacou por terra, eu mais 8 companheiros dexertamos [sic] para nos cambar para as hostias [sic] revolucionarias*”(p.136).

Como dissera, fugir era quase impossível. O litoral e as trincheiras “*alem caixa daqua*” (p.136), a “*hidráulica*”, estavam fortemente guarnecidas. A praia Norte era vigiada por forças da Guarda Nacional, enquanto a praia Sul estava o Treme-terra e o 3º regimento de artilharia de posição. Os altos cômodos de areia formavam um perigoso obstáculo. Enquanto isso, o Exército Libertador lutava ao sul. Devido ao grande número de tropas em conflito, parecia impossível transpor qualquer ponto da linha de fogo. E assim prosseguiram em fuga:

"Vaguemos [sic] pelas as areias da praia Norte antes do Poete [sic], ate quae [sic] o dia amanhecer. Cinco dos companheiros, na praia atraz [sic] do hotel Triumpho, se apossarão [sic] de uma canoa de pescador, amarrada em uma estaca pouco alem, na praia da lagoa da Mangueira. Na mesma canoa atravearão [sic] a lagóa [sic] e forão [sic] se apresentarem [sic] as forças libertadora [sic] na Juncão [sic]. Os outros tres, por terem parentes na Ilha dos marinheiros" (p.137).

Criando sua própria estratégia, o soldado se dirigiu ao centro da cidade, “*com um olho no padre e outro na missa, para não ser prezo [sic], ao virá [sic] da esquina*”(p.137). Atravessou o campo da Geribanda, atual praça Tamandaré <sup>30</sup>, até chegar na “*oficina de ferreiro, do sr. Luiz liborio*”(p.137). O velho ferreiro tinha saído, por isso Isidoro falou “*com dona Anna Maria Liborio, senhora do seu Luiz*”(p.137). Os Libório eram amigos íntimos de sua mãe. Ali era uma casa “*em que enquanto eu estivesse em Rio Grande, mais franquentava [sic], e não tinha serimonia [sic]. Era amigo e unido como carne e osso, do seus filhos Luiz e Joasinho, e camarada do seu filho Jose. Que era dono da venda do pobre*”(p.138). Decidiu, então, permanecer escondido até o conflito terminar. Foi quando soube que ele e os companheiros de fuga tinham sido considerados desertores e traidores da República:

"Ali fiquei irustido [sic] por varios dias, vendo em que parava as moda, ca para o meu lado. Dias depois, por portas travesça [sic] fui enformado [sic], de que em ordem do dia do Batalhão, eu e meus 8 companheiros, fomos cictados [sic] como dezertores [sic], e traidores da Republica"(p.138).

<sup>30</sup> É considerada como a maior praça do interior do Estado, onde se encontra o Monumento Túmulo do General Bento Gonçalves da Silva. Inaugurado em 1909, foi criado por Teixeira Lopes, que posicionou aos pés da estátua do general, dois magníficos leões em feroz combate.

A classificação institucional tinha uma função. Estabelecia a norma e a transgressão, assim como a identidade pressupõe a alteridade. Desse modo, anunciaram que Isidoro e seus companheiros eram desertores e, em seguida, publicaram. Tal “crime” era punido com a morte. Por isso, auxiliado pelos amigos, fugiu. Todos sabiam do risco que ele corria. Era maragato, como o Treme-terra. Não seguiu os outros soldados e acabou procurando sem demora uma rede social familiar. Retornou, desse modo, para sua pequena querência, local de origem de seu universo, centro de uma pequena parte constitutiva de Rio Grande.

Após ter permanecido 8 dias escondido, resolveu fugir uma vez mais, desta vez auxiliado pelo ferreiro Libório. Embarcou com destino a São Lourenço, mas três dias depois de chegar ao seu destino foi preso sob a suspeita de ser maragato. Conforme nos diz, desconfiava-se que fosse “*bahiano*”, quer dizer, morador do norte do país que desertara, talvez um maragato, ou talvez simplesmente um vagabundo que andasse “*pella a villa bombiando*”(p.141). Na realidade, naquele momento as suspeitas tinham toda razão de ser. O próprio soldado reconhecia isso, como podemos observar:

"Eu pello o sim e pello o não, era duas coisas, dezertor [sic] e maragato. É verdade, que eu não era um sujeito legal, e em cujo meio era estranho. Mas apesar [sic] de tudo era brasileiro e estava em minha terra, se é que dezertor [sic], também tem terra. As autoridades da villa, vendo que eu não era bahiano [sic], pello o modo de falar. Por desdita de minhas desventura, me sapecarão [sic] na cadeia, como maragato, o dezertor [sic]. Embora em política o dezerção [sic], eu nada houvesse revelado. Mais [sic] elles, não querião [sic] saber de revelações, que nada emfluem [sic]. O que elles queria saber se eu era o não, maragato o dezertor [sic]"(p.141).

Naturalmente, revelando-se maragato, seria morto pela autoridade local, pois o delegado de São Lourenço era castilhistas. Este cumpria bem as funções para as quais foi nomeado: a vigilância constante sobre a sociedade civil. Reconhecido como um “estranho” foi detido para as devidas averiguações. Embora desconhecido na pequena comunidade local, logo todos perceberam que não era “baiano” já que não tinha o “sotaque” correspondente. Era, pois, gaúcho e brasileiro; mas restava saber se desertor

ou maragato. A identificação de sua posição política maragata implicaria em julgamento sumário:

"Dois dias depois de estar preso na cadeia da vila, onde o delegado de policia, é um senhor absoluto. Para não ser martyrizado [sic], como é uzo [sic] na terra gaucha, de autoridades ferozes. O então, para não ser degolado por mando do façanhundo [sic] delegado de policia e mandão da politica local. Achei mais conveniente, em confessar, que era dezertor [sic], do 12º de Infantaria, do Rio Grande" (p.142).

Diante das autoridades, dissera ser desertor. Na verdade, aquele era um péssimo momento para manifestar autonomia política, pelo menos ali. Quanto valia a vida de um homem do povo? Poderia ser assassinado por ser maragato? Isidoro acreditava que sim. Aliás, as inúmeras degolas de ambos os lados demonstram o quanto isso era possível, ainda mais para um mero soldado.

Isidoro realmente estava confuso. As argumentações embaralharam-se de tal forma que ele acabou deduzindo o oposto do que pensara; matar era errado, independente do motivo. Começava a pensar a partir de outros parâmetros. O assassinato político era errado, mesmo sendo legal. Para ele, os homens de sua época haviam de fato perdido os referenciais humanistas. E isso era insuportável para um cristão. Na medida em que os assassinatos não condiziam com sua visão de mundo, a identidade cristã acabou emergindo, para justamente reordenar sua visão. Além disso, para que ele se diferenciasse de um grupo, inserindo-se em outro mais convincente. Agora falava como um "*cristão de fardas*" (p.318).

Retornou a Rio Grande algemado no convés do "*hiat [sic] colonial, o são Domingos*" (pp.142-3). No final da tarde do dia seguinte, foi entregue aos militares pelos dois policiais que o escoltavam desde São Lourenço: "*sem argemas [sic] fui apresentado [sic] no novo quartel gel. na rua gel. Nettos. Era commandante do 6º Distrito militar, o Sr. gel. de Divisão [sic] Antonio Joaquim Bacellar*" (p.143). Ele foi interrogado no salão de despacho pelo próprio general. Eis a transcrição do diálogo, na íntegra:

"sua Excelencia sr. gel preguntoume [sic], em que data e o motivo porque dezertei [sic]. Um tanto medroso [sic] confuzo [sic] e acanhado confecei [sic] que tinha dezertado [sic], sem dizer o motivo. Enventei [sic] uma desculpa, isto é enventei [sic] uma mentira, e abaxei [sic] a cabeça. Pois no presente sua excelencia é a lei suprema, e com todos os poderes. [...] sertamente [sic] condoído pella a minha juventude, preguntoume [sic], que idade [sic] tem? Esperançado pella a boa estrella, respondi, tenho 17 annos, sim senhor. Sua excelencia pensou um momento e depois disse para mim. Pois bem, se voce quer gozar do decreto do governo federal. Aprezentes [sic] hoje no seu quartel, com dezertor [sic], pode retirasse [sic]. Eu embora estivesse em trajes a paizano [sic] <<civil>> fiz continencia, e pedi licença para retirame [sic], da prezencia [sic] de sua excelencia"(p.144).

A manifestação da “continência”, cumprimento militar intra e inter-hierárquico, manifestava que Isidoro tinha se reintegrado rapidamente ao Exército: era um gesto que identificava seus membros, separando-os dos “paisanos”, também chamados de “civis”. Manuel Castells nos auxilia a entender a rapidez dessas mudanças operadas com Isidoro quando afirma que as identidades são dinâmicas, *“como resistência para acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se legitimadoras para racionalizar sua dominação (...) No entanto, não podem constituir uma essência, nem encerrar valores se estiver fora de seu contexto histórico”*<sup>31</sup>.

A expressão "civil" foi utilizada pelo soldado em outros momentos. Quando estava em São Gabriel disse: *“causou admiração [sic] e espanto em toda gente, quer civil o [sic] militar”*(p.120). Fazia assim a distinção entre os homens do quartel e o resto da comunidade e se via como membro de uma instituição. Quando um grupo de maragatos foi capturado próximo a São Gabriel, disse que eles foram apresentados para as *“autoridades civis da rabugenta politicagem local”*(p.125). Após ser apresentado ao general Bacellar como desertor, disse, após ser perdoado (indultado), ou reintegrado ao Exército: *“Eu embora estivesse em trajes a paizano [sic] “civil” fiz continencia, e pedi licença para retirame [sic]”*(p.144). Dessa forma, utilizava a concepção de identidade civil orgânica, ligada ao Exército. Estavam ligados pelas instituições sociais, mas

<sup>31</sup> CASTELLS, Manuel. Op. Cit., p. 23-4.

separadas pelo reconhecimento dos militares como sendo os civis, os "outros", os que não eram militares.

O reconhecimento de si como parte de um grupo era também um fator de coesão para os delegados e demais funcionários da máquina administrativa castilhistas. Tal afinidade era importante para aquilo que Manuel Castells define como "identidade legitimadora". Segundo ele, dá origem a uma sociedade civil através da criação de organizações e instituições que reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Obedecendo a essa lógica, o indulto (reintegrador) recebido teve seqüência:

"O sr. alferes Pompilio Cavacante, oficial de dia ao quartel gel. disse para mim. Não vai se deixar prender nas ruas. Marchei: Dez minutos depois, estava na prezencia [sic] do sr. tenente Francisco Marques, oficial de estado maior do Batalhão. O qual, mandou o enferio [sic] do dia, recolherme [sic] prezo [sic] ao xadrez"(pp.144-5).

No outro dia, às 11 horas da manhã, Isidoro foi levado "*a prezencia [sic] do sr. major mandante Joaquim Machado de Souza, commandante interino do Batalhão. O qual, ruim como era, tremi como vara verde, prevendo um castigo corporal. Mais não, depois de confabular, com o sr. capitão Fonseca Junor [sic], fiscal interino do Batalhão. Mandoume[sic] recolher prezo [sic] ao xadrez, ate a 2ª ordem. No mesmo dia na ordem do dia da guarnição, de nº 274 de 21 de Junho de 1894 fui posto em liberdade*"(p.145). E assim, Isidoro foi perdoado, amparado pela lei de indulto:

"Sim fui posto em liberdade, por estar incruzo do decreto do governo federal. Que perdoavas [sic] todas as praças, de simples deserção [sic]. Estava na gravante [sic] dezerção, por ter abandonado a linha de fogo nas trincheiras. E ainda mais grave, por ter sido, no momento, em que a cidade, era tacada [sic] por mar e terra. Que em cazos [sic] taes, ja era bastante, para um concelho [sic] de guerra e fuzilamento"(pp.145-6).

Então, justificou sua sorte: "*devo a tudo isto, foi a graça de Deus, e a bondade generozidade, do sr. gel. [...] Bacellar, digno commandante do 6º Distrito Militar. Uzar*



*[sic] da regoroza [sic] severidade, para com um pobre e infiz [sic] dezertor [sic]. E que com a graça de Deus, e pezares [sic] de todos os pezares, ainda ha no mundo, homens de coracção grande”* (p.146). O indulto não apenas lhe reintegrava, mas regenerava o tênue laço existente entre ele e a instituição a que pertencia.

As ruas não eram mais do rei; entretanto, continuavam perigosas. Era um lugar onde se estava sujeito a atos de violência dos representantes institucionais contra a população civil, envolvendo prisões arbitrárias, agressões, recrutamentos forçados, etc. Por isso, era natural que ocorressem inúmeras revoltas, envolvendo soldados e até mesmo oficiais como Floriano Peixoto, Arthur Oscar e Deodoro. Conforme o historiador Marco Antônio Villa, o número de deserções era bastante alto:

“Por outro lado, havia grande número de deserções. Só em 1896, o Supremo Tribunal Militar julgou 1321 processos, dos quais 1023 referentes a deserções simples ou agravadas. Era rotina o indulto aos praças que cometiam crimes de primeira e segunda deserções como meio de reincorporá-los ao Exército, sempre tão carente de soldados”<sup>32</sup>.

\*\*\*

Restabelecida a ordem interna, os soldados permaneceram por mais algum tempo em Rio Grande, até ser deslocado para a trincheira “Marechal de Ferro”, próxima a estação ferroviária de Nascentes, entre Bagé e Pelotas. Tempos depois, era celebrado nessa cidade o acordo de paz; como dissera, mais desejado pelos castilhistas do que pelos maragatos. Porém, antes disso, Isidoro comentou que a banda do 12ºBI embarcaram em um trem que transportava, entre outras autoridades, o general João Nunes da Silva Tavares e seu Estado maior, como também o cel. Cláudio do Amaral Savaget, “*commandante do 32º Batalhão de Infantaria da guarnição de Bagé*” (pp.163-4) E assim, no dia 23 de agosto, “*foi assignado a paz, entre as duas partes beligerantes*” (p.164). Para ele, o povo podia agora descansar dessa guerra desonrosa, sem idealismo, que interessava, como voltava a repetir, só aos gananciosos exploradores do povo.

---

<sup>32</sup> VILLA, Marco Antônio. Canudos: o povo da terra. São Paulo: Editora Ática, 1999, p.136.

Tempos depois, o Treme-terra retornou para Rio Grande após o tratado. Chegando ao destino, os soldados foram se aquartelar na velha querência. Disse Isidoro que “*no Estado do Rio Grande do Sul, já reinava uma cemi paz, e não paz completa*”(p.166). Além disso, comentou que tinham um novo comandante. O tenente-coronel Tristão Sucupira de Alencar Araripe “*não é parte entregante [sic] da voraz e feroz politica amarela, é christão*”(p.166).

Isidoro Virgínio criticava a tirania, dizendo que o povo podia respirar agora, com o fim da política opressora e assassina de Castilhos. Podia também dar expansão a alma, demonstrando felicidade e patriotismo. Quando, no andamento das comemorações da “Paz de Pelotas”, alguém gritou “Viva Júlio de Castilhos”(p.166), os sentimentos políticos afloraram, e a saudação do entusiasta não teve eco, o que demonstra, nas palavras do soldado, a impopularidade do governo vitorioso. Em seus escritos, Castilhos era a “*fera*”, a “*pantera sanguinária*”. Não era cristão, como o novo comandante.

\*\*\*

## 2. “OS CENTAUROS DAS CAMPINAS”: OS MARAGATOS E A “FEDERALISTA”

“O peixe carece d’água, o pássaro do ambiente, para que se movam e existam. Como eles, o gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em sêco, faltam-lhe as asas. Nêle se realiza o mito da antiguidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas: êste ser híbrido, é o gaúcho, o centauro da América.”

José de Alencar

Isidoro referia-se aos maragatos como sendo “os centauros das campinas”(p.125). Ao fazê-lo, efetuava uma articulação de pensamento, no qual personagens e paisagens acabam confundidos na construção de determinada identidade. Tal articulação é muito comum no Rio Grande do Sul. De acordo com Sandra Pesavento: “o rio Grande do Sul identifica-se com a sua dimensão rural, e o gaúcho, personagem-símbolo da região, é, por excelência, um homem do campo.(...) Monarca das coxilhas, centauro dos pampas, ele é algo que mistura o componente selvagem, de exacerbação permanente, com a altivez inata de quem habita imensidões sem fim”<sup>1</sup>. Pensar nessa fusão de elementos naturais - homem, cavalo, campinas, coxilhas e pampas - nos remete a Pierre Bourdieu, quando explica que as identidades tem o poder de impor uma visão de mundo e uma divisão (pica-paus e maragatos, gaúchos e baianos), legitimando uma definição e impondo as divisões do mundo social:

“A etimologia da palavra região (regio) [...] conduz ao princípio da divisão, acto mágico, quer dizer, propriamente social de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade [...] em separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um acto religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser[...], A régio e suas fronteiras(fines) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território, em suma, o princípio da di-visão legítima do mundo social”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Porto Alegre: Ensaios FEE, 1993, p.388.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de Região. In: IDEM. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp.113-4.

No século XIX, constrói-se, no Rio Grande do Sul, uma “identidade regional”, paralelamente ao esforço da elite dirigente brasileira em construir uma “identidade nacional”. Na construção da identidade sul-rio-grandense eram utilizados, como elementos definidores dessa identidade regional, três princípios de seu processo histórico: o federalismo, o regionalismo e o separatismo. Por sua vez, o processo histórico do Rio Grande do Sul, fruto de especificidades (a fronteira, por exemplo), terminava por um posicionamento autônomo em relação às diretrizes federais. Esse comportamento era percebido como um obstáculo na construção do Estado Nacional Brasileiro<sup>3</sup>.

Levando em conta a relação entre espaço geográfico e identidade, Ana Reckziegel define região como *“um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”*.

A memória também se associa aos espaços, onde estão fixadas as lembranças de lugares e objetos presentes, como organizadores de referenciais identitários<sup>4</sup>.

Para Loiva Otero Félix, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e sim a dimensão do pertencimento social criado por laços afetivos. Esses mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social. As fronteiras sócio-culturais criam identidades a partir de vários elementos como a língua, o território compartilhado ou a etnia. Proporcionam um sentimento de pertencimento em seus elementos, criadores de identidade. Dessa forma, a identidade está mais próxima dos processos de reconhecimento do que de conhecimento. O processo de identificação é também um processo de construção de imagens e, como tal, terreno propício às manipulações<sup>5</sup>.

A referência geográfica imaginada do Rio Grande do Sul era a campanha, que, por sua vez, confundia-se com a fronteira. De acordo com Helga Piccolo, a fronteira, como espaço, é uma criação humana e, portanto, sem limites definidos. Limite, por sua

<sup>3</sup> PICCOLO, Helga I. L. “Século XIX: o RGS e a Estruturação do Estado Nacional Brasileiro - A questão da identidade”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 390, 1997, p. 90.

<sup>4</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza G.S. A Diplomacia Marginal: Vinculações políticas entre o Brasil e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999, p.20.

<sup>5</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação política. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996,p.42.

vez, é compreendido como uma construção política. O que nos leva a pensar que ambas as concepções “restringem”, criam regiões de influência, de acordo com a gênese do poder local. Desse modo, legítima como fonte de interpretação sobre quem somos “nós” e quem são os “outros”. Mas o que pensava Isidoro Virgínio sobre o Brasil, sobre a querência (sua terra natal) e sobre o maragatismo? Inicialmente, vamos observar como essas identidades foram construídas e cultivadas na atmosfera da caserna, especificamente dentro do Trem-terra.

Inicialmente, retomemos a linha de rumo dos acontecimentos ocorridos após 1891, segundo o que foi relatado por uma importante testemunha ocular. Segundo Euclides Moura, os quartéis de Rio Grande e Bagé se rebelaram em 1892 devido ao fechamento do Congresso ordenado por Deodoro da Fonseca. Em 6 de novembro, o cel. Onofre dos Santos e vários oficiais do 12º BI e 3º BI decidiram “*opôr-se à inconstitucionalidade daquele ato*”. Em seguida, foram guarnecer às repartições públicas.<sup>6</sup> O General Bruce passou o comando ao tenente-coronel Onofre. Rio Grande foi ocupada militarmente e alguns oficiais de confiança, destacados pelo comando rebelde, foram guarnecer “*a repartição do telégrafo, alfândega e mais repartições públicas bem como o atalaia da barra onde postaram artilharia*”. Uma junta diretora foi constituída na cidade. Enquanto isto acontecia, o 29º BI, comandado pelo tenente-coronel Sampaio, embarcava “precipitadamente” para Porto Alegre para prestar apoio a Júlio de Castilhos, por ordem do comando do 6º Distrito. Pouco depois, o 12ºBI entrava em Pelotas, nas palavras de Moura:

“De chegada, após algumas manobras militares, o Capitão Joaquim Machado de Souza com quatro bocas de fogo e 100 praças, na madrugada de 9, apoderar-se de Pelotas, poucas horas antes evacuada pelo Capitão Braz, [...] Reunidos os patriotas, uma das primeiras façanhas foi o assalto ao quartel e à arrecadação do 29º Batalhão, de onde roubaram todo o fardamento bem como vários efeitos que se achavam ali depositados”<sup>7</sup>.

A rebelião começou a espalhar-se pelos quartéis. Júlio de Castilhos, por sua vez, percebia à distância o que estava acontecendo. O plano de 1892 não incluía,

---

<sup>6</sup> MOURA, Euclides B. de. O Vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1892, p.30.

inicialmente, a tomada de Rio Grande. Os novos recrutas de Rio Grande presenciaram a rebelião; nesse momento, Isidoro já tinha ingressado no Exército. Tempos depois, o comandante do Treme-terra foi substituído e as tropas atacadas por forças da mesma arma, mas de tendência política contrária, de modo que eles foram deslocados para São Gabriel. Após a batalha do Cerro do Ouro, o 12ºBI retornou para Rio Grande; pouco tempo depois, a esquadra rebelde tentava depor o governo militar de Castilhos. Após a “paz de Pelotas”, as tensões políticas no quartel aumentariam. A partir daí, seguiremos as notícias dos jornais locais.

## 2.1. A revolta do Treme-terra

Os militares castilhistas e florianistas ocupavam conjuntamente diferentes postos de comando, substituindo os oficiais que eram mais simpáticos aos liberais e conservadores. O gen. Cantuária foi nomeado, em 7 de janeiro de 1896, para substituir o gen. Galvão. Então, indicou o novo comandante do Treme-terra: era o tenente-coronel Tristão Sucupira de Alencar Araripe. Dias depois, o gen. Savaget assumiu o comando do 1º Distrito Militar, sendo substituído pelo coronel Thompson Flores. Esses novos comandantes (devido as diferentes lideranças que obedeciam) acabaram inevitavelmente envolvidos em conflitos de autoridade, embora fossem aliados políticos. O exemplo mais ilustrativo se refere à briga entre os coronéis Carlos Telles e Thompson Flores. Entretanto, vejamos como outra rivalidade se refletiu no comando militar de Rio Grande.

Em 16 de Julho de 1896, o Diário de Pelotas publicou um artigo em defesa dos direitos dos militares, tendo como alvo o comandante do 12º Batalhão de Infantaria. De acordo com o redator da notícia, a harmonia existente no interior da tropa foi quebrada com a chegada do novo comandante. Ele teria opiniões contrárias a República, tendo sido inclusive preso por insubordinação durante a Revolta da Armada de Custódio de Melo. Não obstante, teria sido benevolmente acolhido entre a tropa, não como um inimigo, mas com a dignidade devida a um comandante. Mas, os ânimos se exaltaram quando o tenente-coronel Sucupira tentou tomar medidas coercitivas contra certos oficiais que não haviam comparecido para saudar o gen. Galvão, que estava de passagem por Rio Grande, à caminho da capital federal:

---

<sup>7</sup> Idem, p.33.

“Três dias depois, o Capitão Agobar observou “que si as palavras d’este implicavam uma censura, elle Agobar não as aceitava com tal”.(...)Sucupira então declarou que “não reprendia, mas manifestava o seu desgrado e, si os officiaes quizessem, que representassem contra elle”.[...] Com effeito, no dia [...] o major fiscal Joaquim Machado de Souza, a mando do [...] commandante, leu uma ordem do dia em que este desautorizava o capitão Agobar perante os seus subordinados e mandava recolhê-lo preso e submeter a conselho de investigação. A maneira insólita e violenta (...)desmoralisar (...) perante as praças, despertou a indignação dos seguintes officiaes: alferes Bernardo de Araujo Padilha, Manoel Virissimo da Costa, Vicente de Alencar Lima e manonel Joaquim do Rego que attentiosamente, pediram permissão(...)e declararam que, si crime havia na manifestação(...)em casa de Bastos& Alt, elles eram cúmplices, pello que receberam immediatamente voz de prisão”<sup>8</sup>.

A questão de Janeiro continuou sendo explorada pelo Diário de Pelotas, que atacava: “*Tendo o ten-coronel Sucupira conseguido iniquamente prender e submeter a conselho de investigação o capitão Agobar, este, justamente indignado representou contra seu arbitrário chefe*”. Dessa forma, o capitão Agobar “*quiz reforçar mais a sua representação e para esse fim dirigiu cartas a diversos officiaes pedindo informações sobre as faltas cometidas pelo commandante*”. A oposição ao chefe militar encontrava respaldo na redação do jornal, pois, conforme a reportagem: “*Pensava o commandante do 12º que abafaria assim o pronunciamento das consciências sãs e que conseguiria occultar aos olhos de seus superiores os erros e attentados a disciplina por elle praticados; enganou-se e a cada prisão que infligia surgia contra elle uma representação devidamente documentada*”.

Os ânimos encontravam-se exaltados em todas as esferas do batalhão. Em 5 de Janeiro de 1895, o mestre da banda do 12º BI, o sargento Crescêncio Pinheiro da Rosa, recolhera-se ao quartel, de volta de uma tocata no quartel-general. Acusava o alferes

<sup>8</sup> Diário de Pelotas, 16 jul. de 1896, p.2.

José de Carvalho Lima, que proibiu a saída do mestre de música junto da banda, por encontrar-se “*em completo estado de embriaguez*”. Este, por sua vez, “*insubordinara-se, armara-se de um florete e desafiara a quem quisesse chegar*”. Em 22 de Fevereiro, foi o alferes Lima preso por cinco dias. O tenente-coronel Sucupira afirmava que “*o capitão Agobar asseverava em sua representação por não ter aquelle providenciado de forma alguma sobre o caso de ter o alferes Lima espancado o mestre de musica*”. Para ele, o alferes Lima “*ia esquecendo lamentavelmente os preceitos da probidade a que era obrigado em sua conducta, sinão e manutenção á sua propria individualidade ao menos em respeito a classe a que pertencia*”<sup>9</sup>.

Quanto ao testemunho do alferes, respondeu que a “*negativa do Alferes Lima não o podia honrar porque traduzia ou calculava má fé ou prompto esquecimento de um castigo*”. Dessa forma, o alferes “*dirigiu uma carta ao capitão Agobar perguntando o quanto em relação á sua affirmativa o commandante lhe attribuía, e que ficava surprehendido, porquanto na carta em que dirigira, limitara-se a tratar da parte dada e que ainda dissera ter corrido o risco de ser preso*”. Sem dúvida, Lima parecia temer que seus companheiros o tivessem abandonado<sup>10</sup>. O capitão Agobar, respondendo ao alferes Lima, declarou-lhe em carta que “*a sua representação, no ponto arguido, cingia-se ao assumpto da carta e ao que se achava publicado em detalhe do batalhão*”. “De posse desse documento, o alferes Lima representou por sua vez contra o comandante Sucupira”<sup>11</sup>.

Para Isidoro, essas divergências tinham explicação: “*hoje como honte, o velho Treme Terra era malquisto, pella a gre [sic] Castilhista de triste minoria*”, por ser maragato. Em sua opinião, durante todo o período da revolução, o Treme-terra nunca mereceu confiança da “*politicalha amarella*”:

“Sempre suspeito e odiado por gerar edeas [sic] contrarias, aos os exupadores [sic], da liberdade publica. Agora com o novo commandante revevia [sic] as edeas [sic], a tres annos adormecidas, mais sempre vivas, que é o maragatismo”(p.171).

<sup>9</sup> Idem, pp.5-6

<sup>10</sup> Idem, p.6.

<sup>11</sup> Diário de Pelotas, 22 de jul. de 1896, p.5.



Como podemos ver, ele voltava a afirmar que o Tremeterra era maragato, Além disso, as idéias foram revitalizadas com a chegada do novo comandante. A tensão aumentou diante da notícia de que o 12º BI deveria sair de Rio Grande e rumar para Alegrete, para que seu rival político tomasse seu lugar. Com a aproximação do 29º BI, a temperatura aumentou a ponto de perder-se o controle, ou quase:

“maldozamente [sic] e por ar do demos [sic], pello o quartel correu a notícia, de que o 12º hia [sic] sahir [sic] do Rio Grande, por castigo, para que o 29º de Infanteria seu rival político, viesse ocupar o seu lugar na cidade do Rio Grande”(p.172).

Segundo Isidoro, o boato foi “*entelientemente [sic] preparado e propagado, e os seus erfeitos [sic], não se fizerão [sic] esperar*”(p.172). Parece que o soldado não parecia muito seguro quanto a legitimidade da rebelião, pois logo disse: “*Se bem que era uma ordem superior, que tem de ser obedecida. Mas em todo caso, era uma falceta [sic] rasteira da politicagem amarella*”(p.172). Então disse que o quartel, que sempre andou em ordem:

“... ficou em petição de myzeria [sic]. A soldadesca por odio e vingança trabalhavão [sic] na surdina e de comum acordo.[...] Os soldados do 3º de Pozição [sic] embora não tomasse parte na agitação, por camadagem [sic] botavão [sic] fogo na cangica”(p.173).

De acordo com o memorialista, o 12 BI estava novamente sendo castigado “*por motivos políticos*”(p.180), devendo partir para Alegrete. E devido ao boato, inteligentemente preparado não se sabe por quem, começou a rebelião. Assim, relatou Isidoro que, conforme se aproximava a hora do embarque, mais aumentava a agitação; era “*medonha*”(p.174), pois os soldados “*no delirio de suas loucuras, não tinha mais a medir nas suas também safadezas [sic]*”(p.174-5):

“Se não puzerão [sic] fogo no quartel é porque os senhores oficiaes [sic] com muito custo, pode os contel-los [sic] dentro da ordem. Quando em um ponto serenava um desturbio [sic], rebentava dois e tres em outro. É que nesta agitação de quartel

não havia um cabeça, cada qual agia por si. Todos doidamente, fazia o que lhes desce na cabeça, de o faser-lo [sic]. Se infelizmente [sic] houvesse um cabeça, o que seria factal [sic] para um e para outros Houve um momento em que o quartel ficou como um hospício, e os doidos em delirio. Foi pouco antes, do Batalhão formar para marchar para o embarque”(p.175).

Desse modo, o quartel se rebelava e, como não tinha uma liderança para responsabilizar, os oficiais não conseguiam impor a autoridade e restituir a ordem. Ao invés disso, começavam a perder o controle. Muitos oficiais eram odiados pelos soldados, seja pela perseguição política que exerciam sobre a tropa, seja pelos castigos severos. Essas atitudes dependiam somente do temperamento do oficial. O tenente-coronel Sucupira era rígido nas suas ações, embora reconhecido como justo, entre outras qualidades. Mas, também era florianista e, dessa forma, cumprindo o princípio da neutralidade da disputa no Exército, afastou o 12º BI, o que evitou o combate. Contudo, ao executar a transferência do Treme-terra, desguarneceu a cidade, deixando-a entregue a um fiel castilhistas, o coronel Sampaio.

Pela ordem do dia anterior, comentava Isidoro, o embarque estava marcado para as dez horas da manhã, no mesmo horário de chegada do 29ºBI. Mas, “*visto constar, a mal satisfação dos soldados, que encarava a marcha do Batalhão por tudo politico*”(fl.175), como também o conhecimento das “*reavaliadas [sic] das duas corporação*”(fl.176), o quartel-general achou conveniente antecipar o embarque do 12º BI para as 6 horas da manhã, antes da chegada do 29º BI. Desse modo, “*a agitação no quartel, só serenou, quando a cavallo entrou no quartel, o sr. Commandante, para conduzir o Batalhão para o embarque no porto*”(p.176). A imagem do comandante era irrepreensível:

“o maior padrão de um chefe de homens livres, e ter força moral. Que por honra de sua espada, [...] as tinha demais. Já um anno, he [sic] decorrido e no Batalhão sobre o seu commado[.sic], a diciplina [sic] e a justiça, era para todos.....”(pp.179-80).

Então o soldado relatou que “*naquelles rebolicios, de homem sem cabeça, por mais de uma vez, as coisas pirigou*”(p.176). De acordo com Isidoro, o tenente-coronel

Sucupira tinha uma conduta semelhante aos maragatos, por não comandar como se os soldados fossem escravos. Contudo, como “padrão”, o “chefe” era o único que possuía cabeça para liderar. Desse modo, os soldados terminaram obedecendo, impelidos pela imagem que o Comandante construía, inspirando confiança nas tropas.

A rebelião ultrapassou os muros do quartel. Parte da comunidade riograndina manifestou-se em protesto. Conforme o soldado: *“já muito cedo, na rua da Boa Vista afluviu [sic] muita gente. Isto é paizanos [sic] para assistir o embarque e partida do vapor, que levava o Batalhão. Particularmente, a politicagem em geral, é quem domina o povo, na terra gaucha”*(p.180). Então, Isidoro disse que o mestre da banda de música, Crescêncio Pinheiro da Rosa, manifestou-se em protesto:

“... homem letrado e politico exartado. Na borda da coberta do navio, tomou a palavra e deitou o verbo aos assistentes na bera [sic] do caes na rua da Boa Vista. Com fortes argmentações [sic] atacou a politica venal, da politicagem da politica amarella. [...] O povo em terra estava se exartado[sic], uns aplaudia[sic], e outros protestavão[sic]...” [...] “O sr. Commandante e outros officiaes, vieirão [sic] ate o portador [sic] do navio. Enformado [sic] do que havia: mandou o sr. oficial de estado maior, que recolhesse o mestre da banda de musica prezo [sic], na guarda da frente...”(p.180-1).

Na manhã do dia 4 de Setembro de 1896, o Treme-terra embarcava. Às oito horas em ponto, o navio desatracou do cais em direção à Porto Alegre. Parece que o que realmente importava para o comandante era evitar qualquer conflito. Embora o comandante Sucupira não permitisse que militares pica-paus cometessem arbitrariedades, acabou auxiliando no enfraquecimento das defesas maragatas de Rio Grande. Em reação a isso, vemos nos protestos e na prisão do mestre Crescêncio, a insatisfação quanto ao deslocamento do Treme-terra. Quanto ao mestre da banda, não encontramos outras informações sobre o desdobramento dos últimos incidentes.

Retomado o controle, disse Isidoro que pouco depois de partirem, chegou às 10 horas da manhã o 29º batalhão de infantaria, *“favorecido pella a politicagem veiu [sic] aquartelar em Rio Grande no quartel do 12º de Infanteria. O qual ficou suprezo [sic] do que lhes estava reservado [sic], por seus irmãos de armas”*(p.181). Mas, se todos tinha

partido, como o soldado ficou sabendo da reação das tropas de Pelotas? É uma questão que fica em aberto.

No dia seguinte, o Treme-terra chegou em Porto Alegre. Os soldados não puderam desembarcar, indo à terra somente o comandante, acompanhado de um capitão e de um ordenança. Retomando seu itinerário, o batalhão dirigiu-se ao seu ponto de destino: a cidade de Alegrete. Um dia depois, embarcaram em um trem na “*Estação da via ferrea Taquaryense*” (p.186).

As condições de marcha, em determinados momentos, eram terríveis. Mesmo as famílias dos oficiais sofriam com isso. Um desses momentos aconteceu quando as tropas tiveram que atravessar um rio. O comandante decidiu separar os solteiros dos casados, para evitar qualquer constrangimento. Além disso, podemos perceber o deslocamento de famílias inteiras, como narra Isidoro, ao realizar uma interessante radiografia do batalhão. As condições materiais dadas aos soldados e suas famílias eram péssimas. Mulheres e crianças seguiam os maridos ou parentes, participando desse modo das campanhas militares:

“Na aldeia do acampamento ha [sic] para mais de 900 pessoas entre mulheres e creanças [sic]. Pois o Batalhão estar com seu afetivo [sic] completo, alem dos cedidos, e dos encostados. Bem poucos: são aquelles que não tem, a sua costella. Um acampamento de uma corporação, são dois acampamentos. O da frente da corporação, e o de traz [sic], o retaguarda das familias dos praças da corporação. Basta ver, um Batalhão o Regimento em marcha, quer em tempo de paz, o em tempo de guerra, mulheres e creanças [sic] que fede a rato. Razões pellas as quaes [sic], os soldados marcha alegre e sastifeito, por ter o seu derencho [sic] de barraca”(pp.195-6).

No início de abril de 1897, Isidoro encerrou o capítulo “*Para Alegrete*”. Nesta ocasião, encontrava-se em Salvador, no forte de São Pedro, à espera de ordens para se deslocar para o Belo Monte. Em pouco tempo, adentraria numa região desconhecida dos soldados gaúchos, distante das referências da “*querência*”, distante inclusive das dissensões entre pica-paus e maragatos.

## 2.2. Pátrias e querências

Concordando com Benedict Anderson, Helga Piccolo diz que a nação é uma comunidade política imaginada. No caso brasileiro, afirma que ainda estava em construção. Segundo ela, os senhores que atuavam no espaço fronteiro não renegavam a sua condição de brasileiros e, como tal, apelavam ao governo imperial quando ameaçados nos seus interesses. Já em outro contexto, a vitória castilhistas acarretou um “*solapamento do poder das famílias tradicionais*”<sup>12</sup>. Por sua vez, as acusações castilhistas anunciavam que os maragatos eram restauradores e, por isso, estavam ligados aos interesses portugueses. No entanto, espelhavam-se no exemplo estrangeiro como modelo de conduta, de progresso e desenvolvimento. A França era a “tela” preferida. Entre os elementos simbólicos resgatados para criar um imaginário popular republicano, na opinião de José Murilo de Carvalho, com insucesso, está a utilização do termo cidadão como forma de tratamento, e que não ultrapassou o “bureau” das autoridades<sup>13</sup>. Para Isidoro, as coisas eram um pouco diferentes. Tratava-se de uma busca frustrada, da queixa pela ausência, pelo que prometia, mas não era observado na relação cotidiana dos homens pobres e a República. Afinal de contas, até que ponto Isidoro Virgínio poderia ser considerado um cidadão brasileiro? Segundo pensamos, isso dependia do lugar em que estava. O sentimento de brasilidade, propriedade distintiva do brasileiro, está relacionada valorativamente ao amor à pátria. Mas, esse sentimento toma diferentes cores, na medida em que mudam os referenciais geográficos e os atores sociais. Em Rio Grande, por exemplo, ele sentia-se mais brasileiro que no Rio de Janeiro, devido aos laços de solidariedade social existentes. Então, podemos pensar: identificação nacional está sempre combinada com outros tipos identitários, mesmo quando possa ser sentida como superior às demais. Como nos esclarece Eric Hobsbawm<sup>14</sup>, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, como ser “cristão”, “soldado” ou “desertor”, mesmo em períodos muitos curtos.

<sup>12</sup> PICCOLO, Helga I. L., Art. Cit., pp. 87-90.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 13.

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 20.

Deste modo, o que se pode observar no discurso do soldado, tal qual foi registrado em seu diário, é uma transposição de valores, realizada como um mecanismo de reação em face da realidade social, de acordo com as interferências externas, articulada por atributos culturais inter-relacionados. As diferentes redes de significado podiam se cruzar no mesmo momento, ou então buscadas no passado, selecionadas pelo desejo presente. Quer dizer, na qualidade de rio-grandino, sentia-se ligado à terra; como soldado, sentia-se ligado às normas da instituição responsável pela defesa do Brasil; como desertor, assumia outra lógica, a do maragato, uma identidade de resistência contra a ditadura. Acreditando nas duas idéias, era um soldado, um brasileiro e um maragato.

Apesar de sua opção política, revelou um desencanto pelo o modo como as coisas aconteciam. Relatando o processo de recrutamento, Isidoro disse enquanto narrava a Batalha Cerro do Ouro, que *“sobre penna de morte defender este o aquelle governo. É a forma uzual [sic] dos fervonhos [sic] politicos, para fazerem revoluções. Pegarem os infilizis camponezes a laço e balla, para nos campos da lucta morrerem por elles, politicos aventureiros.”* (p.113-4). Na condição de soldado, a cidadania se extinguiu por completo. E mesmo diante dos maus tratos, *“a força e violencias”* (p.113) defendiam o governo. Sem qualquer dificuldade, como podemos ver também em outro momento, identificava as motivações políticas da elite:

“Em uma cruel disputa, mais material e pessoal, do que ideal [sic]. Sim pois, quem tira proveito desta nefasta politicagem, são os sabidos e exploradores, deste povo abandonado. [...] Fora desta degradante ganancia, nada mais lhes enteresça [sic], morra quem morrer.....”(p.165).

Em seu modo de ver, para que o Brasil chegasse a ser uma civilização era preciso que certos princípios cristãos não fossem desrespeitados. Em 1895, quando relatava a *“Paz de Pelotas”*, dizia que a República estava de luto, enquanto a nação brasileira se envergonhava, por ver seus filhos querendo se devorar *“quaes serpentes”*(p.165). O animal evocado para indicar a dissensão era um predador, que na Bíblia representava o pecado motivador da expulsão de Adão e Eva do Paraíso.

---

Era-lhe evidente que os políticos pouco se importavam com o povo. Talvez por isso, demonstra ter clara distinção entre a “*República*” (que culpa pelo luto) e a “*Nação*” (a imagina envergonhada). A nação imaginada pelo soldado estava intrinsecamente ligada a esses valores. Em 1897, quando se encontravam próximo à Canudos, desesperado pela sede e pela fome, Isidoro disse que tinha “*esperança*” e “*fê*” na salvação, enquanto esperavam a chegada do comboio com os suprimentos militares. Então descreveu o que lhe parecia ser o caráter nacional brasileiro:

“A criação [sic] no brinco, a jover [sic] na escola, o moço no estudo, a matrona em casa, o varão no trabalho, a velhece [sic] em repozo [sic], todos pensa no futuro, o que a Deus pertence. No mar sereno, a terra em flor, o operario na forge, o malho batendo lamina fumegando, a semente na terra, a vida em gala, é um don [sic], que Deus deu ao Brasil”(p.321).

A imagem do Brasil de seus sonhos era constituída por pessoas atuando num país organizado, sem guerras, com trabalho e justiça social. Por sua vez, a “*querência*” era a expressão de referência natal dos gaúchos, motivo pelo qual fazia mais sentido para ele que a idéia insípida de um Brasil. Tratava-se da terra ancestral, do lugar para onde sempre retornava, do chão de batismo, onde nasceu e morreu. Entretanto, havia ainda a alternativa identitária criada na caserna. Quando esteve sediado em São Gabriel, disse certa vez que aquela era “*uma cidade tipicamente camponeza, e da tempera gaucha*”, sendo os militares que ali se encontravam temporariamente os “*únicos estrangeiros [...] filhos de outras paragens do Brasil*”(p.108). Estas considerações reproduziam claramente a ideologia militar, como se pode notar no trecho a seguir:

“Nós estrangeiros é uma forma de dizer, porque de Norte ao Sul, leste oeste, o Brasil é um só. E ainda mais militar, que em qualquer parte do Brasil em que estiver, é Brasileiro. Para o militar, não ha região, a região do militar, é o Brasil inteiro”(p.108).

Desse modo, podemos distinguir duas construções identitárias: a identidade territorial (gaúcho e brasileiro), fundamentada na territorialidade e na ancestralidade da

“*terra natal*”, e a identidade militar, resultado de um “*espírito de corporação*” fomentado na experiência coletiva que a caserna proporcionava. O choque das identidades territoriais acontecia, quando ele, de fato, tinha o sentimento de não pertencer ao local em que o batalhão era sediado e, neste caso, considerar-se um “*estrangeiro*”, que ao mesmo tempo colocava em dúvida a sua primeira observação, ao se dizer brasileiro. Essa questão reapareceu quando o Treme-terra esteve em Alegrete:

“O 12º Batalhão de Infantaria esteve aquartelado na quella [sic] pequena cidade camponeza [sic], verdadeiramente gaucha. Onde não havia um só estrangeiro, nem se quer para purgante. Toda população da cidade é Brasileira, e genuinamente Brasileira. Fora nós militares, é tudo riograndençes [sic] e genuinamente Alegretenses”(p.202).

Outras passagens registradas no diário confirmam essa sensação de pertencimento acima evocada. Observando com atenção, convém lembrar que, na Vila de São Lourenço, por não ser conhecido pela comunidade, ele foi facilmente reconhecido pelas autoridades locais, quando desertara do Exército. Por vezes, as disputas políticas entre comunidades eram estimuladas utilizando antigas animosidades. Segundo registra no diário, em 1895, os soldados preparavam uma cilada contra aqueles de Pelotas: “*na velha e tradicional cidade do Rio Grande, que os Pelotenses nos cha [sic] de papa areia*” (p.171). A própria alcunha de “*papa-areia*”, alusão à praia, reforçava a rivalidade entre rio-grandinos e pelotenses, anterior à disputa dos federalistas. Por outro lado, a pequena cidade camponesa de Alegrete era abertamente idealizada:

“O clima e os ares são deliciosos [sic] e amenos. Tem agua do rio: mais as aguas das fontes e cochilas [sic], são supipas [sic], claras e leves, boas de se tragar.[...] A cidade é tradicionalmente [sic] conhecida como um bom lugar para soldado viver, como de facto é mesmo. Terra boa e boa de se viver. Talvez: bem poucos lugares se posça [sic] comparar, com esta cidade. Gente boa e agradável, francos e despidos de entresses [sic], e de uma polidez [sic] sem par. Basta que se saiba que na cidade de Alegrete é bem difiscil [sic] gente morrer”(p.198).



Em tal localidade, os sentimentos maragatos eram bem acolhidos. Contribuía para isso o fato de que Alegrete era oposição ao governo de Castilhos e o povo apoiava o “Exército Libertador”. Durante os cinco meses que o 12º BI ficou sediado nessa cidade, reinou a paz e a tranqüilidade. Havia uma aparente cumplicidade entre os moradores, o batalhão e o narrador do diário:

“Povo bom e bem apessoadado, de bom trato e democracia natural. Que faz inveja, a muitas democracias artificiaes [sic] e de fachada. Na cidade Alegretense, ate as janellas e portas das ruas são maragatas. A não ser o Conselho municipal que a maioria é Alegretesse [sic]. Para ser autoridade na cidade, é precizo [sic] remover de outro municipio, funcionarios [sic] de taes [sic] cathogorias. Porque o povo da cidade não queria saber de negocios, com o governo do Estado, imposto pella força bructa. Embora: pagasse os seus impostos por força da lei, se punha [sic] independente, povo filiz [sic]”(p.202-3).

### 2.3. Um maragato cristão

No Dicionário pampeano de Jayme Caetano Braun consta que o vocábulo maragato provém da expressão “maragateria” – designação da comunidade dos maragatos de Leon, na Espanha. Era utilizado na Revolução de 1893 para identificar os opositores dos “pica-paus”, conhecidos também por “chimangos”<sup>15</sup>. Mas qual o significado do “maragatismo” para Isidoro? De um modo geral, considera-se que o movimento tinha uma finalidade política clara: derrubar Castilhos. Entretanto, na concepção do memorialista aqui estudado, o significado do maragatismo era mais complexo.

No início de 1893, ao escrever sobre o envolvimento dos militares na política, afirmava: “*Hoje [...] quem vé um militar, vé um sustentáculo da tyrania, um inimigo da liberdade e do povo*”(p.100). Isto porque, em sua opinião, o militar brasileiro deixara de ser militar para transformar-se num político profissional. Anos mais tarde, lembrando-se da infância, expressou o que sentia pelo valor da liberdade: naquele tempo, “*não era boi*

*nem cavallo, era cria da liberdade campineira e de ares amenos*” (p.382). À “*liberdade campineira*” era parte constitutiva de seu “ser”. Noutro lugar, considerava que além da “fé” e da “esperança”, a “*liberdade são obras divinas, faz parte de nosso ser*” (pp.321-2), ao qual acrescentou o seguinte comentário:

“O soldado de sentinella, o noturno em vigilancia a Patria agradecida, a ordem e progresso, é e será o orgulho e grandeza, da nação Brasileira. Todos em toda parte, tem Patria tem familia, e ancia [sic] de liberdade, e pura fé em Deus”(p.321-2).

A liberdade era uma palavra carregada de simbolismo, principalmente naquele momento em que a República era instaurada. Era o maior referencial ideológico dos liberais (liberdade de mercado). Também representava no ideário maragato a motivação contra a ditadura (castilhistas). Além disso, simbolizava a superação da escravidão; portanto, comportava também um sentido progressista que repercutia nos anseios populares.

Quanto ao maragatismo, Isidoro comentou após desertar em 1894, que “*entre soldados tanto do 12º como do 3º de Posição. Era bem conhecidas, as nossas crenças políticas*”(p.139). Tempos depois, disse que as idéias maragatas “*faziam parte das loucuras da mocidade*”, estavam “*em nosso ser*”(p.159). Para ele, todos os homens eram iguais. Por isso, parecia natural a ele que cada um fosse livre para ter “*o seu edial [sic], seja elle qual for*” (p.159). Sobre seu próprio ideal, comentou:

“Eu tenho o meu, sou maragato, creio [sic] em Deus e no futuro do Brasil. Fora de minhas edeas [sic] politicas, o meu comportamento é exemplar. Respeito todos os homens, embora eu seja homem. Venero as crenças divinas, e aos homens de boas entenções [sic], e ao bello sexo. E nisto, vejo que não sou um homem desnaturado”(p.159).

A passagem nos revela a articulação entre uma identidade política, situada na idéia de nação, e uma identidade religiosa. Tanto na idéia de República quanto na idéia de Deus, os homens eram considerados por ele, como iguais. Quando esteve no Rio de

<sup>15</sup> BRAUN, Jayme Caetano. Dicionário Pampeano - Pátrias-Fogões-Lendas. Porto Alegre: Edugal,

Janeiro em 1898, percebeu que a pátria (civil, política e social) estava ausente. Restou-lhe a nação religiosa.

A luta política, por vezes, ultrapassava o controle das elites, instaurando-se em manifestações de rebeldia dentro dos quartéis. “*O 29º teve sorte e sorte grande, por ter escapado, de uma cilada por parte de soldados do 12º [...] O 12º de Infantaria em massa era maragato apaixonado, ao ultimo extremo*”(p.182). Apesar da empatia, Isidoro teceu severa crítica aos seus irmãos de farda:

“O velho e não esquecido Treme Terra: de fama no Brasil inteiro. Era um unidade composta e ainda é, de um pessoal medonho. Homens que não são homens, era e é uma martilha [sic] de jaguaés [sic] homens audazes e temives [sic] ferozes quaezes [sic] imposeives [sic]. O velho Treme Terra, é um agrumerado [sic] de homens demaziadamente [sic] terrives [sic] e horrives [sic], e quaez [sic] imposcives [sic] de os conte-los [sic]”(pp.178-9).

Os soldados do 12º BI eram vistos como feras, por serem terríveis combatentes. Mais parecia um paiol: “*é e sempre foi um paiol e depozito [sic] de maus elementos e incorregives [sic]*” (p.178). Os soldados provinham “*do Norte do paiz, a bem da diciplina [sic]*”.(fl.179). Só a presença de um comandante rígido, honrado e respeitado, como Tristão Sucupira de Alencar Araripe, poderia mantê-los sob controle, “*que por ser justiceiro e bom. Era o Idolo venerado de seus soldados*”(p.179). Tinha força moral, pois sabia honrar “*sua espada*” (p.179), demonstrando ser justo com todos. Era como um chefe de “*homens livres*” (p.179). O novo comandante causava uma impressão diferente.

Outras questões somavam-se para diferenciar os demais oficiais do tenente-coronel Sucupira. Comentando a respeito da disputa política nos quartéis, responsabilizava alguns oficiais, qualificando-os de traidores da República. Nas palavras dele, os soldados eram diferentes:

“nós somos soldados, e para o soldado não ha politica, nem sanbundos [sic] nem nada. [...] a politica do soldado, é o de obdecer [sic] a voz superior, que é a chave da diciplina militar. Obdecer [sic] a voz superior, é um dever, se é que és militar. Que, quando juras bandeira, não juras politica sanhunda [sic] nem nada”(pp.108-9).

Mas as coisas não eram bem assim, pois os soldados nem sempre eram obedientes; além do que, muitos deles só eram disciplinados devido às severas punições, como os castigos corporais. Na verdade, Isidoro embasava-se na doutrina militar que enfatizava que os militares não podiam envolver-se com a política. A exigência desse tipo de conduta aparece em outros exemplos, como no caso do marechal Carlos Machado Bittencourt, evidenciado por Marco Antônio Villa. Segundo o autor, desentendimentos entre a diretoria do Clube Militar e o presidente Prudente de Moraes acarretaram na demissão do ministro da Guerra, o general Argolo. Por sua vez, ele foi substituído pelo marechal Bittencourt que, ao assumir, disse: “Não venho prevenido nem pretendo exercer vinganças políticas, pois o soldado não deve ter política alguma: só deve ter em vista o bom cumprimento dos seus deveres para com a pátria”<sup>16</sup>.

Isidoro creditava o problema do partidarismo do Exército aos oficiais: “*Se os senhores officiaes não fossem políticos, nós soldados jamais em tal pensava*”(p.140). Conforme disse em outra passagem, “*sou soldado bem o sei; nada e soldado é a mesma coisa. Soldado: por via das regras regradas, é synomo [sic] de nada*”(p.159). Entretanto, acrescentou que “se os senhores officiaes, podem ter edeas [sic] politicas”(p.159), não havia razão para que ele também não tivesse. Para ele, todos os homens eram iguais.

Em outro momento, comentou: “*não sou galés, nem matei meu pae a socó [sic][...]na vida militar sempre gozei de relativa liberdade*”(p.382). Algumas vezes, enquanto estava fora do quartel, disse sentir “*saudades dos bons tempos de soldado que não faz nada*”(p.380). Porém, as práticas militares muitas vezes lembravam o tratamento do feitor de escravos:

---

<sup>16</sup> VILLA, Marco Antônio. Canudos: o povo da terra. São Paulo: Editora Ática, 1999, p.181.

“Onde o castigo corporal, era a qualquer hora do dia e da noite [sic]. Anoete [sic], depois do toque de silencio, era bastante tocar o 1º toque de alvorada, para a chibata fallar alto e bom som. Por ordem do sr. oficial de estado maior, a companhia formava e a vara de marmello entrava em senna [sic]. Sim: para satisfazer a vontade de muita gente que só ficava sastifeitos [sic] depois que levasse umas tantas lambadas, para refrescar o sangue nervozo [sic].[...] Ja estavam [sic] calejados [sic] com todas as espeices [sic] de castigos, e ja encorçados [sic]. Que devido, o rigor da disciplina, ja estavam [sic] embrutecidos”(p.179)

Por isso, após a Guerra de Canudos, retornou a Rio Grande e começou a trabalhar na terra. Não queria mais ser soldado:

“uma vez é bastante, para que um homem deixe de ser homem, para ser um authomatico. Quero trabalhar para ser livre e senhor dos meus narizis [sic]. Quero ser, senhor do meu fucinho [sic] ser cidadão, e não escravo de outros homens. Soldado: é um escravo, dos caprichos e interesses, dos que podem e manda [sic]”(p.380).

Relembrando o que foi dito, a questão da liberdade aparece em diferentes momentos. A propaganda maragata estava no próprio nome de suas colunas: o “Exército Libertador”. Difundia-se a idéia de que era a luta de homens livres contra a ditadura castilhistas, enquanto que o Exército pica-pau era formado por escravos. Conforme Isidoro, o comandante Sucupira era associado a um chefe de homens livres. Os soldados dispunham de uma relativa liberdade, que dependia do temperamento do comandante. Dessa forma, podiam vez ou outra, sair pela cidade, para se divertir e/ou para estudar. Entretanto, também dissera que os soldados eram escravos da disciplina. Ele queria ser livre, senhor de seu destino.

Em seu modo de ver, os maragatos do Treme-terra eram “*verdadeiramente apaixonados por esta nefasta e odioza [sic] politica pessoal, que domina a opinião publica no Brasil*” (p.178). Demonstra saber que a luta política estava muito presente na sociedade. Apesar disso, considerava que um “*triste fim nos aguarda, não só a nós militares, como a coletividade Brasileira*”, por causa dos novos tempos “*de lua cheia, e de futurismo e modernismo, em que os filhos desconhecem os paes*”(p.178).

## 2.4 Os “senhores” e as “feras”

Segundo Robert Levine, jagunço é um termo pejorativo que, no final do século XIX era análogo à capanga. Provavelmente, originário da África, “*onde se utilizava a palavra zaguncho para designar pessoa rude e briguenta*”<sup>17</sup>. Essa era um dos referenciais identitários que a elite republicana utilizava para difamar (e ao mesmo tempo nomear) seus inimigos, e que se repetiu para combater outros movimentos sociais e/ou de cunho messiânico. Por sua vez, “Maragato” é a facção política comandada por parte da elite gaúcha contra o poder castilhistas; também se refere à África. Esta relacionada à expressão “maragateria”, uma denominação coletiva dos maragatos mouros que viviam na fronteira com Portugal e que permaneceram em Leon, após a saída do inimigo muçulmano. Maragatos e conselheiristas também eram chamados de fanáticos. Tinham um inimigo em comum.

Por suas atribuições bélicas, os maragatos eram relacionados aos centauros, monstros mitológicos da Antiguidade. Havia aqui algo de irreal, algo de idealização. Na perspectiva de Isidoro Virgínio, os senhores guerreiros eram destemidos combatentes, insuperáveis em uma carga de cavalaria. Os “*monarcas das coxilhas*” pareciam verdadeiros gigantes, na visão de alguém “*não muito alto*”. Sua admiração também se estende a alguns castilhistas, como por exemplo, o violento capitão Chachá Pereira.

Teria Isidoro mantido contato pessoal com algum dos líderes rebeldes? Ou teria reproduzido, em suas memórias, as impressões de seus contemporâneos? Seja qual for sua fonte de informação, o fato é que retratou importantes lideranças maragatas como Juca Tigre e Gumercindo Saraiva. No relato da batalha do Cerro do Ouro, apresentou os líderes das “*duas fortes colunas maragatas da guapa e brava armas de cavallaria*” (p.113): uma delas era comandada “*pello o bravo valorozo [sic] destimido [sic] Gabrielense Juca Tigre*” (p.113); a outra coluna, era comandada *pello o não menos bravo destemerozo [sic] e aranjado [sic] gabrielense Frederico Falhet. Ambos sobre o mando do ja afamado guerreiro Dão [sic] Gumercino Saraiva*” (p.113).

---

<sup>17</sup> LEVINE, Robert M. O sertão Prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro, 1893-1897. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 372.

Curiosa a qualificação do líder máximo rebelde. Chama atenção o emprego do designativo de tratamento honorífico “Dom”, em geral reservado aos fidalgos e aos reis. Isso teria acontecido devido ao lugar que Gumercindo Saraiva ocupava no movimento rebelde? Ele volta a empregar o mesmo designativo apenas para identificar um ser mitológico: “*Dão [sic] Morpheu campineiro*” (p.124). Nenhum dos outros líderes maragatos receberam tão alto qualificativo, embora estivessem bem qualificados. Nem mesmo foram tratados por “Senhor”, expressão comum utilizada na identificação de oficiais, delegados e demais autoridades públicas - Sr. comandante, Sr. capitão, Sr. Dr. governador.

Nosso narrador tinha ciência das redes de solidariedade, das distinções existentes nas relações sociais, dos laços familiares e símbolos de poder, vigentes na sociedade gaúcha de então. Era assim que a sociedade dos “*monarcas das coxilhas*” encontrava-se ordenada pelo poder patrimonial. Nas famílias tradicionais havia toda uma hierarquia, em cujo topo estavam os coronéis. A interferência das relações familiares na aquisição e na manutenção da posição social, inclusive dentro do Exército, pode ser observada na seguinte passagem:

“Pella a ponte do Rio Vaccacahy entrou na cidade de São Gabriel, de lenço encarnado no pescoço, e fita vermelha no chapéu, uma forte coluna, de cavallaria maragata, a qual foi recebida na ponte, pello o Sr. tenente Silva Paranhos. Que se deixou ficar na cidade, para receber seus amigos, e correigionarios [sic] politicos. [...] O qual servia [...] por ter relações de amizade [sic] e pessoas da familia de sua espoza [sic]. O Sr. tenente era casado com uma ilustre senhora da sociedade gabrielense. Se havia casado, quando ainda era Alferes, do 4º Batalhão de Infanteria [...]O Sr. tenente Paranhos atualmente, estar gozando de uma licença especial, concedida pello o Sr. Marechal Floriano Peixoto, prezidente [sic] da Republica. Para que o Sr. tenente Silva Paranhos, servisse na guarnição, onde lhes fosse conveniente. Era um acto [sic] , de reconhecimento, do Sr. marecha [sic] prezidente [sic] da Republica, ao merito do Sr. Barão do Rio Branco. Cujo nome Rio Branco, pae [sic] e filho, é uma gloria inmortal [sic] da Nação Brasileira.”(p.134).

Se na sua visão todos os homens eram iguais, também existia uma outra, hierárquica. Isto se pode perceber no tratamento que reservava aos seus próprios parentes e amigos. O padrao era “*Seu Antônio*”, enquanto o irmãos era “*o Leôncio*”(p.377). Também os amigos próximos eram apresentados segundo uma hierarquia de tratamento: “*Seu Luiz*”, e por vezes, “*Sr. Luiz*”; a “*senhora dona Anna*”(p.384); o filho mais velho do Ferreiro era o “*Seu José Libório*”, enquanto os mais novos, seus “*amigos de verdade*”(p.385), eram “*Luiz e Joazinho*”(p.385). Já os pobres eram tratados por adjetivos: “*negra Giribá*” (p.195), o “*velho*” Furgêncio (p.203), a “*velha*”(p.199) índia, também chamada por todos de “*vovô*”(p.201). Os inimigos, por sua vez, também não recebiam expressão de tratamento: “*entre os traidores, primeira linha estão o Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, João César Sampaio, Carlos Ferreira, e outros*” (p.162).

Haviam outros códigos partilhados por aquela sociedade, dos quais nosso memorialista demonstra ter conhecimento. Certos sinais de distinção, por vezes, tinham eficácia tanto no interior do grupo maragato quanto fora dele. Um bom exemplo disso está relacionado com um episódio bem conhecido na época, mencionado por Ângelo Dourado, envolvendo “*uns arreios prateados com as iniciais G.S.*”pertencentes a Gumercindo Saraiva<sup>18</sup>. Nosso memorialista anotou minuciosamente o acontecimento no capítulo encerrado em Março de 1894, denominado “*Lucta Cruel*”, no qual narra a prisão de alguns maragatos por autoridades castilhistas.

Segundo Isidoro, um pequeno grupo de maragatos, cansado após uma viagem de três dias, resolveu descansar. Apearam de seus “*pingos e afroxarão os areios e tirão os freios para pastarem a vontade*”(p.123). Tendo matado sua própria sede numa sanga e de terem dado de beber aos cavalos, trouxeram suas “*maletas, chocolateiras, cuias e bombas, pellegos e cochinin*”(p.123). Tomadas as devidas precauções, caso necessitassem fugir apressadamente, consideraram que “*não havia perigo, qualquer coisa que houvesse, tinha tempo de se aparelharem*”(p.123). Caíram no sono e, desguarnecidos, foram pegos de surpresa pelos inimigos. Entregues nos “*braços de Morfeu*”, quando acordaram estavam já amarrados:

---

<sup>18</sup> DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio - narrativa da revolução de 1893. (factos e epizódios da guerra civil. Pelotas: Americana, 1896). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997, p.256.



“No sombrilho [sic] bosque, profundamente adormecidos nos braços do indolente Dão [sic] Morpheu [sic] campinero. Por desventura de suas desventuras, o bombeiro vigiador, não rexistindo [sic] o amor de Morpheu rei do cancasço [sic], também adormeceu. Adormeceu, tanto o mais do que os outros naquelle ameno retiro, da solidão campineira. Quando despertarão [sic] , estava maniados << amarrados >> dos pés e das purços [sic]. Mesmo maniados dos purços [sic], forão [sic] postos em cima de seus cavallos, sem a menor ação. É que entre elles, havia dois cavallos [sic], de aperos de prata. É que havia deferencia [sic] entre elles, nem todos erão iguaes [sic]. Cavallo areiado [sic], com o apero de prata, é signal [sic] de gente grande, e poderosa [sic]”(p.124).

Os prisioneiros foram conduzidos à cidade como um “*tropheu de victoria*”. Isto porque os arreios de prata de alguns cavalos indicavam não serem eles de qualquer pessoa. Ou seja, ao contrário do tratamento convencional nesse tipo de caso (a execução), os prisioneiros foram poupados. Segundo ele, “*os cavalos de apero de prata, salvou todos de um pau [sic] degolla*” (p.125). Um dos prisioneiros, “*o do cavallo saino e aperos de prata*”, era sobrinho de Gumercino Saraiva e chamava-se Vasco Saraiva. O outro, “*o do cavallo rosilho e aperos de prata*”, era o tenente Guilherme Fontoura Fernandes:

“Depois de terem sidos apresenta-los [sic] as autoridades civis da rabugenta politicagem local. Com escadalozo [sic] espalhafate os centauros das campinas forão [sic] recolhidos a cadeia municipal, da cidade de São Gabriel. [...] Visto haver cavallos prateados entre os prizioneiros [sic] maragatos. Na cadeia municipal houve interrogatorios, para saber elles quem erão[sic]. Se não fosse os cavallos de aperos de prata, não havia enterrogatorios [sic] nem nada. Serião [sic] sumariamente degolados, no matto [sic] atraz [sic] da cadeia. É que os cavallos pratiados [sic], causou desconfianças e despertou curiozidade [sic] nas autoridades civis” (pp.125-6).

Atributos pessoais como a valentia, a honra, o poder da oratória e a consangüinidade também eram fatores de distinção social. O sobrinho do líder rebelde, Vasco Saraiva, era um homem “*de mediana estatura bem parecido tez morena rosada*

*phexico forte basta cabelleira e pequeno bigode. Parece ter 20 o 21 annos de idade typo camponeze[sic], e capitão das forças maragatas*” (p.126). Quanto ao tenente Guilherme Fontoura Fernandes:

“é de boa estatura branco rozado [sic], parece ter 40 annos de idade [sic]. Mal caladura [sic], sombracelho [sic] carregado haspecto [sic] duro e felino, e voz de trovão. Nariz tucano, olhos verde mar pello ruivo cor de fogo alaranjado, barbas cerradas e longas, basta cabelleira que lhes vinha acima dos hombro [sic] thezo [sic] qual o coquero [sic] da serra. Sombracelhas grandes e cerrada, parecia Deus Jupt [sic], typo [sic] de gato servagem [sic], pello cor de fogo e abudante [sic], parecia a juba de um leão feroz” (pp.126-7).

O perfil físico e psicológico da pessoa retratada parece corresponder a um modelo de guerreiro admirado por nosso memorialista. Os traços do rosto não esconderiam certos traços de caráter e de comportamento do homem duro, rude e ameaçador acostumado com a lide e o combate. O narrador o equipara ao deus Júpiter, a um “*gato selvagem*” e a um “*leão feroz*”, todas imagens fortes que expressam energia e violência. Em outra passagem, relativa ao combate do Cerro do Ouro, dois líderes maragatos são descritos da seguinte forma:

“Quem é, em são Gabriel, que não conheça estes dois homens guapos e corajudos[sic]? [...] Juça Tigre, um afamado e respeitado espadachim, dos mais destros entre outros. Frederico falhet, não menos afamado e respeitado lanceiro. Ambos altos e robustos de estauta [sic] avantajada, semelhantes ao gigantes Ferragrás e Ferrabraz. Juca Tigre, espaduado corpolento, bravo e destimido [sic], e valente com as armas. Vasta cabelleira que lhes vem a golla do ponche, peito saliente, barbas cerradas e comprindas [sic], que lhes vem abaixo do peito. Era elle um verdadeiro hispartano [sic] da antiguidade, tempos dos homens guerreiros de peito descoberto” (p.119).

Alguns castilhistas também eram assustadores. A coragem excessiva de certos homens o espantava, assim como a todos os que estavam em volta. Muitas vezes, era um estímulo para os combatentes. Isso pode ser observado na descrição que Isidoro

oferece do major Chachá Pereira. Para o soldado-músico, os gigantes castilhistas eram caracterizados de modo semelhante aos maragatos, isto é, como feras amedrontadoras:

“O homem é quapo e corajudo [sic] a prova de fogo. O homem é de coragem e de uma valentia fora do comum dos homens valentes, e corajudo. Todos os que o conhecia, o respeitavão [sic] como homem rezoluto [sic] e maú sempre desposto o desmanchar questãe [sic] em qualquer momento. É elle bastane alto, parece um gigante. Não gordo: carnudo hespaudarundo [sic] e peitudo hombros [sic] largos bracos [sic] e pernas compridas mãos de patola, pés avantajados, 49 pontos. Pescoço grosso olhos verde mar pello do rosto e cabeça ruiva, e cocó [sic] pellado. O que é um mau signal [sic], para um sul riograndense, cocó pella [sic]. como também é, para um bahiano, que uza [sic] cabelleira. na linha de fogo, fazia uzo de sua particular espada, rabo de gallo. Que é uma espadagão em uzo [sic] antigamente, na arma de cavallaria. Mallo [sic] encarado, olhar severo, bigode grosso, e cara de lua cheia, parecia um gigante...” (pp.268-9).

A descrição foi feita por ocasião da participação deste oficial castilhista na batalha de Cocorobó, em 1897, durante a guerra de Canudos. A coragem ocupava lugar especial na descrição física e moral destes gigantes. Os cabelos dos maragatos, longos como jубas, impressionavam o soldado.

Após a derrubada do Belo Monte, as tropas retornaram aos poucos para o Rio de Janeiro. Conforme relata o soldado, desembarcaram como “*um grupo de matrapilhos [sic] que mais se parecia, com haspctros [sic]*” de homens. Encontravam-se todos em péssimas condições. Além das cicatrizes, algumas ainda abertas, estavam “*cabelludos e barbudos suj os rotos esfarrapados, descalços, quae [sic] mendigos [...] que mais se parecia, com jaguncos [sic] fragilados [sic]*” (p.366).

Notamos que, muito mais que um artifício para a construção de uma imagem, o que se revela no diário é um testemunho daquilo que os antropólogos convencionaram chamar de “*comportamento do cabelo*”. Com efeito, tanto os antropólogos quanto os folcloristas tem observado os significados culturais atribuídos a esta parte do corpo que, não raro, são evocados a partir de um conjunto muito amplo de símbolos. Assim, enquanto para a mulher o tamanho e a forma do cabelo pode indicar diferentes posições

dentro da organização familiar das diferentes sociedades, no caso dos homens, via de regra, o tamanho da cabeleira e da barba está associado à potência, força, virilidade<sup>19</sup>.

Na descrição deixada por Isidoro, há certas indicações que nos permitem supor a existência de particularidades regionais no que respeita ao “*comportamento de cabelo*” no Brasil. Ao descrever o major Chachá Pereira, o narrador reconhece alguns traços particulares da cultura rio-grandense e da cultura baiana. Como disse, o “*gigante [...] e cabeça ruivo [sic], e cocó [sic] pellado [...] é um mal signal, para um sul rio grandense [...] Como também é, para um bahiano, que uza cabelleira*” (fl.268). Além de marcar a diferença entre os modos de se usar o cabelo nesses dois espaços culturais, o que se pode observar é uma tentativa de caracterizar uma comparação associativa: em distintas regiões, o fato de ser calvo ou de ter cabelos longos parece indicar uma mesma representação social.

Neste complexo jogo de associações, alguns homens eram tidos como “*gigantes violentos*”, mas também como grandes felinos, feras humanas (fl.115), como “*leões*” (fl.111) e “*panteras*” (fl.103). Expressava a violência humana através da figuração de outros animais predadores: jacarés, gaviões, águias e serpentes. Em seu repertório não faltava espaço para seres demoníacos. É o que se pode ver na apresentação do tenente Guilherme Fontoura:

“Embora fosse anaphaberto [sic], era tenente de linha de frente, por ser um pericto na facas, e fazer socega na guella [sic] dos outros. Sagaz e aranjado [sic], destemido e valente, um terrivel degolador. Sim, era tenente por ser feroz, e tinha fama de ser rexolucto [sic] audaz e sanguinario. Talvez fosse elle, um dos muitos Satanazes, que enfestá [sic] as campinas do Sul do Brasil. Os outros, um era cabo de esquadra e os demais, erão praças razas. Sertamente que erão [sic] gente escolhidas, tão ferozes como o tenente Guilherme [sic] Fontoura Fernandes” (p.127).

<sup>19</sup> CHEVALIER, Jean e GEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1991, p. 156; LEACH, Edmond. “Cabelo mágico”. In: MATTA, Roberto da (Org). Leach (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática, 1983, pp. 143-5.

As loucuras da guerra influenciaram o deslocamento, em sua consciência, dos laços de solidariedade militar ou nacional para os laços afetivos da religião. Nos momentos de perigo extremo, a identidade cristã sobrepunha-se à identidade militar, fazendo voltar a aflorar as raízes que ficaram no núcleo familiar, de onde fora arrancado para se tornar soldado. Negar, moralmente, os “espetáculos” de terror era uma maneira de se diferenciar daquilo tudo. Quando as luzes apagavam, Cristo reaparecia para suprir sua perda de referenciais. Foi o que aconteceu quando participou da Guerra de Canudos.

\*\*\*

### 3 BRASILEIRO MATANDO BRASILEIRO: A GUERRA DE CANUDOS

“Entre vivas retumbantes à República - haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito. Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; [...]A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos era uma cruzada”

Euclides da Cunha

Ainda durante a “Revolução Federalista”, Isidoro disse: “*basta de tanto sangue Brasileiro derramado inutilmente*” (pp.161-2). Mas, pouco mais de um ano depois, um outro conflito surgiria, provocando nos longínquos sertões do nordeste um novo e terrível conflito. A Guerra de Canudos tingiu, com o sangue de milhares de brasileiros, o solo e a memória nacional. Como questionam José Rivair Macedo e Mário Maestri<sup>1</sup>, teriam os militares considerado os conselheiristas como brasileiros? Tal proposição encontra terreno fértil no diário de Isidoro e constituirá o objeto de estudo deste capítulo.

No início de 1897, a elite castilhistas considerava que felizmente o conflito de Canudos estava distante do Estado. Chegara mesmo a considerar que o melhor era deixar o louco messias nas suas ilusões. Apesar disso, os jornais continuaram a informar em tom noticioso o que acontecia. Em 21 de janeiro, chegaram notícias de que Juazeiro estava para ser atacada pelas forças de Antônio Conselheiro e que, portanto, as autoridades locais requisitavam forças para sua defesa<sup>2</sup>.

Naquele momento, o conflito entre os seguidores do Conselheiro e as autoridades republicanas tinha apenas alcance local ou, no máximo, regional. Tudo começou em Juazeiro, onde o líder sertanejo mandara seus homens comprar madeira para a construção do telhado da Igreja Nova de Belo Monte. Após reiteradas reivindicações junto ao delegado de polícia e ao juiz sobre a não entrega do produto comprado em Juazeiro, as autoridades daquela localidade passaram a temer que a cidade fosse atacada. Não apenas as autoridades locais deixaram de honrar o

<sup>1</sup> MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. *Belo Monte - uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997, p 98.

<sup>2</sup> *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 21 jan. 1897, p. 1.

compromisso de entregar a madeira que já havia sido paga, como passaram a requisitar o auxílio do poder público contra os reclamantes. Desse modo, em 29 de outubro de 1896, o juiz preferiu enviar um telegrama ao governador do Estado da Bahia, exigindo providências. Era o princípio do conflito armado.

A maior parte dos registros de Isidoro a respeito dos acontecimentos que envolvem a Guerra de Canudos foram escritos em 1898, quando esteve no Rio de Janeiro. Para ele, Antônio Conselheiro, chamado de “*diabo rei*”, tinha sido vitimado pelo golpe que o delegado de polícia de Juazeiro aplicou, ao não entregar a madeira para a construção do telhado da igreja nova. Aquele teria sido o único responsável pelo conflito que, “*com promeças [sic] mentirozas [sic] e enganozas [sic]. Hião [sic] arrastando para aquelle calderão [sic] do inferno terrestre*” (p.349).

Para o brasilianista Robert Levine, os envolvidos eram o Juiz Arlindo Leoni e o Coronel João Evangelista Pereira e Mello. Entretanto, esse autor registra que o incidente foi apenas um acerto de contas, uma resposta ao ataque de “*jagunços conselheiristas*” a cidade de Bom Conselho, onde Leoni era o antigo juiz.<sup>3</sup> Se aceitarmos que não ocorreu simplesmente um “golpe”, para substituir essa explicação por uma vingança, concluímos que o conflito foi gerado pelo “*Bom Jesus Conselheiro*”. Isso corresponde a uma incorreta inversão de responsabilidades. De forma semelhante, Euclides da Cunha escreveu que o desprezo das autoridades do sertão pelo Conselheiro implicou na modificação de seu caráter: “*iam-no tornando mau*”<sup>4</sup>. Evidentemente, “*Bom Jesus*”, “*Bom Pai*”, “*Conselheiro*”, segundo a visão dos sertanejos, são adjetivos que desmentem a proposição da elite.

Isidoro demonstra ter tido consciência das artimanhas empregadas pelas autoridades locais, para obterem apoio dos governos estadual e federal. Para ele, a propalada denúncia de que os “fanáticos” iriam restaurar a Monarquia em Canudos foi apresentada ao governador Luís Vianna e este, de boa fé, teria acreditado na história, autorizando o deslocamento de tropas para o local (pp.351-2). Já a primeira expedição, liderada pelo tenente Pires Ferreira, foi derrotada e completamente aniquilada ao final de 1896. A seguinte, comandada pelo major Febrônio de Brito, contava com 600

---

<sup>3</sup> LEVINE, Robert M. *O sertão Prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro, 1893-1897*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, pp. 221-222.

<sup>4</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 195.

combatentes. Conforme José Rivair Macedo, bateu em retirada contabilizando apenas uma dezena de mortos<sup>5</sup>.

Enquanto isso, as autoridades de Porto Alegre consideravam que o Belo Monte estava longe demais para ser um problema. Além do mais, acreditavam que os sertanejos não tinham condições de desafiar as forças do Exército Nacional, bem armadas e experimentadas na “Revolução Federalistas”. Os jornais, por sua vez, troçavam dos “fanáticos”, avaliando erroneamente seus oponentes. A associação denominada *União Militar* anunciava, em 30 de janeiro de 1897, uma nova peça teatral chamada “*Antônio Conselheiro ou O Louco do Ceará*”<sup>6</sup>. Enquanto isso, o vice-presidente Manoel Vitorino atendia o pedido do governador da Bahia, enviando para os sertões o Coronel Moreira César (comandante do malfadado 7º Batalhão de Infantaria – BI), acompanhado do 16º BI e de um regimento de artilharia.

Em 4 de fevereiro, o *Jornal do Commercio* comentou sobre o espetáculo cênico realizado no teatro São Pedro, cujos principais personagens do drama foram confiados aos artistas amadores Arnaldo Brandão e Francisco Cavalcanti.<sup>7</sup>, enquanto os líderes militares mobilizavam-se contra Canudos. A vitória sobre o Belo Monte certamente aumentaria o poder jacobino<sup>8</sup>, pois Moreira César, respeitado e admirado pelos oficiais do Exército, era visto por muitos como o sucessor de Floriano Peixoto.

Em 7 de fevereiro daquele ano, a 3ª Expedição Militar partiu de Salvador. Os expedicionários passaram por Queimadas, Monte Santo, Cumbe, Serra Branca. No início de março chegaram ao Rancho do Vigário, investindo contra o Belo Monte no dia 3 de março, ocasião em que foi gravemente ferido o célebre comandante. No dia seguinte, com a morte do “Corta-cabeças”<sup>9</sup>, as tropas abandonaram suas posições, retirando-se para Queimadas.

Em 8 de março, a verdade veio à tona. Circulavam panfletos pela cidade anunciando a derrota. Enquanto isso, Julio de Castilhos acompanhado de seu ajudante de ordens, conferenciava com o general Carlos Eugênio. O título “*Jornal do Commercio*” apareceu com uma tarja preta. Comunicado sobre a derrota da expedição

<sup>5</sup> MACEDO, José Rivair. Op.cit., p. 70.

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, 30 jan.1897, p.1.

<sup>7</sup> *Jornal do Commercio*, 04 fev. 1897, p.1

<sup>8</sup> Jacobino é a designação de um grupo republicano radical que contava ao final do século XIX com muitos adeptos no exército.

<sup>9</sup> Apelido do Cel. Moreira César.



Moreira César, Júlio de Castilhos respondeu à carta do general Argollo com o telegrama apresentado abaixo:

“Causou-me a mais penosa impressão vosso telegramma comunicando insucesso expedição militar Bahia, bem como morte do intrepido e inolvidavel coronel Moreira Cesar e dos seus bravos companheiros. Asseguro-vos inteira solidariedade Rio Grande do Sul no cumprimento dever imperioso de vingar esse pranteado revez das armas republicanas e submeter ao dominio da lei rebeldes da Bahia, que obedecem certamente direcção ou inspiraçoers dos impenitentes inimigos republica, por cuja estabilidade offerecemos nossa dedicada cooperação, que não mede sacrificios.

Saudações. - Julio de Castilhos”<sup>10</sup>

Com a derrota do famoso coronel, a cidadela transformou-se no “bode expiatório” dos problemas da República. Para o Exército não se tratava apenas de uma batalha perdida; era a derrota “da ‘civilização’, representada pelas forças enviadas do litoral desenvolvido, ante a ‘barbárie’ do sertão atrasado”<sup>11</sup>. No dia 23 de março, o general Arthur Oscar chegava em Queimadas, para comandar a 4ª Expedição contra Canudos, seguindo às ordens de Prudente de Moraes.

### 3.1 Rumo ao sertão

O projeto de hegemonia do Estado nacional se baseava na lei da espada; tal estratégia propalava a dissensão entre identidades políticas antagônicas. A forma violenta de resolver as diferenças também reforçava alteridades, cada vez mais resistentes e diversificadas. Nestas circunstâncias foi que Isidoro, junto com o 12º BI, foram enviados à Bahia. Ele registrou em detalhes suas impressões de viagem no capítulo “*Para Canudos*” (p.205), e suas impressões da chegada no capítulo “*Na Terra do Vatapá*” (p.217). Ali prevalece sua admiração frente a um mundo desconhecido; admira-se diante da quantidade de igrejas existentes em Salvador, diante da força da religiosidade baiana, das superstições e do exotismo de suas populações. Ele próprio, entretanto, defronta-se com o inexplicável: na capitania do patrocínio, em Sergipe, em

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 09 mar. de 1897, p.1.

<sup>11</sup> MACEDO, José Rivair. Op. Cit., p. 78.

certos locais próximos aos pés de jenipapo, as águas empossadas assemelhavam-se em tudo ao leite (p.222). Essa impressão de estar diante de um mundo estranho, diferente, acentua-se nas passagens seguintes, relativas à marcha para o Belo Monte.

A descrição do percurso da 4ª Brigada, composta pelo 31º BI, 33º BI e 12º BI, entre Sergipe e os arredores do Belo Monte, foi feita com bastante exatidão. Nosso memorialista não deixa de se mostrar estarecido ou, pelo menos, admirado com o comportamento das populações sertanejas. Seja nas fazendas, povoados e vilarejos, ocorria não encontrar viva alma pelo caminho, pois a população abandonava os locais antes da aproximação das tropas. Seu estado de espírito revela-se nos próprios títulos dos capítulos: “*Para o Sertão*” (p.222) e, sobretudo, “*Para o Desconhecido*”(p.227), quando exprime sua admiração pela natureza e certo desdém “*por aquelas brenhas onde o diabo perdeu as botas*”(p.229).

Em vários momentos, Isidoro relaciona sua terra natal com o sertão. Entretanto, o faz de um modo genérico, ou seja, chama de “*Norte*” os “*matos fechados*” da caatinga. Essa expressão tinha um sentido razoavelmente amplo, envolvendo talvez mais da metade do território Nacional, assim como “*baiano*” era a referência dada aos brasileiros que não eram do Sul. Rogério Haesbaert propõe que “*tanto para as regiões Sul e Nordeste*”, a identidade social se projetou como identidade regional para a população que habitam esses territórios. Dessa forma, tomaram como uma de suas referências espaços muito mais restritos, como a região da Campanha gaúcha e o Sertão para o Nordeste<sup>12</sup>.

E assim a marcha prosseguia em um meio cada vez mais hostil, “*por uma vasta caatingueira debaixo de um sol abrazador [sic]. Como em geral abrazador, é esta zona do sertão Bahiano, e talvez de todo Norte do Brasil*”(p.238). Na medida que avançavam sertão à dentro, “*mais servagem [sic] erão aquellas [sic] paragens. O chão é torrido e pedregozo [sic], os ares abafados e o sol ardente*” (p.238). A natureza desconhecida começava a ser cada vez mais associada a um lugar misterioso, como um Éden às avessas, onde a civilização nunca chegara.

Mal clareava o dia, e as tropas colocavam-se em marcha “*por aquelles infindos supriços [sic] para nós, e paraizo [sic] para os sertanejos*” (p.239). As dificuldades aumentavam consideravelmente para aqueles homens que não eram daquela região. Já

<sup>12</sup> HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 31.

não encontravam um terreno adequado para acampar e, por isso, cansados de tanto andar, repousavam ao léu, sobre pedras e espinhos. A marcha era um “*inferno para nós estropiados [sic] de tanto andarmos por aquelas brenhas deshabitadas [sic] e perigosas*” (p.242). Então levantavam acampamento ao amanhecer, como nos dias anteriores.

A flora também era ameaçadora. Conforme o relator, naquele terreno existia em abundância “*tunas, palmatoria, espinho rasteiro, e o terrível cançacão [sic], que quei [sic] como fogo. É um arbuto [sic] que forma touceras [sic] de folhas grandes e largas. Quem nas folhas tocar com a mão o rocar [sic] pello o corpo, queima como se fosse braza [sic] viva*” (p.241-2).

“Eu fui victima [sic] desta maldicta [sic] planta servagem [sic] la no Passo da Ema. Sem saber, toquei com o braço nella, isto nas verdes folhas. Fiquei com o braço em fogo ardente. Depois o braço inchado vermelho e enflamado [sic], que sentia calor e calafrio. Os pedregozos [sic] descampados estavam [sic] desmaziadamente [sic] abarrotados de coroa de frade. Cujos espinhos, e perigozismo [sic] para que nelles se estrepa” (p.242).

Estabelecendo uma comparação, Isidoro relata que para os “*filhos do sul*”, aquilo não era marcha, mas um inferno que não acabava mais. Já para os “*Nortistas*”, tratava-se de um “*recreio tão a seu jeito [sic] e gosto*”. Ao final, concluiu: “*Como é diferente a natureza, o Sul com seus campos abertos, e o Norte com mattos fechados*”(p.238).

A repetitiva descrição das marchas pelo sertão era quebrada pela constante descoberta da natureza sertaneja. Os batalhões seguiam viagem por aquele “*mundo angustiozo [sic], onde só tinha, sede e fome, e caatingueira brava*”(p.244). Ali não existiam estradas “*nem caminhos adequados*”. Tratava-se de um mundo “*enmaranhado [sic]*”, todo “*eriçado [sic] de mancabyras [sic], chiquechique [sic] gravata [sic], unha de gato e hervas [sic] daninhas*” (p.241). O desconhecimento da região tornava aquele mundo mais do que hostil; era desafiador. No entanto, se a mãe natureza era cruel madrasta, também era mantenedora. Além da vegetação cactácea (tuna, corôa-de-frade e Xiquexique), existia o umbuzeiro. Dizia Isidoro, quando já se encontravam no morro da Favela:

---

“No infeliz [sic] reducto [sic] da Favella, de triste e dolorosa [sic] lembrança, para nunca mais. Toda a população afavellada [sic], passou 14 dias em jejú [sic], sem comer um grão de feijão, o de arroz. Quem não despunha [sic] de dinheiro, se alimentava das batatas do umbú [sic], e das verdozas [sic] folhas dos mesmos arvoredos” (p.316).

Enquanto estavam no Rio Grande do Sul, como já vimos, Isidoro comparava os soldados à “*bois de canga*” (p.153). Desse modo, sugeria figurativamente o aspecto da dominação, mostrando que estavam subjugados moralmente pela força das armas. Entretanto, o gado estava relacionado com a identidade regional sulina. Assim como a vegetação cactácea do sertão e as cabras sustentava as tropas, o gado bovino fornecia o sustento protéico dos gaúchos, o alimento do guerreiro, como podemos ver abaixo:

“Um tanto adiante num descampado, é o abarracamento de um contingente [sic] de 80 homens “bois de canga” da melicia [sic] picapaú. [...]Cada vez que carneavão era duas e tres vaquilhonas. Era de graça, era só irem buscar, era churrasco a beça” (pp.148-9).

A imagem do gaúcho era indissociável do cavalo e do gado. Tais elementos estavam relacionados ao caráter sócio-histórico-regional. A visão euclidiana também fortalecera o aspecto mítico da regionalidade gaúcha<sup>13</sup>. Apesar do gado bovino estar presente na formação histórica do Rio Grande do Sul, não decorria daí uma vida “*variada e farta*”. Pelo menos, não para os soldados. As coisas eram um pouco diferentes do que Isidoro também falara. Contradizia-se ao argumentar que o gado estava a disposição, gratuitamente. Como disse tempos depois, quando se deslocavam para Alegrete, existia um preço para a carne:

<sup>13</sup> CUNHA, Euclides. *Op. Cit.*, p. 137.

“Pois nestas paragens onde o gado abunda [sic], e quem tem 12 milrés [sic] compra um boi de corte. [...] Por estas alturas, só não come carne de gado, quem não tem 12 mil res [sic], para comprar um boi de corte, ou uma vaquilhona” (p.193).

Assim como o churrasco e o chimarrão eram mencionados como parte integrante da cultura sulina, o jacaré era um succulento prato para os homens do Norte. A mistura de soldados de varias regiões do Brasil propiciava uma troca cultural enriquecedora. Mesmo assim, isso não era suficiente para que eles compreendessem esses outros homens. O que fica evidente quando o Treme-terra marchou pelo sertão.

### 3.2. Os sertanejos

Quais suas impressões a respeito dos conselheiristas e da atuação dos soldados durante a guerra? A primeira referência sobre a luta no Belo Monte foi escrita em Salvador, quando a Expedição se preparava para rumar em direção ao sertão. Para ele, era *“um mau agoro [sic]. Pello o que se sabia e se fallava, estava cheirando chamusco, e fogo na canjica”*(p.206), metáforas que o soldado associava a morte e a guerra. Antônio Conselheiro, por sua vez, era o *“monge”* (p.207), líder dos fanáticos que destruíram *“quatro expedições militares”* (p.207) e, por isso, colocava a República em perigo.

Quando as tropas chegaram na cidade de Jeremoabo, tanto as autoridades locais quanto a população em geral tinham fugido: *“forão tal qual, como um bando de passaros pouzados [sic] nos arvoredos. Que por uma parição [sic] qualquer bate as asas e chispa alem”* (p.231). Então fez as seguintes observações:

“Isto é os habitantes da cidade sertaneja de Geremoabo [sic] fugir com aproximação da Tropas de linha federal, que ja era uma garantia. [...] Fugiram por que? Pella aproximação das forças legaes [sic], que tem por garantia, serem do governo. [...] O que é uma prova de que todos estavam macumunados [sic] no mesmo crime, se é que crime havia. O que mais tarde ficou provado, de que crime não havia. O que ficou provado: é que havia deshonestidade e falta de cricterio [sic] de gente grande da situação politica estadual”(p.233).

Deduzia que os habitantes daquela região eram conselheiristas. Intrigava-se também com o fato das autoridades locais terem fugido. Afinal, eles representavam aquilo que as tropas vinham trazer: a civilização moderna. Já os seguidores de Antônio Conselheiro eram vistos como “estranhos”. Quanto ao fato da população fugir, diante da aproximação das tropas, podemos pensar duas coisas. Em primeiro lugar, a migração dessas pessoas para junto do beato demonstravam a legitimidade de sua autoridade, reconhecida por Isidoro ao dizer que estavam mancomunados, além de serem inocentes. Em segundo lugar, os sertanejos sabiam que as tropas não tinham critérios para saber quem era sertanejo e quem era conselheirista; desse modo, fugiam para não serem importunados pelos soldados, enquanto os isolavam. Por isso, a inexistência do “crime” revelava que era justamente o inverso; o delito provinha da desonestidade da autoridade estadual. Por isso, a população buscava amparo no Belo Monte, onde o beato era a autoridade legítima.

Em sua narração, Isidoro demonstra uma afinidade com o pensamento da elite. Quando dizia que as marchas eram realizadas em um *terreno “quaez impocivel [sic] para nós, e proprio para os filhos das brenhas”* (p.241), evidenciou essa ligação. Na visão do soldado, a natureza não ameaçava os sertanejos, por serem eles selvagens, filhos da floresta:

“Depois de uma curta estadia na dezerta Cidade de Geremuabo [sic]. A 2ª Divisão [sic] completamente organizada para aquella desconhecida marcha, para onde quem sabe? se vai e voltará?! [...]Na hora marcada, rompeu a marcha por aquelles agrestes sertões, onde ate hoje, a civilização é completamente desconhecida” (p.235).

Se não eram “civilizados”, só podiam ser “bárbaros selvagens”. Antes de chegarem em Cocorobó, os soldados depararam-se, pela primeira vez, com adeptos do Conselheiro. Capturados pelo violento major Chachá Pereira, que permanecera com um piquete de cavalaria no acampamento anterior, foram conduzidos “*maneados [sic] dos purços [sic] e de cabreto [sic] amarrados pella a cintura seis jagunços apresionados [sic]*” (p.245).

Na visão de Isidoro, os conselheiristas se assemelhavam à índios selvagens, pela cautela com que se deslocavam. Apesar disso, foram capturados “*pelos caçadores de homens*” (p.247) sem oferecer resistência. Embora o soldado não tenha descrito o processo de interrogatório, parece evidente que se realizou de modo violento. Mesmo assim, os conselheiristas nada contaram, de modo que os inquisidores decidiram chamar um outro, mais persuasivo. Tratava-se do “bondoso e justo” tenente-coronel Sucupira:

“O sr. commandante Tristão Sucupira é cearense conhecedor dos uzos [sic] e costumes e manhas dos matutos do Sertão, e de suas farcetas [sic]. Com jeito e manha também os enterrogou [sic] de tal forma, que tudo descobriu. Os jagunços confesziarão [sic] tudo, filhos de quem erão, e os padres que os baptizou [sic], ficou tudo claro. A tres dias que acompanhavão a tropa era 10 por todos. Em cada lugar que tropa acampava, hia [sic] um a Cocorobó, avizar [sic] o Ferrerinha chefe do troço [sic] em Cocorobó” (pp.245-6).

Os “olhos” de Antônio Conselheiro foram descobertos. Evidentemente, os passos das tropas estavam sendo constantemente vigiados. De acordo com o alferes Macedo Soares, outra testemunha ocular da guerra, o inimigo estava seguindo as tropas desde Jeremoabo, “*onde disfarçado, vendia-nos gêneros alimentícios e outros artigos*”<sup>14</sup>. Diante dessa situação, as precauções começaram a serem tomadas. Durante a noite, por estarem próximos do inimigo, passaram a falar baixo. O medo começava a tomar conta de Isidoro, como podemos perceber nas imagens que criava: no acampamento, os homens se moviam como “*sombras*”, semelhantes à “*hespectros [sic] nos cemitérios*” (pp.245-6).

### 3.3 “Civilização” contra “barbárie”

Nas palavras de Euclides da Cunha, a luta da “civilização” contra a “barbárie” mais parecia uma cruzada<sup>15</sup>. O conteúdo civilizatório do projeto republicano, expresso no discurso militar entre a Revolução Federalista e a Guerra do Belo Monte, apresenta

<sup>14</sup> MACEDO SOARES, Henrique Duque Estrada de. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902, p. 88

<sup>15</sup>CUNHA, Euclides. *Op. Cit.*, p. 444.

pelo menos uma contradição. A separação entre Igreja e Estado, este último percebido como um poder dessacralizado, esconde o quanto o “*dever*” republicano dos militares se assemelhava ao “*dever*” religioso. Isso pode ser percebido nas alegorias da instituição e no projeto social que ansiavam, imbuído de um cunho messiânico, salvacionista. Os apelos patrióticos, que emergiram nos testemunhos dos militares durante o processo de instauração da República, argumentam a nosso favor.

Na travessia do sertão nordestino, Isidoro percebeu que os habitantes da região fugiam com a aproximação do Exército, como já foi visto. Em Jeremoabo, dizia o memorialista que só uma família permaneceu no local. Para ele, isso não era de se admirar, visto o meio atrasado e “*rotineiro*” em que nasceram e foram criados. No entanto, o que lhe causava espanto é que as autoridades, inclusive o padre local, houvessem também fugido: “*coisa espantosa, que causou estranheza [...]. E ainda mais neste ceculo [sic] que dizem ser ceculo de luz. Luz não quero cre, de trevas sim é o que é*”(p.232).

O “iluminismo” brasileiro estava envolto em trevas, pois até mesmo as autoridades civis e religiosas fugiram. Isso era surpreendente “*em um paiz [sic], que se diz civilizado*”(p.233). Para Isidoro, tais cargos deveriam ser ocupados “*pelos os homens mais esclarecidos da localidade*” (p.233). Reproduzia o discurso da elite, ao deduzir que somente os “mais esclarecidos” poderiam governar: “*que para taes emcubesças [sic] não é para qualquer um que se apresenta [sic] o quera [sic] ocupar posição [sic] orientadoras civis e soceas [sic]*” (p.233).

Quanto ao casal que permaneceu no local, dizia Isidoro que o homem só não foi embora porque tinha sido praça do 9º BI, em Salvador. Em sua opinião, a caserna possibilitava aos homens do campo experimentar a vida nas cidades. Portanto, tinha uma função civilizatória: “*nada ha como as cidade: o matuto que viveu na cidade, e volta ao seu gapó, ja está civilizado e é doutor*”(p.232). Conforme José Calasans, Pajeú, o famoso estrategista de guerra, teria sido soldado de linha ou de polícia<sup>16</sup>. Os comandantes conselheiristas lutavam com maestria.

Após a descrição da batalha de Cocorobó, Isidoro voltou a insistir no caráter feroz dos sertanejos. Numa interessante e bizarra reflexão sobre os rumos da evolução da história humana, comparava-os com seres primitivos, ainda não participantes do

<sup>16</sup> CALASANS, José. *No Tempo de Antônio Conselheiro*. Salvador: Publicações Universidade da Bahia, 1959, p. 39.



estágio da civilização. Entretanto, a própria civilização guardava suas ciladas e escondia-se por trás de máscaras. Assim como os europeus do passado, os sertanejos brasileiros continuavam a matar em nome da religião:

“Tem sido esta: a mascara da humanidade. A pizada [sic] é a mesma nos povos que se jata [sic] de ser os mais civilizados. Visto tal civilização, não é de admirar [sic], que os matutos Brasileiros, no seu phanatismo religioso [sic], faça [sic] o mesmo. Que por vias [sic] de regras, uzão [sic] as mesmas mascaras dos povos civilizados, lá da outra banda do Oceano. Isto que os jagunços fazem hoje, vem dos tempos antigos. Vem da civilizada e prostituida europa. Vem das eras dos gigantes, vem do precipio [sic] do mundo. Faz parte do cronismo da humanidade que é uma massa mal vivida, uma massa tumular...”(pp.260-1).

A civilização era aparente. Mesmo a Europa, considerada pela elite brasileira como modelo de modernidade, parecia-lhe envolta num disfarce, numa falsa evolução. Desse modo, para ele não existiam grandes diferenças; os conselheiristas apenas seguiam o exemplo dos europeus. Era uma herança que provinha de tempos imemoriais, da “era dos gigantes”. Esses seres imaginários são associados à violência e à guerra (tanto a mitologia grega como a nórdica relaciona os gigantes a ela). De mentes obtusas, eram rudes e capazes de dominar a magia. Surgiram das gotas de sangue que caíram na terra, quando Cronos castrou Urano, fecundando Géia<sup>17</sup>.

A República positivista instaurou-se à força, pretendendo ser o centro nevrálgico de uma nação mais imaginada do que real. Desse modo, tornou-se um “palco de intolerância”, tomando para si o controle das decisões políticas, econômicas e culturais. Não suportando interferências nas suas decisões, paranóica com a possibilidade da restauração, preconceituosa quanto a capacidade das camadas populares elaborarem seus próprios projetos (e elegerem seus governantes), preferiam agir energeticamente. Esmagavam qualquer participação criativa popular que porventura não coincidissem com os planos de sua elite. Acreditavam que o único projeto autêntico e válido era o seu próprio. Em efeito, tornaram-se terríveis “civilizadores”.

<sup>17</sup>MESTICA, Giuseppina Sechi. Dicionário de mitologia universal. Madrid: AKAL ediciones, 1993, p.118.

### 3.4 O palco da luta

As incertezas atingiam os “*homens do litoral*”, que recebiam atentamente qualquer novidade dos campos de batalha. Ressoavam pela população as notícias sobre a forte resistência dos conselheiristas. Como dissera Euclides da Cunha, na base do cacete, facão jacaré, lazarinas e bacamartes carregados com seixos e pontas de chifre (as terríveis balas explosivas). Faziam frente aos armamentos mais modernos da época<sup>18</sup>.

A reação impressionou os memorialistas. Para o alferes Macedo Soares, havia vários motivos para o sucesso dos sertanejos. Eles estavam bem armados e municados. Além disso, considerava-os inteligentes, de um valor assombroso, disciplinados e solidários com os seus. Não obstante, reproduzindo talvez o estereótipo amplamente disseminado entre os militares, referia-se também a eles como “feras”, “criminosos” e “fanáticos”<sup>19</sup>.

A tropa se pôs em marcha, rumando em direção a serra de Cocorobó. Conforme Isidoro, as brigadas se dispuseram da seguinte forma: a frente da 5ª brigada seguiu em pelotão, para explorar o terreno; a 4ª brigada marchou no centro, guarnecendo a artilharia e o hospital de sangue; e a 6ª brigada marchou na retaguarda, defendendo o grande comboio e as “vivandeiras”<sup>20</sup> de toda a divisão. A guerra estava para acontecer. Em 26 de junho, a 2ª Coluna foi atacada durante a travessia do Cocorobó. Entretanto, Euclides da Cunha dizia que pela “*primeira vez uma tropa expedicionária dos sertões não se deixava surpreender*”<sup>21</sup>.

Um dos prisioneiros foi forçado a guiar a Expedição. Disse Isidoro que, ao apontar o local que se refugiavam os conselheiristas, recebeu um tiro da “*descarga de fuzis*” que partiu do centro do taboleiro para cima do pelotão. Matou os “*8 soldados e o jagunço [...]. Foi o baptismo [sic] de sangue daquela cruenta campanha*”(p.249). Diante disso, o toque de corneta do pelotão ecoou no espaço: era um pedido de socorro. Atendendo ao apelo, a 5ª brigada rompeu em acelerada marcha, seguida pelas duas outras brigadas.

<sup>18</sup> CUNHA, Euclides. *Op. Cit.*, p. 202.

<sup>19</sup> MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada de. *Op. Cit.*, p. 107.

<sup>20</sup> Nome dado as mulheres que seguiam os soldados até os campos de batalha.

<sup>21</sup> CUNHA, Euclides. *Op. Cit.*, p. 434.

Isidoro continuou reproduzindo, detalhadamente, a disposição das tropas. Naquele momento, “A 2ª Divisão tomou posição no palco da lucta, onde tudo em volta parecia misterioso [sic], do homem e da natureza” (p.250). A 4ª Brigada avançou sobre “o barranco na embocadeira [sic] do grande taboleiro [sic] entre as duas serras irmãs [sic]”(p.250). “Os conselheiristas não desperdiçavam [sic] munição”(p.251), acrescentou. Finalmente, a fuzilaria deteve-se com as ordens de cessar-fogo. Para ele, tudo aquilo acontecia envolto em grande suspense: era o “misterioso [sic] palco da lucta”(p.251). O inimigo tomava uma dimensão assustadora:

“Avançar em um terreno mysteriozo [sic] e duvidozo [sic], é temeridade demais e arranjo [sic] servagem [sic]. Ali onde tudo era Invizível [sic]e mystero [sic], não só do homem como da natureza. Cade os inimigos: ninguem os vé, mais se vé os efeitos [sic] de suas pontarias nas fileiras atacantes. É que os jagunços em seus escondrijos [sic], ali estavam bombiando sem darem signal de vida, parecia que estavam [sic] mortos. Em tudo e em toda parte daquelle calderão [sic] sertanejo reinava o mais profundo silencio, e a desconfiança nas forças do governo. Parecia que naquella capoeiral [sic] caatingar [sic], não havia viva alma...”(pp..251-2).

Além de “bárbaros”, os inimigos eram “invisíveis” (mas demonstravam estarem presentes). O que se via era a hostil e misteriosa natureza. O assombro diante de um inimigo que conhecia bem o terreno de luta, e que usava esse terreno em seu próprio proveito, comparece em praticamente todos os demais memorialistas de Canudos. Isidoro comparava os conselheiristas a “fantasmas”, dotados de poderes sobrenaturais, que não deram o menor sinal de vida. Eram “bichos matreiros”, que estavam “na moita”, escondidos, “de tocaia na toca bombiando as manobras dos atacantes”(p.255).

Depois, relatou que o “sr. gel. tomou posição [sic] entre o 12º e o 31º de Infanteria, e o seu estado maior”(p.255). O coronel Carlos Telles posicionou-se à direita de seu batalhão, “dando exemplo a seus soldados prontos para a lucta”.(p.255) Às 2 horas em ponto, as ordens eram transmitidas pela corneta. A 4ª brigada deveria “avançar, carga de bayoneta [sic], marche e marche”(p.256).

A narração do avanço das tropas foi descrita em cores impressionantes, como podemos ver abaixo:

“Quando o corneta do commando da 4ª Brigada repetiu o toque foi um arranco medonho aquella massa de homens e bayonetas avancando [sic] para a frente. Parecia que um vento surdo levava de rodão [sic] e cega e louca e vertiginosa [sic] carreira. Nos parecia que pedras e arvoredos e gente hia [sic] tudo de rodão [sic], quaez [sic] as furias de um Cyclone. Parecia que um pedaço do ceu tinha dezabado [sic] e a terra tremia em seus fundamentos. Foi uma vizão [sic] parvorozza [sic], e parecia que as duas serras montanhosas se tinham chocados uma contra a outra. Um er [sic]. Um surdo ensurdecador vagava no espaço, o sol ardente os otros [sic] nublado, era um treme treme parvorozo [sic] de fim do mundo. Tal foi para nós, o vizionario[sic] pavor do momento. Era de assombrar não só a nós, como a propria natureza do inhopicto [sic] sertão Bahiano. Mas em todo caso: mysteriozo reducto dos caiporas das mattas, estava tomado das invizis [sic] caiporas do sertão (Cadernos 2 e 3, p.256-7).

O uso de metáforas, que engrandece esse relato, consegue transmitir ao leitor as sensações, imagéticas, que nos permitem visualizar a intensidade daquele momento. Parecia-lhe o fim do mundo, transformando a ordem das coisas e, por isso, como um ciclone apocalíptico, assombrava até mesmo a natureza. Embora o inimigo continuasse escondido, ele dizia que as matas estavam tomadas. Assumiam nesse momento, outra forma. Eram “caiporas”, entes fantásticos que habitam a floresta, representados, em determinadas regiões, como um homem colossal montado em um porco-do-mato, transmitindo azar a quem o encontrasse.

É provável que o efeito psicológico teria sido menor caso os combatentes soubessem a quantidade real e as possibilidades concretas de luta dos seguidores de Antônio Conselheiro. Conforme o depoimento de Honório Vilanova, um dos poucos remanescentes da guerra que viveu dentro da cidade sitiada, “*pensavam os soldados que o Peregrino tinha gente demais, quando éramos poucos, bem distribuídos e melhor entrincheirados*”<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova* - Depoimento do Último Sobrevivente da Guerra de Canudos. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964, p.134

Após a carga de baionetas realizada pela 4ª Brigada, a praça de guerra ficou limpa de inimigos e juncada de mortos e feridos. De acordo com Isidoro, o 12º BI contabilizou 94 mortos e 178 feridos. Já do 31º BI somaram-se 64 mortos e 59 feridos. A artilharia perdeu um oficial e mais 4 praças, além de seis feridos. Finalmente, o “*piquete de cavallaria Carlos Telles, teve 11 mortos e 6 feridos*”(p.257). O ânimo das tropas cresceu consideravelmente, pois o avanço foi arrebatador. Pela primeira vez, as tropas do governo foram vitoriosas.

O soldado começava a desconfiar daquela ação, por tudo que já havia passado. Além da fome e da sede, ele e os demais tinham que enfrentar “*um inimigo feroz, que quanto tinha de temozo [sic], tinha de rexistente [sic]*”(p.263). Mas, para ele, o essencial “*era a vida, para se viver!*”. Tinham de se sacrificar para viver, pois “*do contrario [sic] é melhor é meter uma balla na cabeça. Sim isto é natural, qua [sic] o homem estar nestas brincadeira, em um beco sem sahida*”(p.264). E concluiu: naquela situação, o melhor a ser feito era tratar de sobreviver.

Presente-se durante o relato que o medo domina sua mente, pois os adversários eram ferozes como bichos e astutos como o diabo. O soldado chega a duvidar da vitória das forças governistas. As tropas encontravam pela frente inúmeros obstáculos e “*os invizivis [sic] inimigos, nos seus mysteriozos [sic] escondrijos [sic] de caiporas das brenha. Quaes [sic] passarinhos nas mattas desperta, elles despertarão [sic] tambem. Fazendo fogo nos anjinhos do governo, que para elles são invazores [sic] estrangeiros*”(p.262-3). Pensando sobre seu papel, reconhecia que os soldados eram, de alguma forma, invasores estrangeiros (associação que fizera anteriormente em São Gabriel e Alegrete, durante a “Revolução Federalista”). Ao mesmo tempo, ironizava: eram “anjinhos”.

Após passarem pela resistência de Cocorobó, chegaram no sítio de Joaquim Macambira, um importante conselheirista (comerciante e agricultor local). Chamado por Isidoro de sítio Caverá (provavelmente relacionado aos vários cadáveres expostos), saciaram a fome e a sede que desolavam a tropa. Isidoro dizia que “*para nós parecia que não tinha dono, e estava abandonado*” (p.273). Mas, tratava-se de uma desatenção, pois como descreve o soldado, o sítio estava fartamente cultivado. Pouco tempo depois, os donos das terras começaram a reivindicar a saída dos invasores. Para Isidoro, aquilo era uma crueldade:

“Que gente deshumana [sic] que deixa o pobre viver, neste mundo que não é nosso. Que por maldade [...] todo tempo sem seçar [sic] não deixou de acoçar [sic] a nós anjinhos do governo. Com seus mosquetões: e as suas amaves [sic] lazarinas, arma terrível. [...] Já se vé, que de nós para elles, a diferença era pouca. Era uma pequena dezavença [sic], e de pouca importancia, entre filhos de Mart [sic]. Querer nos expulsar [sic]: da quelle [...] paraizo [sic] terreo [sic]” (pp.274-5).

Novamente, a figura do anjo era associada aos soldados, talvez porque os crimes de guerra tornaram-se mais freqüentes. Os conselheiristas, por sua vez, também eram vistos como maus, por não darem trégua aos militares. Para Isidoro Virgínio, a diferença era pouca, pois ambos eram violentos; filhos da guerra (Marte) embrutecidos pelos maus tratos e pela miséria.

No entanto, o memorialista reconhecia a legitimidade da luta conselheirista: “*em todo caso elles tinhão sobejas [sic] razões, que em parte é justo. Estavão [sic] defendendo o seu patrimonio [sic], que é uma coisa sagrada. Faria outros qualquer, que não fosse cemihomens [sic] e pusillanimes [sic]. Como os bons patriotas: vigiava e defendião [sic], o seu torrão*” (pp.274-5). Eram patriotas que defendiam o que era seu. Apesar disso, Isidoro retomava suas críticas, condenando-os por não seguirem as regras habituais da religião:

“Elles levava mais em concederação [sic] o seu roçado, do que a religião. É que no seu roçado, estava a sua vida, e na lazarina a sua religião. [...] A noete, não respeitavão [sic] a relegião [sic], como seus iguaes na lucta, em linha de fogo. Nem pello o Diabo: respeitavão [sic] a noete [sic] para como umas feras, matarem os jovens anjinhos do governo. É que aquelles matutos, não erão [sic] la muito bons christães [sic]. Se tal fosse, não farião [sic], tal, que é um grande pecado. [...] Que primeiro no meu eu, para depois no teu. Assim foi, assim tem de ser, e assim será. Enquanto o mundo for mundo, e a humanidade for uma massa falida” (p.276).

Como podemos ver, a descrença na humanidade alvejava a todos. Obviamente, os soldados não eram anjos, enquanto os conselheiristas eram identificados como falsos religiosos, pois oravam durante a noite e lutavam durante o dia. Para o soldado, cristãos não podiam matar outros homens. Na verdade, Isidoro associava-se a linha mestra das

críticas da elite: os “jagunços” eram “fanáticos”, capazes de realizar as maiores insanidades. Isso fica bem claro quando o narrador comenta a incursão de um grupo de conselheiristas contra alguns canhões militares. Tentaram desmontá-los a porretadas. Parece tratar-se do episódio do ataque contra a Matadeira, do qual participou um dos filhos de José Macambira, feito que costuma ser retratado como um ato de bravura por parte dos sertanejos. Na opinião de Isidoro, parecia ser, ao contrário, uma prova da fraqueza de espírito dos matutos do sertão, pois as peças de aço não podiam ser destruídas dessa forma. Faltava-lhes a razão:

“Um dia deus um facto assombroso [sic] de homem de natureza embrutecidos, pella a natureza local. É que neste mundo, os homens ja não são mais homens. São e tem, o haspctro [sic] de homens, com alma e natureza de animaes [sic]. Se não vejamos: os phanaticos [sic] religiosos [sic], e a natureza d’elles [sic]. Que mais se parecem, com as bestas féras, das mais perigozas [sic]. Que pello o phanatismo [sic] religioso [sic] são cegos e loucos, não tem compreensões [sic]. São elles, uns barbaros e iconcientes [sic], capazes de todas as estupidas ações, uns servagens [sic]. Aquillo ja não é ser religiosos [sic]. É ser segos [sic] e loucos e duplo phanaticos capazes de todas as estupidezes [sic]” (pp.327-8).

Ao chamá-los de “bárbaros”, “animais ferozes”, “loucos” e “estúpidos”, esquecia-se que tal armamento fazia grandes estragos no arraial, levando os conselheiristas ao desespero. Segundo Marco Antônio Villa, a artilharia castigava impiedosamente o arraial. Diante disso, em 30 de junho, um grupo de conselheiristas tentou destruir alguns canhões, sendo rechaçados. Em 24 de julho, Pajeú tentou conquistar parte da artilharia, sendo todos os atacantes mortos após prolongado combate. Em 30 de julho, três novas tentativas não tiveram êxito. Para Villa, a insistente tentativa de destruir a artilharia demonstra a necessidade de desequilibrar a vantagem estratégica do Exército<sup>23</sup>. Para Isidoro, o ataque as peças de artilharia era fruto da loucura, originária do fanatismo religioso:

<sup>23</sup> VILLA, Marco Antônio. Canudos: o povo da terra. São Paulo: Ed. Ática, 1999, p. 189.

“Nas cidade nos hospícios, tem doidos com mais juízo do que elles. Se bem que os hospício, são uns conventos, de outro doidos varrido. Mais estes doidos do sertão, não tem a amor avida [sic], se esponhem [sic] a qualquer perigo. Ao passo que os seus iguae [sic] nos conventos nas cidades são ao contrario, reza se benzem [sic] vé missas bebe agua benta, beija as mãos do padre, para salvação de suas almas enegrecidas de pecados. Os doidos do sertão: são outros taes [sic] que não só fazem o que seus iguaes [sic] fazem, como lambe as patas de seu bom Jesus Conselheiro. Virem atacar e arsaltar [sic] uma praça de guerra, e querem desmontar, as peças das carretas. O que mais falta aos phanaticos religiosos [sic] loucos pello o phanatismo? Entregarem o corpo ao fogo, o ao frio chão, e a alma de Satanaz (p.328).

Prosseguindo na descrição, o memorialista voltava a ironizar, dizendo que os militares eram “*uns pobrezinhos coitadinhos*”, que não faziam mal a ninguém, que simplesmente cumpriam seus deveres de soldados. As razões dos excessos deviam-se a incontestável disciplina militar, que “*nos obriga a ser maús*”. Quanto aos sertanejos, agiam tal qual os “loucos do hospício”. Igualavam-se ao líder espiritual; todos pareciam doidos.

### 3.5 Fé e fanatismo: a guerra e o sentimento religioso

Segundo Otávio Ianni, a cultura “*não é inocente*”. Encontra-se envolvida em todas as suas formas de expressão por valores e padrões que expressam no cotidiano, no vivido, os antagonismos sociais, políticos, econômicos e culturais. A cultura é uma dimensão fundamental da hegemonia. Embora a hegemonia seja uma categoria política, se expressa inclusive culturalmente, pois envolve interesses, ideais, princípios e visões de mundo, além de poder ser construída por uma classe<sup>24</sup>. Quanto à religiosidade como produção cultural, esta expressa a visão de mundo de determinados grupos, às vezes por intermédio de movimentos sociais e partidos políticos. Por sua vez, a religiosidade popular faz parte de um modo de ser, viver, visão do mundo que raramente adquire o ar do catolicismo das igrejas e catedrais<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> IANNI, Otávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992, p. 152.

<sup>25</sup> IANNI, Otávio. *Op. Cit.*, p. 148.



Referindo-se ao catolicismo popular, Walnice Nogueira Galvão afirma que as populações interioranas crentes nesse catolicismo rústico, mais habituadas a um tipo de dominação patriarcal, receberam mal os primórdios de uma modernização que as atingiu em vários pontos do país. Ao final do século XIX, a “romanização”, quer dizer, a ação da Igreja Romana com o fim de aplicar no Brasil os princípios do Concílio de Trento, pretendia fortalecer o poder do vaticano, controlando também qualquer expressão do catolicismo popular que os reformadores julgassem estar “contaminado” por crendices<sup>26</sup>.

A legitimação da República passava, ao olhar do soldado, pelo filtro de sua própria religiosidade. Quando se encontrava a caminho do Belo Monte, disse que até Deus parecia ter lhes abandonado. Para ele, era como se, junto com os demais soldados, estivesse sendo castigado “*por mal de nossos pecados*” (p.253). Assim, repartia sua culpa com seus irmãos de farda, fortalecendo uma identidade coletiva própria dos militares, impregnada de apelos nacionalistas. Mas como já vimos, a brasilidade estava fortemente ligada ao sentimento regional (sua pequena pátria) e as suas experiências comunais pretéritas. Dessa forma, a auto-imagem do soldado não coincidia em alguns momentos, com a do grupo que estava artificialmente inserido, pelos mesmos valores religiosos que abarcavam sua própria existência:

“Fora da política elles sabia que eu era comportado, deligente no servisco [sic], não jogava, não pitava e não bebia bebidas alccolicas. Homens e mulheres, no Batalhão. Embora eu fisses [sic] afagos as pequenas, me concederavão [sic], como um donsel [sic], e de facto era” (p.158).

Também tinha considerado que parte da culpa era “*fructo dos maús homens que nos tem governado, depois que o Brasil é República*” (p.177). Mas, distante da “terra natal”, integrado em um grupo maior, acabava esquecendo as antigas rivalidades. As atrocidades cometidas no Belo Monte também aumentavam seu distanciamento do grupo que estava inserido. Fuzilamentos, estupros, degolas, etc, não eram um comportamento cristão. No entanto, os conselheiristas ocupavam naquele momento o lugar do inimigo, anteriormente ocupado pelos pica-paus.

<sup>26</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. O império do Belo Monte - vida e morte de Canudos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 29-30.

Para ele, a calamidade que sofriam podia ser resolvida, mas estava faltando “*um novo moyzés do velho testamento*” (p.253). A visão de mundo do soldado começava a ser povoada por signos religiosos. Tornando-se o combate mais violento, sua atenção voltou-se para Deus:

“É esta a vida do homem quando elle deixa se ser gente, e se casa com dona ruidade, que é a vida, neste mundo purgador. Que apezar [sic] das ruidades dos tempos prezente [sic] o mundo estar inudado [sic] de pecadores. Mais [sic] com a graça de nosso bom Deus sempre havia, alguma coisa que se comesce [sic], tuna e chiquechique. Era para nós, o mana do ceu, de que falla o velho testamento” (p. 264).

Os homens tinham deixado de ser gente. Eram pecadores, semelhantes a feras ou demônios. Passou a interpretar os fatos a partir de uma visão religiosa, buscando nesse campo uma solução para aquela situação perigosíssima. Começava apresentando alguns sinais. Se Deus era providencial, enviando o “*maná*”, o alimento, que segundo a Bíblia surgiu em forma de chuva aos israelitas no deserto, parecia também se manifestar no agreste, através do alimento cactáceo. Já a figura de Moisés pode ter algo de messiânico. Conforme o *Dicionário Bíblico Universal*, Moisés foi o primeiro dos salvadores que, munido de seu bastão, como o rei dispõe de seu cetro, controlava as forças humanas e da natureza<sup>27</sup>. Talvez essa imagem suprisse a falta de uma liderança capaz de reverter a difícil situação em que as tropas se encontravam. Ao mesmo tempo, o líder solicitado respondia as exigências do sagrado, em oposição aos princípios da guerra.

Após o combate de Cocorobó, Isidoro considerou que a graça divina tinha possibilitado as tropas encontrar em abundância “*coroa de frade e chiquechique*”(p.275). A confiança na presença de Deus se revigorava. Diante dessa lembrança, novamente evocou a figura de Moisés:

“Foi o que nos valleu na quelle [sic] sedá [sic] e fomerar [sic]. É que o nosso divino pae: nos negava uma coisa agua, e nos dava outras, coroa de frade e chiquechique [sic]. Estavamos com fome e com sede, estavamos ali, como os fugitivos do Egipcto [sic]. Quando Moyzés, com a proteção divina fez cahir maná do ceu, e brotar agua da pedra Bendicto, seja Nosso senhor Deus, pae consolador dos afflitos. De

<sup>27</sup> MONLOUBOU, L. *Dicionário Bíblico Universal*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, p. 532.

momento a momento timos [sic] de fazer alto, ate que serenasse o serrados teroteios [sic] na vanguarda. Para depois seguimos [sic] os nossos caminhos para a frente, em busca da salvação” (p.275).

Naquele momento, ele não se reconhecia como membro de um Exército dominador, mas sim como os antigos hebreus, ao fugirem do Egito, isto é, perseguidos e acuados. Certamente contribuía para tal a escassez de recursos naturais. Somava-se a isso o problema de que, entre outras táticas de guerra adotadas pelos conselheiristas, estava a de atacar os comboios que vinham abastecer as tropas. Desse modo, as condições de sobrevivência foram se tornando mínimas, quase insuportáveis.

Decorre daí uma situação interessante. A fome chegou a um nível tão desesperador que suscitou o princípio de um conflito entre as altas patentes militares: tratava-se da discussão entre o coronel Telles e o general Arthur Oscar. Esse fato só aparece no diário de Isidoro Vírginio, não tendo sido registrado por outros memorialistas. Conforme o relato, o coronel Carlos Telles foi até a barraca do general em busca de qualquer alimento que porventura estivesse sob o resguardo do comandante. Porém, apenas um punhado de sal foi encontrado:

“Mais em todo caso, sabias [sic] que um vellava por todos. Isto é, o sr. cel. Carlos Maria da Silva Telles. O que elle não podia fazer, era o impossivel [sic], que isto so a Deus pertence. É que nós, neste mundo ainda pagã[n] [sic] estamos muito destante [sic] dos tempos do grande propheta [sic], que foi Moyzês. Que gozando da graça divina, fazia brotar agua da pedra, e chuver [sic] maná do céu, no torrido deserto. Sendo Moyzes, o unico homem sobre a terra, que por sua santidade, de peito a peito, fallou com Deus. O que o sr. cel. Telles fez. Ja era uma grande benfeitoria para nós, no reducto da morte. Os soldados: quando recebia aquella farta ração de 16 pedrinhas de sal. Era com um rizo [sic] amarello no canto da boca, e paciencia de Joh [sic]. Em que estado estava, os fartos soldados do Exerciscto [sic] Brasileiro. Que pello o revez [sic] da sorte: fora pricipitado [sic] nas mais negras das myzerias [sic] em, plano [sic] sertão Brasileiro. A ponto dos soldados, nos esterco dos cavallos de montaria dos senhores officiaes. Catate [sic] os gãns [sic] de milho retardataros [sic] e cosidos. Para no calor do fogo secar, e comerem, matando a fome. [...] Nem sal existe mais, na barraca do sr. gel. em chefe da 5ª expedição militar contra Canudos....” (p.305).

Não podemos deixar de notar a forma literária da narrativa. A figuração da realidade perpassa por um cenário bíblico. Naquele momento, o general Arthur Oscar representava Deus. Isso mostra a enorme distância entre o comandante e seus comandados, na visão do soldado. Por sua vez, a figura de Moisés foi associada ao coronel Telles. De fato, esse militar detinha prestígio e força política suficiente para posicionar-se frente ao general, como representante do interesse geral. Apesar da diferença hierárquica, esse coronel era uma figura política muito importante no Rio grande do Sul. Sua participação na “Revolução Federalista” foi essencial para a vitória dos legalistas. Além disso, era filho do general João Telles e tio do major Pantaleão Telles, que prestou grande auxílio à ascensão de Júlio de Castilhos. Por isso, foi relacionado a um santo, cujos predicados capacitavam-lhe a falar com o “todo poderoso”.

Mas, o mediador era impotente diante dos desígnios de Deus; restava contar com a sorte. A esperança começava a desaparecer, dando lugar a imagens bizarras, manifestas nos próprios termos da narração. Impressiona os adjetivos empregados na descrição, assim como o quadro, que nos lembra algo de uma dança macabra: *“ali na quelle [sic] trefico [sic] caverar [sic], o haspetro [sic] ficou sendo outro. [...] De um lado para o outro, era o baele [sic] das mumias alegre triste, no cenario tenebrozo da vida que fugia. Na realidade: era o alegre triste, era o serto [sic] duvidozo [sic]”* (pp.322-3). A desnutrição, evidenciada pela magreza dos combatentes, causava-lhe a uma péssima impressão. Mesmo diante da chegada do fornecimento de armamentos e gêneros alimentícios, a morte parecia mais certa que a vida:

“As mumias agora bailvão [sic] no funebre trio no confuzo [sic] campanario caverar [sic] do ceminterio [sic] reducto da Favella. Em todos os acampamentos dos mortos vivos. Que parecia ser os hespctros [sic] do reino de Mimi, ficou alvorotados. As mumias despertarão [sic], naquelle reduzido mundo de myserias [sic], e de lagrimas e dores. Ate mesmo no hospital de sangue”(p.323).

Enfim, os horrores da guerra rompiam com o entendimento de que tudo aquilo tivesse alguma coisa a ver com um avanço social. A religião surgia como resultado do

sofrimento e da desconfiança, confortando e possibilitando ao soldado se perceber como parte de uma comunidade mais convincente (embora contestasse que também existissem falsos cristãos). Sua crença, contudo, não era vista como a dos filhos do agreste. Embora os conselheiristas, cada vez mais, demonstrassem ter as suas razões, eram filhos de Lúcifer.

Na perspectiva positivista, a religião da humanidade pretendia dar fim a crença no espírito místico que deveria ser substituído pela razão científica e pelas funções cerebrais. A separação da união Estado-Igreja era um dos preceitos dos seguidores de Augusto Comte. Por sua vez, o vaticano buscou uma nova estratégia. Como afirma Marco Antônio Villa, o empenho da Igreja em “clericalizar todos os atos religiosos”, enviando missionários (Sagradas Missões), ocasionou um enfrentamento desses agentes com os beatos e as formas de religiosidade popular. Entretanto, o autor considera que muitos beatos não foram punidos pelas autoridades, enquanto Antônio Conselheiro foi duramente perseguido; os motivos podem ser encontrados em suas pregações:

“Em outras palavras, Antônio Conselheiro dava um sentido à vida dos sertanejos, demonstrando no dia-a-dia os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários e, mais ainda, a possibilidade de superação desta ordem social. Não há uma pregação política no sentido da tradição revolucionária ocidental tributária da Revolução Francesa, nem existe um problema simplesmente econômico devido à desorganização do trabalho, mas é a prática cotidiana que coloca a religião como elemento aglutinador da comunidade, superando qualquer interpretação fragmentada da realidade”<sup>28</sup>.

Para os homens do litoral, a religiosidade do sertanejo era associada a uma prática pagã<sup>29</sup>. Também Isidoro pensava assim, pois, segundo dissera: “*nós, neste mundo ainda pagã [sic] estamos muito distante dos tempos do grande profeta, que foi Moisés*” (p.313). No sertão, Deus tinha desaparecido por completo. Mas, também ali havia manifestações religiosas. Impressionava a todos que, ao cair da noite, aqueles rudes combatentes substituíssem a luta pela reza:

<sup>28</sup> VILLA, Marco Antônio. Op.Cit., pp.28-30.

<sup>29</sup> Jornal do Commercio, 05 fev. de 1897.

“Só ao escurecer a Ave Maria, é que seçou o fogo, da parte dos jagunços. De então o terreno ficou livres para quem quixesse [sic] passar, ainda mesmo em passo lento. Os valentes brigadores, agora não brigavão [sic] mais, rezavão [sic] na escuridão da noite. É um caso incrível ate mesmo quaez [sic] impossivel [sic], que parece historias de Francezes [sic], para não dizer historia phantastica [sic]. Os jagunços que dominados por pello o phanatismo religiozo [sic], não mata gente a noete”(p. 259).

Outras testemunhas oculares da guerra, inclusive Euclides da Cunha, relataram que os combatentes “invisíveis” suspendiam os ataques ao cair da noite, dando lugar a outras “ondulações sonoras” que, vagarosamente se alargavam, “refluindo nas montanhas longínquas, o toque da Ave-Maria...”<sup>30</sup>. Ao amanhecer, o alucinante bombardear de canhões, misturados aos silvos das balas, substituía a tonalidade anterior, para novamente, ao cair do sol, retomarem suas orações. Isidoro assim explicava o fenômeno:

“Depois da Ave Maria que é o entrar da noete, elles agora o que fazem é rezar com pureza de alma. Penitenciozamente [sic] reza suas sagradas orações, a seu Deus Mart [sic], no altar servagem [sic] no seu templo do sertão. A luz do dia, como leões servagem [sic] que são, bravamente mata seus semelhantes sem dor nem piedade como umas feras nas brenhas dos remortos [sic] sertões. Depois relegiozamente [sic] nas trevas reza para salvação de suas angelica alma. É uma coisa mui graciozamente [sic] jocoza [sic], que faz lembrar a tragicas phantominas [sic] da santa inquisição [sic] dos satanicos Ignacio de Loyola e os Torquemadas de triste memoria. Os jagunços homens ferozes [sic], que por causa das duvidas, peca aqui e ali para não ficar mal com seu Deus Lucifer. Em todos os tempos sempre foi assim desde dos memoraves [sic] tempos, de Caim e Abel” (p.256).

Os exemplos históricos corroboravam com a idéia de que a crença dos conselheiristas era ambígua. A evocação da “Santa Inquisição” pretendia mostrar que os conselheiristas eram tão incoerentes quanto os “satânicos” inquisidores, matando uns e outros em nome de Deus. Para Isidoro, na realidade, eram pecadores guiados por

<sup>30</sup> CUNHA, Euclides. *Op. Cit.*, p. 469.

Lúcifer, o anjo rebelde que foi para o inferno. Além disso, confundia personagens históricos, atribuindo-lhes um papel inverso ao que desempenhara, como é o caso de Inácio de Loyola que se opôs aos tribunais da inquisição.

### 3.6 Santos e heróis: a sacralização da República

A guerra nos sertões colocou em questão não apenas a idéia da república que se procurava implantar no Brasil, mas seus próprios fundamentos ideológicos. Afinal, os soldados que, como Isidoro, marcharam em defesa da “civilização”, da “ordem e progresso” postulados pelos idealizadores do Estado republicano, participaram de algum modo de uma guerra religiosa. Não apenas porque combatiam rudes “fanáticos”, mas porque faziam-no em nome de uma “causa” que também tinha algo de religioso. Na verdade, esteve em jogo o poder de mobilização intrínseco às identidades que se formavam tanto na guerra, no Estado e na Religião.

Segundo Anthony D. Smith<sup>31</sup>, em nome da “identidade nacional”, as pessoas tem supostamente concordado em sacrificar suas próprias liberdades ou atacar a dos outros; tem se mostrado dispostas a pisotear os direitos civis e religiosos de minorias étnicas, raciais e religiosas que as nações não podiam absorver. Na constituição histórica do Estado, esse seguiu uma tendência homogeneizadora, que se concretizava na perseguição de qualquer grupo que oferecesse resistência política ou religiosa. Qualquer oposição era caracterizada como um ato de anti-patriotismo ou efeito da barbárie e da ignorância. O jacobinismo demonstrava em seus atos um “messianismo político” evidente.

Com efeito, havia algo de sagrado na luta travada em nome da república. Nas ordens do dia registradas pelos oficiais, suas ações eram justificadas como um “sagrado dever” para com a pátria, e a bravura, nada mais do que o ato de cumprir “religiosamente” o dever<sup>32</sup>. A guerra produz heróis, assim como a religião produz santos, às vezes de forma quase espontânea. Outras vezes, são criados como meio de compensação pela falta de envolvimento real do povo. Conforme José Murilo de Carvalho, “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos

<sup>31</sup> SMITH, Anthony D. *La Identidad Nacional*. Buenos Aires: Trama Editorial, 1998, p. 16.

<sup>32</sup> *Livro de Registro de Ordens do Dia*. Ordem do Dia nº 890, 1897, p. 1010-2.

*de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos (...)Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação”<sup>33</sup>.*

Valores como o amor a pátria e a coragem são destacados nas doutrinas e nos comportamentos, que somando-se à obediência, fazem parte de um quadro que pretende “fixar” um perfil, ao qual se agrega a uma história heróica, de vencedores de guerras desconhecidas, com um panteão selecionado. Somando-se a valores, se relacionam a visões de mundo, quando os indivíduos, tornando-se sujeitos, incorporam a sua própria história uma outra, carregada de atributos culturais externos.

O exemplo do comandante Sucupira é ilustrativo. Visto por seus homens como o líder justo, equilibrado e bondoso, passou a ser objeto de efusivas demonstrações de afeto quando foi mortalmente ferido em Cocorobó. Para Isidoro, o “velho”, como era chamado por seus subordinados, assumia junto ao batalhão as funções de um “*pae bondozo [sic]*” (p.272), por quem as tropas lutariam e morreriam. O ferimento do comandante teve efeito devastador sobre todos: “*Os que carregava a rede do velho enfermo, carregava com tanto cuidado e zello, como se fosse um santo no andar. Os que acompanhavão [sic] a rede, hião [sic] de cabeça baixa, pezarosos e pensativos, e em silencio*”(p.274). E assim como surgiam heróis, surgiam santos. Após a morte do comandante, Isidoro disse:

“Um poeta Brasileiro: immortalizando Napoleão escreveu. Waterloo. Nós diremos Cocoróbó[...] Paz sua alma. Partiu para a mansan [sic] dos justo com a cociencia [sic] pura, e a alma limpa, de não deixar rexentimentos [sic], em seus soldados. Que bastante o estimava, não só como commandante, e sim como pae, comum e justiceiro. Bem dicto louvado seja Deus, e sua alma nas alturas” (p.304).

Outro aspecto desta aproximação entre o ideário político e o ideário religioso diz respeito à música, seja ela sacra ou marcial. Como aponta Cláudio Moreira Bento, a canção militar, também conhecida como canção de guerra, é composta de hinos, marchas, dobrados, cânticos e canções, refrões, toques de cornetas e de clarins. Além de servir como poderoso instrumento para o desenvolvimento da “Doutrina Militar” e do

<sup>33</sup> Carvalho, José Murillo de. A Formação das Almas - o imaginário da República no Brasil. São Paulo:



sentimento patriótico, servem para sustentar as forças morais e a coragem dos combatentes. As canções e hinos de guerra impelem, com “*força invisível*”, ao cumprimento do dever<sup>34</sup>.

A música tem uma função na guerra e na religião. Tanto o Exército como a Igreja possuem hinos e cânticos que influenciam os sentimentos dos homens. De tal forma que, para Moreira Bento, a mais antiga canção militar utilizada pelo Exército Brasileiro, desde os tempos coloniais até o final do Império, tenha sido a canção a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Exército Imperial, conhecida como Canção do Soldado<sup>35</sup>. Segundo o testemunho do general Dionísio Cerqueira, em 24 de maio, após a batalha de Tuiuti, “*ao toque de recolher [...] os sargentos puxaram as companhias para a frente da bandeira e rezou-se o Terço*”. Emocionados, alguns praças cantaram a velha oração do soldado brasileiro: “*Óh! Virgem da Conceição [...] As músicas de 40 batalhões acompanhavam expressivas aquela grande prece ao luar, rezada tão longe dos lares queridos*”<sup>36</sup>.

A música teve igualmente algum papel para os sertanejos. A este respeito nos diz José Calasans que, numa mobilização geral, a lira transforma-se também em arma de combate:

“Versejando e cantando, o vate e o cantor contribuem para a vitória do seu grupo, exaltam seus heróis, ferem fundo os adversários, amenizam a desdita da grei. É sempre bom versejar e cantar. *Quem canta seu mal espanta. Cantar ajuda a viver*. Ajudando a viver, conseqüentemente ajuda a lutar. Saibam desta verdade os brasileiros de ambos os lados que se bateram nas caatingas do sertão. Cessada a luta terrível, continuaram os trovadores rememorar os fatos, recordando as figuras principais. O ciclo poético de Canudos avançou pelo tempo”<sup>37</sup>.

Na guerra de Canudos, Isidoro viveu esta situação ambígua, a de ser músico e soldado, artista e guerreiro. Algumas vezes, considerou que na condição de soldado, ele

---

Companhia das letras, 2000, p. 55.

<sup>34</sup> MOREIRA BENTO, Cláudio. *Amor Febril - projeto brasilidade*. Porto Alegre: Instituto Cultural GBOEX, 1990, p. 10.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>36</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências das Campanhas do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, s/d, p. 204.

<sup>37</sup> CALASANS, José. *Op.Cit.*, pp. 59-60.

era sinônimo de “*nada*” (p.159), devendo apenas cumprir às ordens superiores. Outras vezes, contestou o ideário militar ao dizer que era um homem e, como tal, era igual a todos os outros. Tinha o direito de discutir política, de ter uma profissão e de se apaixonar, pelas jovens e pela música. Mas, se era de livre vontade que se tornara um artista, também era militar. Portanto, tinha que obedecer às normas da instituição. Como dissera ainda na “Federalista”:

“Triste do filho do velho, que neste mundo só veiu [sic] para padecer. Pello o rigor da disciplina militar, na estação de Nascente, estive para ser fuzilado [sic]. Nestes crués [sic]tempos de guerra, as bandas de musica, dos corpos de tropa de linha, ha momentos que deixa de ser soldados artistas, para ser brigador. Assim é, que alem de se todas as formaturas e inçaios [sic] [...] São escalados para piquetes, fachinas e carneações. Que na hora de briga, brigue é natural. Para salvar suas pelles, e de seus companheiros. Embora não haja perigo, os soldados artistas encostar a lyra e pegar no paú de fogo em vez da lyra.[...] Não é justo, poscivel [sic] e rasuavel [sic], é falta de bom senso. Porque um artista, não se faz da noete [sic] para o dia, bota tempo.....” (p.151).

### 3.7 O retorno dos sertões

O memorialista observou que a “Revolução Federalista” era uma luta entre brasileiros<sup>38</sup>. De modo semelhante, reconheceu que os conselheiristas também eram. Em 18 de julho, quando 3350 homens, sob ordens do general Arthur Oscar, lançaram o primeiro ataque frontal contra o arraial de Canudos, Isidoro relatou:

“No dia 18 do mez [sic] de julho de 1897. As tropas veteranas, deu o arsalto [sic] a famoza [sic] cidadella de Bello Monte, que parecia ser invencivil [sic], antes tantas ballas de canhões. Que pello o phanatismo de seus defensores, não queria render as armas mais emportantes [sic]. [...] Neste dia, vius [sic] actos de façanhas, praticados por homens timives [sic], quaezes [sic] leões na florestas virgins [sic]. Entre outros estava o sr. major Alencastro, o sr. Alferes Wanderlem, e o vagametes [sic] Talias do 35º de infantaria. O sr.

<sup>38</sup> Após a “Paz de Pelotas”, Isidoro disse: “*Basta de tanto sangue Brasileiro derramado inutilmentte, em proveito de uma minoria insinificante*”(p.162).

major Alencastro a cavallo com um revolve [sic] em cada mão corria a toda brida, pelas as ruas da cidadella. Chegava na porta da igreja, e para dentro descarregava os seus revolver. [...] Estava danado, e com vontade de ver correr sangue da jagunçada. Fez isto, so quatro vezes, e não fez mais. Uma balla jagunça tiroulhes [sic] o revolve [sic] da mão e transpassando a mão direita. Não fez mais o que estava fasendo. [...] O homem estava com vontade de lutar, mais seus inimigos erão invizivis [sic]. O major Alencastro, nem parecia ser Brasileiro, se é que é. Pois numa furia insana na esplanda [sic] ajagunçada, queria ver correr sangue Brasileiro” (p.338).

O soldado ironizava ao perguntar se o major Alencastro era brasileiro. Aos seus olhos, todos pareciam feras. Enfim, a resistência do Belo Monte sucumbiu. Nas palavras do narrador, não ficou “*pedra sobre pedra*”(p.359). Em seguida, lamentou pelos fatos que se sucederam, e que teve de assistir. Era de sua opinião que os conselheiristas fossem submetidos, mas nunca que fossem exterminados. Mesmo assim, explicou: “*erão jagunços tinham que dezaparecer, embora vencidos*”(p.359). Os fuzilamentos em massa de homens, mulheres, idosos e crianças que se seguiram constituíam uma “*vergonha eterna para a geração que passa, e se diz christães [sic] e civilizado [...] vergonha para a Nação Brasileira*”(p.360). O espetáculo macabro “*fazia doer a alma, dos coracções por mais empedrenidos [sic] que fosse*” (p.360). Para ele, aquilo era uma atitude de “*cemi-homens ferozes*” (p.360) que praticavam tais crueldades, como se fossem feras.

Conforme Isidoro, o coronel Carlos Telles fora encarregado de exterminar um grupo de 90 pessoas, mas negou-se a cumprir tal ordem sem deliberar com seus superiores. Ao invés disso, mandou que fossem embora, sob pena de prisão e fuzilamento caso retornassem a Canudos. Como observou, o coronel parecia ter tirado um grande peso de cima de si. Na opinião do memorialista, tal atitude de honra foi tomada porque aquele líder não era um covarde, “*era Christão, era Brasileiro*”(p.363).

Após a derrubada do Belo Monte, as tropas retornaram aos poucos para o Rio de Janeiro. Conforme relata o soldado, desembarcaram como “*um grupo de matrapilhos [sic] que mais se parecia, com haspctros [sic]*” de homens. Encontravam-se todos em péssimas condições. Além das cicatrizes, algumas ainda abertas, estavam “*cabelludos e*

*barbudos sujos rotos esfarrapados, descalços, quae mendigos [...] que mais se parecia, com jaguncos [sic] fragilados [sic]*” (p.366).

Foi uma recepção decepcionante. Marchando ao som de alegres dobrados, seguia *“aquelle grupo de vencidos, mas não convencidos”* (p.367). A população assistia a tudo *“adormecida e indiferente”* (p.368). O memorialista se questionava quanto a importância que eles tinham para *“o populacho alegres e indiferentes, com a destruição, de soldados Brasileiros. E ainda mais, quando estes soldados são ao lado, e defende o governo da Republica. A quem detesta e odeia [sic] por ser republicano”*(p.368). A isso, acrescentou:

“Uma população estranha que ria da desgraça, e chora da filicidade [sic] do Brasil, e Brasileiros. É que o Brasil foi e continua a ser, uma colônia soljada [sic] a coróia [sic] de Portugal.” (p.368).

Sentindo-se desprezado pelo povo que viera assistir a chegada das tropas, argumentava contra esses populares, dizendo que tal atitude se devia a valorização do antigo regime. Para ele, o povo não tinha conseguido se libertar do processo histórico-cultural que manteve por muito tempo o Brasil vinculado a Portugal, demonstrando a continuidade desses laços coloniais. Mesmo assim, Isidoro se mostrava curioso para descobrir a bela capital federal. Segundo suas palavras, queria ver e conhecer tudo o que pudesse, para depois ter o que contar. Com certeza, histórias não lhe faltariam. Após dar baixa, aventurou-se pela cidade, ao que disse: *“chegou o dia e eu ser cidadão, com direitos políticos, e senhor dos meus narizis, que é ser cidadão”* (p.373). Para ele, 27 de dezembro era *“o dia de minha liberdade”* (p.373).

Analisando o resultado daquela cruenta guerra, disse que além de perder mais de seis mil vidas, gastaram uma fortuna, *“tão facilmente, arrancado da economia popular. Pella a ganacia [sic] de impostos, de arranca couro e cabelo, sem dor nem piedade. Despiedadamente [sic], surgando [sic] a seiva do povo Brasileiro”*(pp.377-8). Então, definiu o povo da seguinte forma:

“Quando digo povo, é as massas trabalhadoras, que labora o progresso do Brasil. A burguezia [sic] e seus adornos, é uma parte, aparte do povo, que trabalha. É quem geme nos impostos, para regallo dos mofinos gozadores parazytas dos cofres publico. O que é para

se lamentar, é que os impostos só atinge aos trabalhadores, que geme e não bufa. Para ser esbanjados, nas orgias da politicagens, dos políticos profissionaes. Que não vivem: vegeta na gamella oficial que é o thezouro Nacional”(p.378 ).

Dessa forma, manifestava seu repúdio contra os políticos burgueses. Para ele, o governo pouco se interessava pelo povo, pois apenas estavam preocupados com interesses próprios. Não valorizavam o significado do trabalho, mas somente o da exploração. Isso era lamentável, pois segundo ele, os impostos não eram aplicados em benefício do povo. No que tange a questão tributária, o memorialista aproximava-se das críticas feitas por Antônio Conselheiro. Para ambos, os impostos eram excessivos, a tal ponto que os sertanejos se recusaram a obedecer as ordens republicanas.

Enfim, afirmando que a experiência da humanidade determinava para todos uma vida tumular repleta de mortes e sacrifícios, sugeria que se tratava de uma vida mal vivida. Devemos lembrar que esse foi o título dado por Isidoro aos cadernos 2 e 3: “*A Vida Mal Vivida*”. Portanto, ao nomear sua obra, resumia assim o significado de uma longa experiência, proporcionada pela República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diário de Isidoro Virgínio apresenta-se a nós num momento oportuno. Convida-nos a celebrar os cem anos de Os Sertões, de Euclides da Cunha, e ao mesmo tempo nos faz lembrar da pouca distância que nos separa da morte de José Calasans, notável erudito e extraordinário conhecedor da Guerra de Canudos. Apresenta-nos contribuições fundamentais para a história da cidade baiana, do quadro social vigente no Rio Grande do Sul por ocasião da instalação da República. Abre caminhos a partir dos quais nossas reflexões são levadas para terreno desconhecido e, por vezes, estranho. Sempre nos desafia a pensar sobre a construção de nossa identidade coletiva, brasileira e nos ensina sobre nosso sintoma social.

Entender a vida que circunda a de Isidoro é mais razoável. Ela nos ensina que existe algo irresgatável, uma dívida sem preço, uma evidência dos erros do passado. Nos leva a pensar sobre a cidadania, assim como sobre instituições e conceitos tais quais “república”, “exército”, “nação”, “povo”, “autoridade” e “poder”.

A partir da instauração da República, os grupos políticos tradicionais foram combatidos por oligarquias rivais, amparadas pelo Exército, caracterizando uma briga entre oligarquias. Já a guerra de Canudos representou a luta do Estado nacional contra seu próprio povo. A originalidade da fonte nos trás uma sonoridade rara. Contrasta com outras fontes que pretendem explicar o político e o sagrado, o mundo e os homens. Poucos são os diários das classes populares que resistiram ao tempo, considerando também que um quarto da população brasileira do fim do século XIX não era alfabetizada.

A memória é um dos suportes essenciais para o reconhecimento dos sujeitos coletivos, definindo os laços de identidade e dando um sentido a própria condição humana, como testemunha de certos fatos. Os escritos dos dois cadernos de Isidoro somam-se a de outros memorialistas, como Ângelo Dourado, que registraram suas impressões a respeito da Revolução Federalista. As narrações que deixou a respeito deste importante acontecimento contribuem para conhecermos melhor o que se passou no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1896, sobretudo dentro dos quartéis, assim como

para entendermos as conexões entre o movimento de revolta gaúcho e os acontecimentos da Guerra de Canudos.

\*\*\*

A princípio, todos nós temos um nome que nos acompanha durante a vida. É uma referência que distingue, que individualiza e que permite o estabelecimento de uma fronteira entre o “eu” e o “outro”. Tem, por isso, uma função básica, que é o de reconhecimento e diferenciação. Carrega consigo mais do que uma vocalização, mas uma série de significados atribuídos, e que dizem respeito, na verdade, a quem nomeia. Entretanto, ao longo da vida outros referenciais identitários vem ao nosso encontro. Em alguns casos, não deliberamos sobre o que nos é atribuído. Nascemos brasileiros, gaúchos, paulistas, etc, de acordo com uma alusão geográfica qualquer. Não são mais os pais, mas as divisões geo-políticas que nos apresentam como semelhantes. Não se trata mais do “eu”, mas do reconhecimento a partir do “nós”. Outras vezes, porém, as identidades são impostas. O recrutamento militar é um exemplo, na medida em que ser um soldado não é uma escolha, nem fruto do acaso.

Como podemos perceber, o jogo das identidades é complexo, abrangente e, mais do que imaterial, tem desdobramentos objetivos na vida dos homens. Além do mais, tem uma história, um contexto e uma grande flexibilidade. Enfim, podemos ver que a importância das identidades está na sua constante reatualização, e como bem sabemos, tem ganhado força nos tempos atuais como fator de resistência à homogeneização.

Dentro dessa perspectiva é que observamos a vida do soldado Isidoro Virgíño. Ele foi, entre outras coisas, brasileiro, rio-grandense, gaúcho, soldado, desertor, maragato, músico, cidadão, republicano e cristão. O papel que assumia, ao ser integrado como parte do Treme-terra, transformava-se na medida em que as experiências coletivas e a ação do tempo agiam como elemento aglutinador. Essas lembranças eram somadas às de outros militares desconhecidos e mitificados pela história militar oficial. Junto a isso, agrega-se a memória das paredes do quartel, da cidade e da dinâmica política regional. Recriava-se o Treme-terra de Rio Grande; o nome se repetia, mas o significado dado por aqueles que respondiam por ele tinha um sentido particular e específico. Já não era o mesmo “Treme-terra” da guerra do Paraguai.

Por outro lado, o distante sertão baiano proporcionou a integração deles ao grupo que combateram durante a “Federalista”. A desarticulação dos laços regionais foi favorável aos castilhistas e a seus aliados. Evitou os problemas anteriores, como a rebelião dos soldados em 1896, visto que estavam afastados de incômodas lembranças políticas. A identidade militar sobrepujava-se à identidade regional, na medida em que prevalecia a visão de um Estado articulado por estados menores, obedientes ao conjunto nacional. O inimigo pica-pau desaparecia diante do inimigo conselheirista.

Por sua vez, o caráter apolítico era um dos traços da identidade militar, mais estimulado que outros. Contribuía, naquele momento, para evitar tensões internas e atritos, assim como poderia ser utilizado politicamente pelos oficiais superiores para silenciar as oposições internas. No caso em questão, uma das estratégias para esvaziar a oposição militar ao governo castilhista foi autorizar o deslocamento de tropas maragatas para o combate contra Canudos. O deslocamento enfraquecia o grupo maragato no Sul, retirando-lhe simpatizantes, enquanto fortalecia o Exército Nacional em outra frente.

Suas impressões e vivências revelam-nos uma posição singular em relação ao “povo”, do qual fazia parte. Seu intento era deixar registradas suas posições políticas, mas também buscar um sentido para os acontecimentos de que tomou parte e que diziam respeito à vida pública. Daí provém o valor e a força de sua narrativa. É a fala do homem comum, do brasileiro, do homem do povo que denuncia os abusos e os erros cometidos durante a difícil transição para o regime republicano. Encontramos em seu depoimento a relação sentimental com a pequena pátria, a querência. Afinal, sua terra de nascimento era Rio Grande. Somava-se a essa a identidade dos gaúchos, brasileiros mais amplamente vinculados ao pampa. Para Isidoro, as tropas militares de que participou eram estrangeiras, tanto em Alegrete e São Gabriel, no Rio Grande do Sul, ou em Jeremoabo, na Bahia.

No exército, ele combatia pela República, auxiliando diretamente o castilhismo e o grupo que lhe apelidou de “maragunço”. Entretanto, a fidelidade ideal devida ao exército encontrava-se atravessada por conflitos envolvendo os próprios militares. Seu testemunho nos dá conta das tensões internas vigentes no interior da caserna, onde as diferenças regionais, locais e políticas repercutiam na estabilidade e unidade do grupo.

\*\*\*



Enfim, seu diário fala de direitos sociais, do desenvolvimento da cidadania no Brasil. Quando Isidoro Virgínio deixou o Exército, considerava o soldado como um “escravo da disciplina”. Queria ser livre, ser dono de seu próprio destino. Por isso era-lhe tão importante sentir-se de fato cidadão brasileiro, dono de si. Daí o choque entre seu desejo e a realidade que o cercava, a frustração diante de uma nação incompleta, no qual os direitos sociais estavam ainda por ser conquistados. Neste sentido, seu diário é ao mesmo tempo o testemunho pungente da reivindicação e da revolta, mas também das aspirações genuínas das camadas populares em nossa história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 FONTES

#### 1.1- Fontes primárias

BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços**: Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio** - narrativa da revolução de 1893. (factos e episódios da guerra civil. Pelotas: Americana, 1896). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

ISIDORO VIRGÍNIO. **Cadernos de memórias**. Rio Grande: s.n., 1892-1900. 2 vols Manuscritos inéditos.

MACEDO, Nertan. **Memorial de Vilanova**. Depoimento do último sobrevivente da Guerra de Canudos. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

MACEDO SOARES, Henrique Duque Estrada de. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902.

MOURA, Euclides B. de. **O Vandalismo no Rio Grande do Sul**: antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista da Costa. **Canudos**: memórias de um combatente. São Paulo: Marco Zero, 1988.

#### 1.2- Periódicos e jornais

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1897.

DIÁRIO DE PELOTAS. Pelotas, 1896 e 1897.

JORNAL DO COMMERCIO. Porto Alegre, 1897.

ECHO DO SUL. Rio Grande, 1893, 1895 e 1896.

O ARTISTA. Rio Grande, 1894.

## 2 BIBLIOGRAFIA DE APOIO

### 2.1 Obras citadas

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRESHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALASANS, José. **No Tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador: Publicações Universidade da Bahia, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimiento de la Ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Bestializados - Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHACON, Vamireh. **Deus é Brasileiro**. O Imaginário do Messianismo Político no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1990.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação: estudos avançados**, 1991.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1976.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a guerra de canudos nos jornais**, 4ª edição. São Paulo: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_. **O império do Belo Monte - vida e morte de Canudos**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

- GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismos**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- CHEVALIER, Jean e GEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1991.
- GINZGURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia política**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.
- IANNI, Otávio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico Janotti. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LEACH, Edmond. "Cabelo mágico". In: MATTA, Roberto da (Org). **Leach**. São Paulo: Ed. Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais)
- LEVINE, Robert m. **O sertão Prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro, 1893-1897**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1995.
- MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. **Belo Monte - Uma História da Guerra de Canudos**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- MESTICA, Giuseppina Sechi. **Diccionario de Mitologia Universal**. Madri: AKAL ediciones, 1993:118.
- MILLER, David. Sobre la nacionalidad. **Autodeterminación y pluralismo cultural**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre(1868/1888)**. Porto Alegre: UFRGS(dissertação de mestrado), 1993.
- MOREIRA BENTO, Cláudio. **História da 3ª Região Militar: 1889-1953**. Porto Alegre:Ed. Qualidade,1995.
- \_\_\_\_\_. **Amor febril - Projeto brasilidade**. Porto Alegre: Instituto Cultural GBOEX, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatayh. **A Invenção da Sociedade Gaúcha**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1993:388

PICCOLO, Helga L. **"Nós" e os "Outros": conflitos e interesses num espaço fronteiriço(1828-1852).** São Paulo: SBPH/Anais da XVII reunião, 1997.

\_\_\_\_\_. **O "Nacional" e o "Regional" na Revolução Federalista.** Florianópolis: SBPH/Anais da XIII reunião, 1993.

\_\_\_\_\_. **Século XIX. O Rio Grande do Sul e a estruturação do Estado Nacional Brasileiro.** A questão da identidade. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

RECKZIEGEL, Ana luiza G.S. **A Diplomacia Marginal: Vinculações políticas entre o Brasil e o Uruguai(1893-1904).** Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

REIS, Mercedes de Moura. **A Música Militar no Brasil no séc. XIX.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1952.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SMITH, Anthony D. **La Identidad Nacional.** Buenos Aires: Trama Editorial, 1998.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: o povo da terra.** São Paulo: Editora Ática, 1999.

## 2.2- Demais obras consultadas

ALENCAR, José de. **O Gaúcho.** São Paulo: Ática, 1978

ALVES, Francisco das neves e TORRES, Luiz Henrique(org.) **Pensar a Revolução Federalista.** Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

AMAN. **História da Doutrina Militar.** Volta redonda: AMAN, 1979.

ANDRADA, Carlos Eugênio de. **Arthur Oscar Soldado do Império e da República.** (1851 - 1920). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares contra Canudos - Seu aspecto marcial.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.) **Canudos - Palavra de Deus, Sonho da Terra.** São Paulo: Editora Boitempo, Editora Senac, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo - um estudo sobre a religião popular.** São Paulo: Ed. Brasiliense 1986.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. Volume 1 e 2.

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CALASANS, José. **O Estado-Maior de Antônio Conselheiro: quase biografias de jagunços**. São Paulo: Edições GRD, 2000.
- CALHOUN, Craig (org.) **Social Theory and the Politics of Identity**. Blackwell: Oxford, 1994.
- CANSADO, Zair. Anotações sobre músicas e bandas militares no Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro: [s.n.], s.d.
- CAMPOS, Augusto e Haroldo de. **Os Sertões dos Campos**. Editora Sette Letras, 1997.
- CAMPOS, Humberto de. **O Corneteiro do Forte de Copacabana**. Rio de Janeiro: ed. Letras em Marcha, 1989.
- CEEC-UNEB. **Arqueologia Histórica de Canudos - Estudos preliminares**. Salvador: Portfolium Editora, 1996
- CERQUEIRA, Dionízio. **Reminiscências das Campanhas do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, s/d.
- DE MELLO, Dante. **A Verdade sobre “Os Sertões” - Análise reivindicatória da campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.
- DIEHL, Astor Antônio. A importância da Memória como Fonte da História e suas Implicações: a Revolução Federalista. In: FLORES, Moacyr(org.) **1893-1895: a revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Ed. civilização Brasileira, 1978.
- FLORES, Elio Chaves. **Juca Tigre e o Caudilhismo Maragato - poder, tempo e memória**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Nova Dimensão, 1997.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993. (Síntese universitária, nº 37)
- FREGA, Ana. **La Construcción Monumental de un Héroe**. Porto Alegre: Humanas, 1997.
- FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.

- HERNÁNDEZ, José. **El Gaucho Martín Fierro**. Buenos Aires: Estrada Editores, 1945.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**(1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LAGARRIGUE, Jorge. **A ditadura republicana segundo Augusto Comte**. Edição comemorativa do centenário da morte de Augusto Comte. Porto alegre, 1957.
- LAYTANO, Dante de. "Relações histórico-culturais entre Bahia e Rio grande do Sul". revista do IFCH, ano IV, 1976, pp 234-248, ano v, 1977, pp 231-253.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.
- LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J.(orgs.)**Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- LITRENTOS, Oliveiros. **Canudos: visões e revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.,1998.
- LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho**. São paulo: Perspectiva, 1975.
- LYRA, Mariza. **Canções militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1942.
- MARCONDES, Ayrton. **Canudos - as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.
- MENEZES, E. Diatahy de; ARRUDA, João. **Canudos - as falas e os olhares**. Fortaleza: Ed.UFC, 1995.
- MILLER, David. Sobre la nacionalidad. **Autodeterminación y pluralismo cultural**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- MÔNICA, Laura Della. **História da banda de música da PMSP**. São Paulo, 1972.
- MONTENEGRO, Abelardo F. **Antônio Conselheiro**. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1954.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é História, n.80.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano da República:** elite e povo na virada do século. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Pobres da Cidade:** vida e trabalho(1880-1920).Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social.** São Paulo: Ática, 1977.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. **Linhas tortas.** São Paulo: Editora Record, 1980

REGO, Orlando L. M. de Moraes. **História da Milícia Paraense na Campanha de Canudos.** Belém, Imprensa Universitária, 1967.

REIS, Mercedes de Moura. **A Música Militar no Brasil no séc. XIX.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1952.

SECRETARIA DE CULTURA. **Bandas Fluminenses.** Rio de Janeiro: Secretaria de cultura do estado do Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Basílio Magno.As Canções Militares. **A Defesa Nacional**, n.227-8, abr./maio 1933.

SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil:** 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE: Editora da Universidade, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **O tenentismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOLER, Ricaurte. **Idea y Cuestión Nacional Latinoamericanas:** de la independencia a la emergencia del imperialismo. México: Siglo Veintiuno editores, 1980.

VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento - O continente I.** São Paulo: Globo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Tempo e o Vento - O continente II.** São Paulo: Globo, 2000.



ANEXOS

ANEXO 1

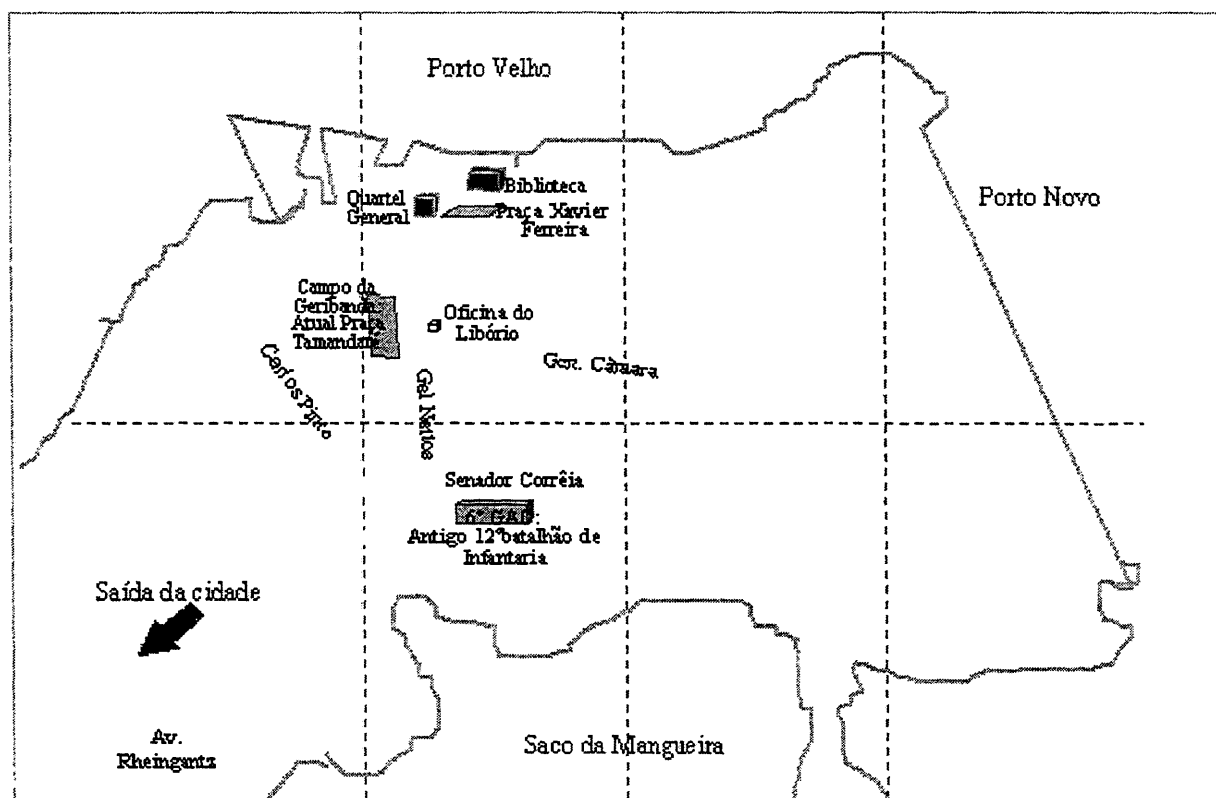
19.<sup>o</sup> Reg. de Infantaria  
 Relação nominal das praças mortas, feridas do dia 25 de Julho até a presente data

	Nomes	Obs.
Cabo	Christóvão Leão Vero +	Morto a 21 de Julho na
	Selidário Gomes da Silva	linha de fogo
Sargento	José Espiridiano da Silva	Ferido a 18 de Julho na
	José Henrique de Vasconcelos	entrada de Canudos
Cabo	Ángelo Alves da Costa +	Idem
	Aguiar José Pereira	Idem
Cabo	Agostinho José Pires	Morto no acampamento
	Olímpio Cristão do Galvão	a 4 de Julho
Cabo	Olímpio Pimenta Lima	Idem a 18 em Canudos
	José Augusto do Nascimento	Ferido a 18 de Julho em
Cabo	Leandro Torres Brandão	Canudos
	Manoel Ximenes Santiago	Ferido a 25 no combate
Cabo	Henrique Manoel de Faria	de Canudos
	Flávio de Almeida de Brito	Idem
Cabo	Cypriano da Silva	Morto a 28 de Junho
	Abelardo Pimenta dos Santos +	em Canudos
Cabo	Manoel de Faria Santiago	Morto em Canudos a
	Antônio Constantino	18 de Julho
Cabo	Marcellino Lima do Couto	Idem
	José José Rodrigues	Idem
Cabo	Aguiar José Tavares	Idem
	Flávio Henrique	Idem
Cabo	Adriano de Azevedo	Idem
	José José de Faria	Morto a 28 de Junho

Relação dos praças mortos e feridos em Canudos

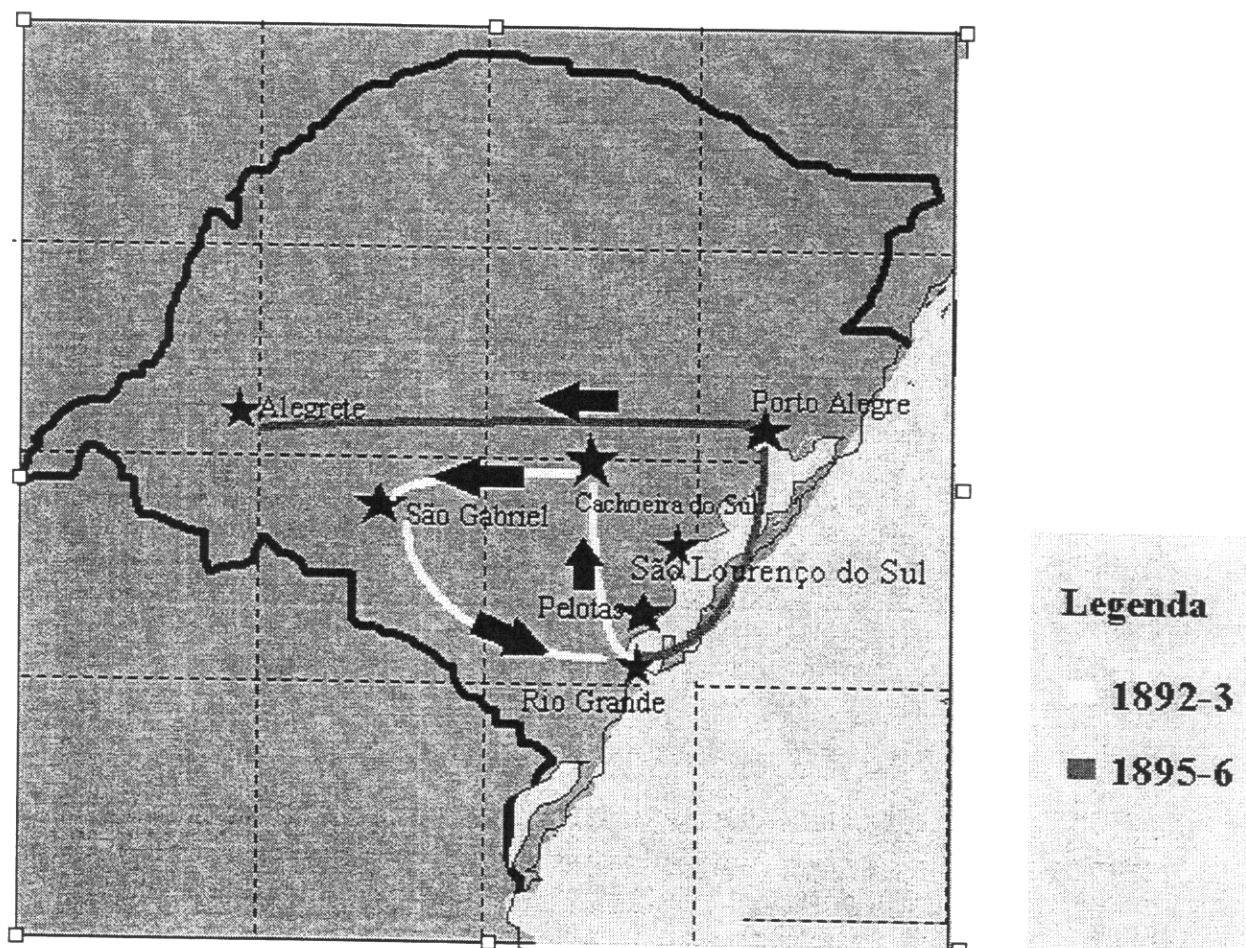
## ANEXO 2

# Mapa central da cidade do Rio Grande



Planta central da cidade de Rio Grande.

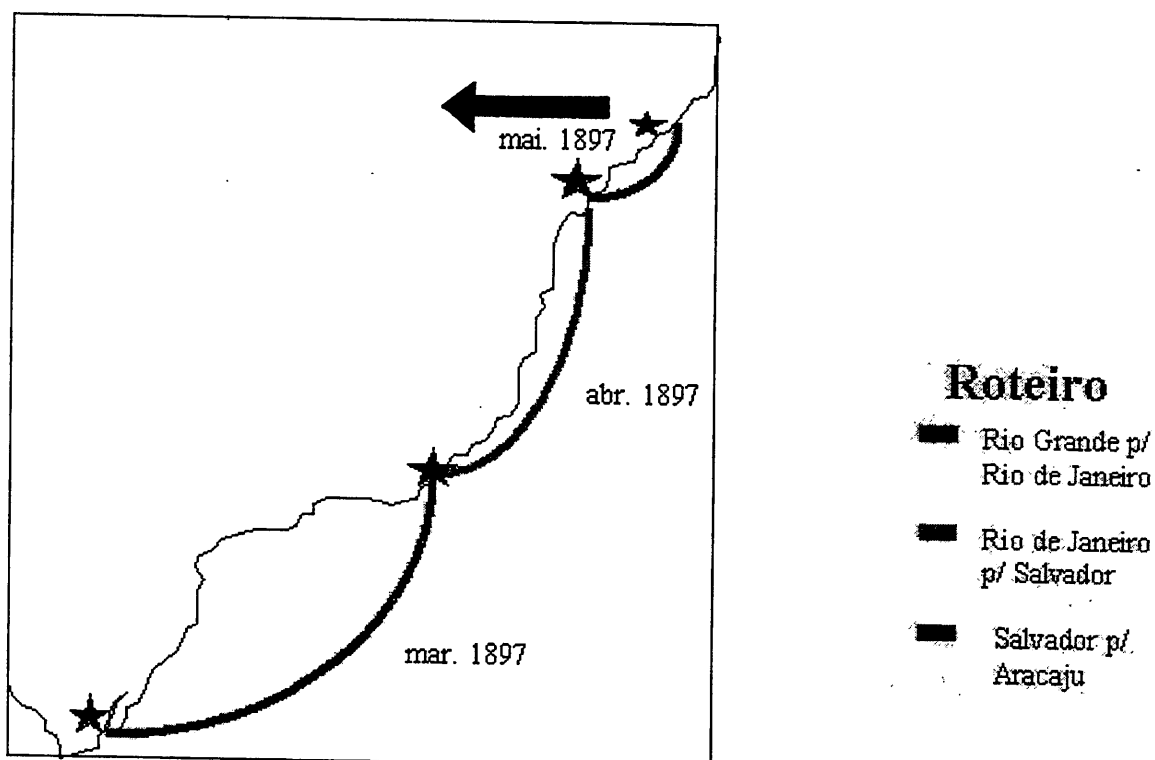
## ANEXO 3



Deslocamento do 12º batalhão de Infantaria no Rio Grande do Sul. 1893-1896.

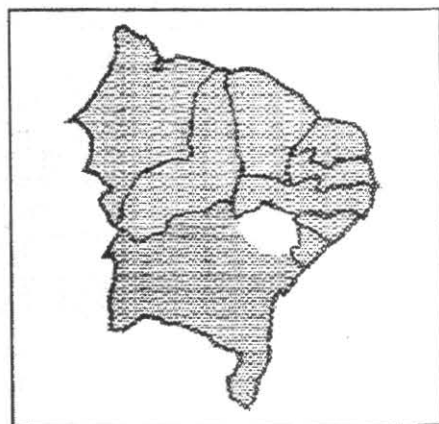
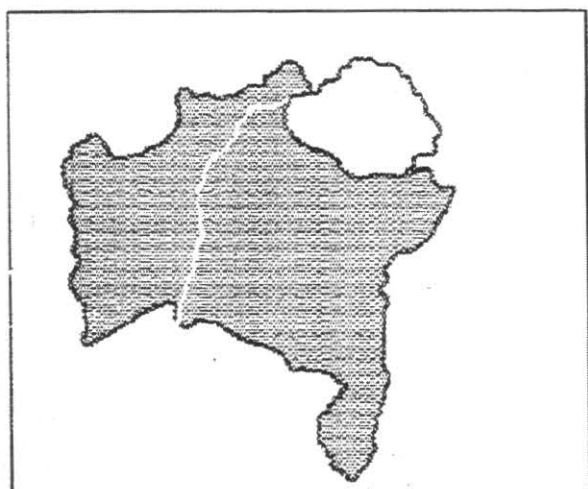
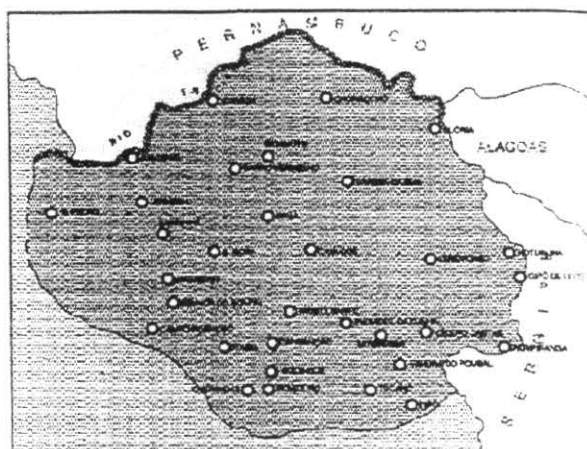
ANEXO 4

# Entre Porto Alegre e Canudos



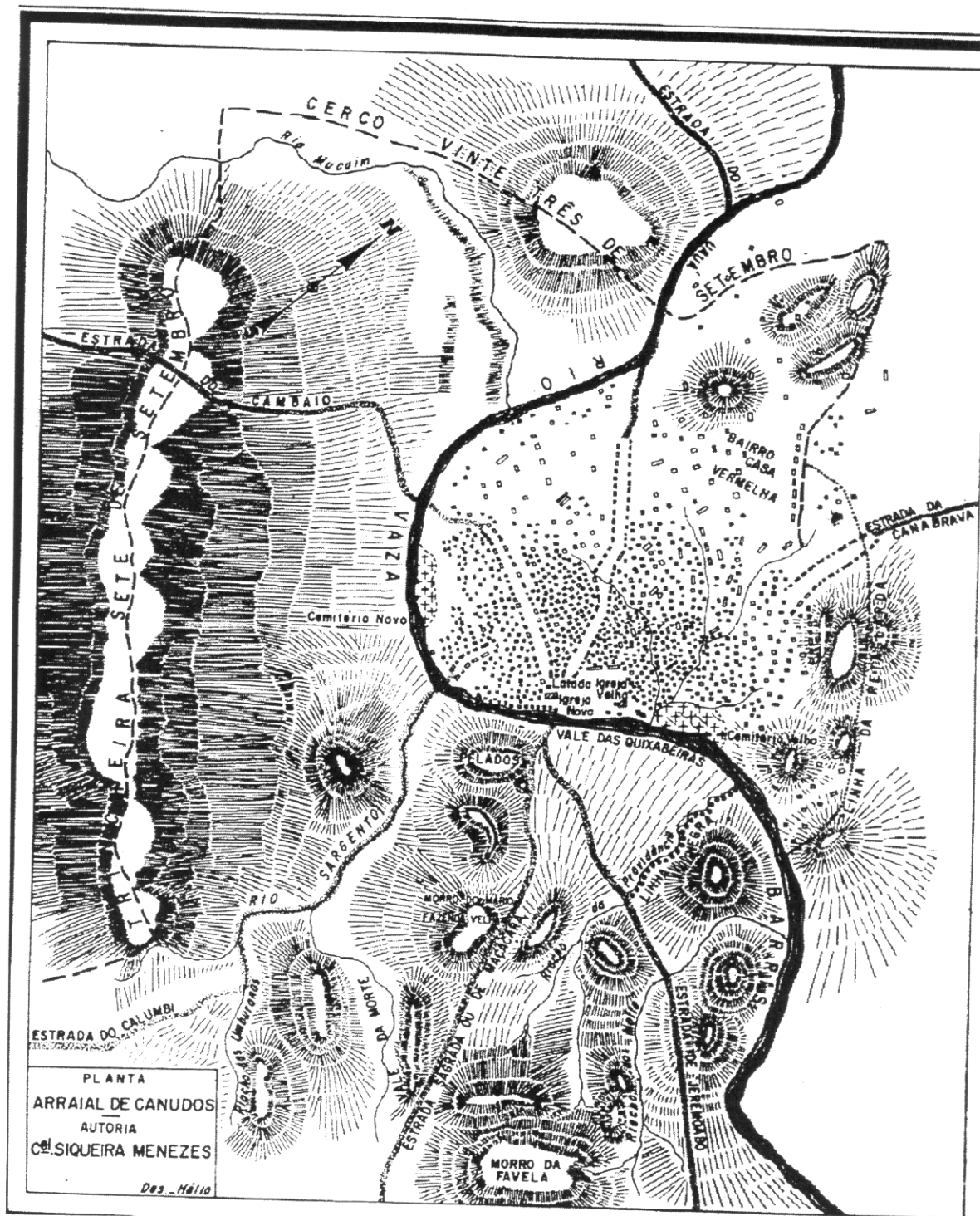
Deslocamento do 12º batalhão de infantaria, de Rio Grande para Aracaju. 1897.

## ANEXO 5



Parque Estadual de Canudos

ANEXO 6



Arraial de Canudos

## ANEXO 7

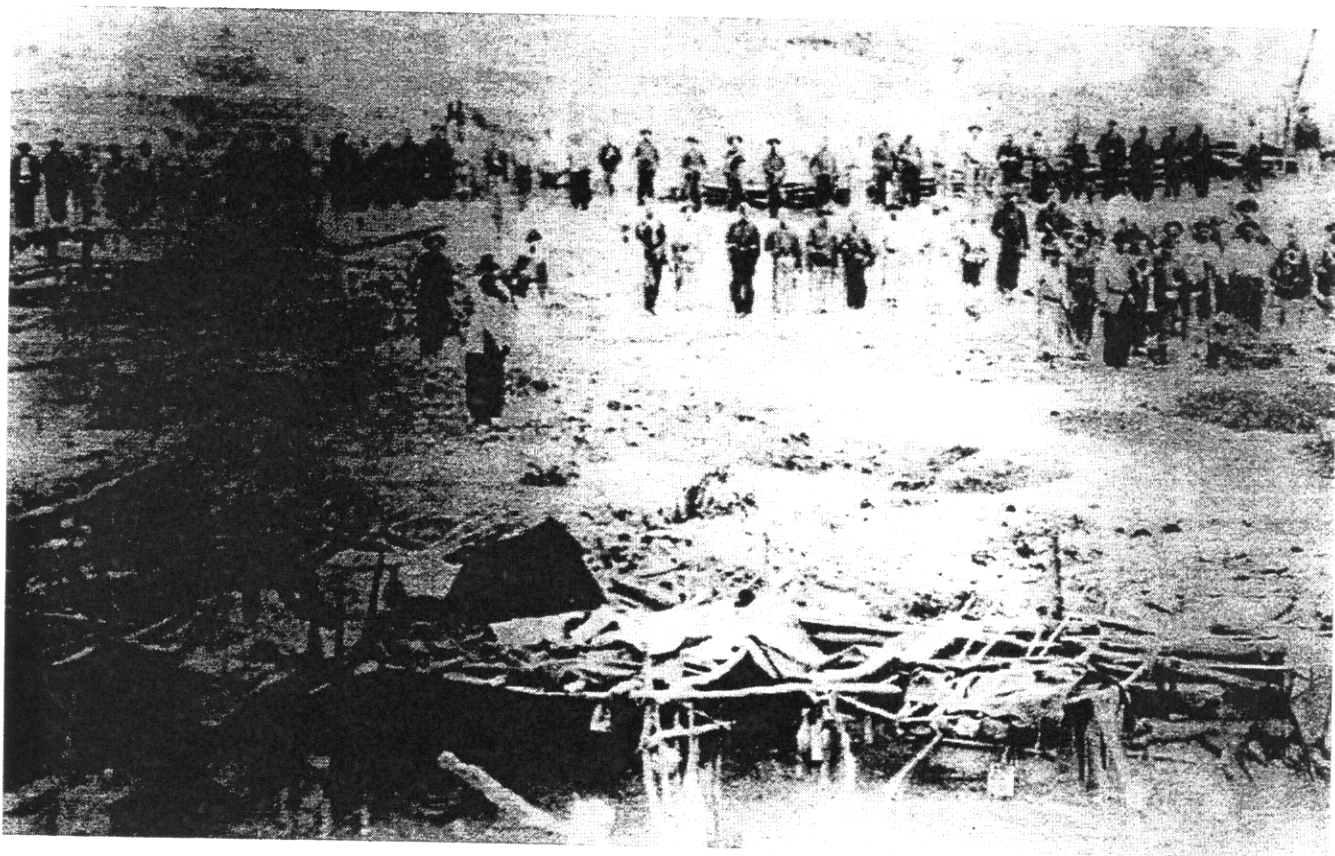


Foto do 12º batalhão de infantaria em Canudos

balanos, e caixas semelhantes à de pite  
 de um charcutaria de tremendo tamanho, e  
 caixas. À esquerda um bom de grossa e  
 ovalada com um charcutaria. Este mais velho  
 tanto, estava preso e não se podia mexer  
 nos braços da porta. Embora os olhos  
 fosse de forte correntagem e um tanto correntaria  
 em sua passagem, e elle pegou com se poder  
 mexer. Depois de lá disse foi sangrada, e foi  
 orelha, fragancia, e balança durcis... Devo  
 de dizer que fellar em porta era por  
 habilita de forte local. Porque porta inteira  
 parecia muito mais. A porta que era de  
 madeira forte e resistente em lugar, e de  
 comprimento da largura do rio. Foi im-  
 condicada no correr da revolução de 1842  
 fellas as revoluções. Para embargo e  
 passagem das forças imperiaes de Sr. General  
 de Espinelli. João Carlos de Almeida, juiz  
 da foz com o elle. Digamos a foz: que foi  
 um espectáculo fortissimo, e meandros de  
 foz. Que o diga o Sr. General João Carlos  
 de Almeida, Comandante da milicia ju-  
 casai. É a foz negra, mas se começa  
 ndante de um grande engarrafado de  
 Cavallaria. Quem diga é foz,  
 que a foz na foz, foi um caso raro.  
 Com o mesmo de um us e usas foz e  
 dos fozes legados a foz e foz  
 Portual de sua foz, mas foz e foz  
 na cidade, foz de do foz e foz  
 gatas não era foz, nem foz de foz  
 morta, com elle, era no foz. Depois da  
 foz, monada e engarrafado abala a  
 foz em concerto. Quem não foz  
 foz e foz na com foz que  
 foz a foz se foz com aqua  
 foz a foz... Fim  
 Foz de São Pedro, Bahia 1844  
 Para Carruagem.  
 Na cidade de Alegrete para nós os tempos  
 comia normal e em mil maravilhas. O foz  
 nos olhos e foz, sem foz foz  
 mas nas revoluções dos tempos presentes. Não  
 embora estivesse bem estada na vida, foz  
 estavamos com a foz, e foz de foz. Para

204

205

Reprodução de um excerto do diário.



